

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**GUILHERME OLIVEIRA DE PAULA**

**NA VANGUARDA DO CONSERVADORISMO: O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA  
EMERGÊNCIA BOLSONARISTA**

**ALFENAS/MG**

**2024**

**GUILHERME OLIVEIRA DE PAULA**

**NA VANGUARDA DO CONSERVADORISMO: O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA  
EMERGÊNCIA BOLSONARISTA**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Educação e Sociedade: sujeitos, ideias e políticas.

Orientador(a): Dr. Marcelo Rodrigues Conceição

**ALFENAS/MG**

**2024**

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas  
Biblioteca Central

Paula, Guilherme Oliveira de.

Na vanguarda do conservadorismo : o papel da educação na emergência bolsonarista / Guilherme Oliveira de Paula. - Alfenas, MG, 2024.  
151 f. : il. -

Orientador(a): Marcelo Rodrigues Conceição.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alfenas,  
Alfenas, MG, 2024.  
Bibliografia.

1. Bolsonarismo. 2. Educação. 3. Comunidade moral. 4. Simbólico. 5.  
Populismo. I. Conceição, Marcelo Rodrigues, orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

GUILHERME OLIVEIRA DE PAULA

NA VANGUARDA DO CONSERVADORISMO: O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA EMERGÊNCIA  
BOLSONARISTA

A Banca examinadora  
abaixo-assinada  
aprova a  
Dissertação apresentada  
como parte dos  
requisitos para a  
obtenção do título de  
Mestre em  
Educação pela  
Universidade Federal  
de Alfenas. Área de  
concentração:  
Fundamentos da  
Educação e Práticas  
Educativas.

Aprovada em: 16 de maio de 2024.

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Conceição  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Prof. Dr. Ricardo Gonçalves Severo  
Instituição: Universidade Federal do Rio Grande (FURG-RS)

Prof. Dr. Luís Antonio Groppo  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Rodrigues Conceição, Professor do Magistério Superior**, em 17/05/2024, às 06:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.unifal>

[mg.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unifal.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1247996** e o código CRC **79B61500**.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização desta pesquisa e de toda trajetória no mestrado teria sido mais árdua e tortuosa, ou sequer teria sido possível, não fosse a confluência de um conjunto de ações generosas e fundamentais em domínios que vão da família à esfera profissional.

À minha mãe, Lucia Helena, agradeço por sempre me motivar a ingressar no PPGE e, sobretudo, amparar-me nos momentos de maior insegurança. Ao meu pai, João, pelo apoio durante a trajetória acadêmica.

Ao meu orientador, Marcelo Conceição, presente desde o início da graduação, pelas orientações sempre precisas na (re)construção do objeto, assim como pela paciência diante de meus eventuais equívocos ao longo da pesquisa. Aos membros da banca de qualificação e defesa, Luís Antonio Groppo e Ricardo Severo, por aceitarem generosamente o convite e pelas contribuições fecundas a esta pesquisa.

Agradeço também à própria UNIFAL-MG, nas figuras de todos os docentes que me acompanharam da graduação ao mestrado, sempre como fonte de aprendizados que se expressam nestas páginas, ainda que estejam obviamente isentos de meus equívocos. Aos meus amigos, minha gratidão pela paciência diante das ausências, assim como pelo apoio no período, em especial ao também colega de mestrado, Pedro.

Por fim, meus generosos agradecimentos à Escola Iracema Rodrigues, em nome da diretora Jussara, pela compreensão diante da necessidade nem sempre confortável de conciliar o trabalho escolar com o mestrado.

Vale também ressaltar que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A todos e todas, minha sincera gratidão!

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os 'sistemas simbólicos' cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação [...].

(Bourdieu, 2007, p. 11).

Acordos como esse são temporários. Precisam ser constantemente consolidados e reconstruídos no terreno da cultura e da vida cotidiana, se não quiserem ser vistos como imposições externas. Exatamente por esse motivo, as "guerras culturais" estão e estiveram entre as formas mais eficientes de política [...]. A educação sempre esteve em dia com esses conflitos. Tem sido uma arena de cruzadas morais ao longo de toda a sua história, algumas progressistas e outras claramente conservadoras. Como já disse, foram estas últimas que passaram a ser predominantes nas últimas décadas.

(Apple, 2003, p. 140).

## RESUMO

Esta pesquisa tem como problema geral o modo como o bolsonarismo surgia na arena pública em conexão a disputas sobre o domínio educacional. Tendo em vista um conjunto de terminologias e expressões que circulavam em ressonância ao universo educacional, como a malfadada *ideologia de gênero*, pretende-se compreender o papel da educação na direita bolsonarista no país, em conexão ao domínio moral da educação e às disputas simbólicas daí oriundas. Como objetivos específicos, buscou-se mapear e interpretar as categorias nativas de Projetos de Lei do Escola Sem Partido (ESP), assim como investigar o domínio educacional em bibliografia específica deste universo e das Ciências Sociais. Para tanto, trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza básica e com o objetivo descritivo e compreensivo, em que se analisou os Projetos de Lei do ESP, em nível federal, entre os anos de 2014 e 2016, acompanhados de fontes secundárias relacionadas a esta temática. Com efeito, observou-se que disputas sobre o domínio educacional contribuíram para a própria configuração do bolsonarismo como uma comunidade moral, em um conjunto de oposições binárias que deslocavam eixos de entendimento progressistas e transmitiam uma mensagem de *corrupção moral* no país. Por meio de elementos do domínio educacional, como a construção de professores enquanto *exploradores* e *dominantes*, o discurso do ESP se aproxima do populismo autoritário, perspectiva que permite compreender o paradoxo de um movimento conservador e insurgente. Portanto, sobre a relação entre adultos e crianças e a transmissão de arbítrios culturais estruturantes na educação, o bolsonarismo surgia como grupo legítimo na política brasileira, para além de uma *direita envergonhada*.

Palavras-chave: bolsonarismo; educação; comunidade moral; simbólico; populismo.

## **ABSTRACT**

This research investigates the emergence of "bolsonarismo" in the public arena in connection to disputes over educational dominance. It aims to understand the role of education within the Brazilian Bolsonaro's right-wing movement, particularly in relation to the moral domain of education and the symbolic disputes arising from it. The specific objectives include mapping and interpreting the native categories of the School Without Party (ESP) bills, as well as investigating the educational domain in specific literature related to this universe and Social Sciences. The research is qualitative in nature, with a basic and descriptive objective, focusing on analyzing the ESP bills at a federal level between 2014 and 2016, along with secondary sources related to this theme. The study observed that disputes over educational dominance contributed to shaping "bolsonarismo" as a moral community, creating binary oppositions that shifted progressive understanding and conveyed a message of moral corruption in the country. Through elements of the educational domain, such as portraying teachers as exploiters and dominators, the discourse of ESP aligns with authoritarian populism, offering insight into the paradox of a conservative and insurgent movement. Therefore, in relation to the dynamics between adults and children and the transmission of structuring cultural dictates in education, "bolsonarismo" emerged as a legitimate group in Brazilian politics, beyond a discreet right-wing.

Keywords: bolsonarismo; education; moral community; symbolic; populism.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1	OBJETIVO GERAL .....	19
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	19
1.3	FONTES .....	19
1.4	METODOLOGIA.....	21
<b>2</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO SIMBÓLICA E DISPUTA MORAL: DELINEAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS SOBRE O DOMÍNIO EDUCACIONAL.....</b>	<b>26</b>
<b>3</b>	<b>A DIREITA EMERGENTE E SEU ASPECTO MORAL: O DOMÍNIO EDUCACIONAL EM DISPUTA.....</b>	<b>43</b>
3.1	A COALIZÃO DE FORÇAS NA EDUCAÇÃO AMERICANA E O BOLSONARISMO .....	44
3.2	A FORMAÇÃO DE UMA NOVA-DIREITA EM DIREÇÃO AO BOLSONARISMO.....	50
3.3	A CORRUPÇÃO MORAL E O DOMÍNIO EDUCACIONAL: A REAÇÃO AO GÊNERO E AOS PROFESSORES.....	57
3.4	O ATIVISMO EVANGÉLICO SOBRE O DOMÍNIO EDUCACIONAL: UNIVERSO MORAL E LEGITIMIDADE.....	62
<b>4</b>	<b>PROJETOS DE LEI DO ESCOLA SEM PARTIDO: A ESCOLA NA DISPUTA PELA MORAL LEGÍTIMA.....</b>	<b>66</b>
4.1	A (O) POSIÇÃO PROGRESSISTA.....	67
4.2	CORRUPÇÃO MORAL E REIVINDICAÇÃO DO MONOPÓLIO FAMILIAR E RELIGIOSO.....	69
4.3	DISPUTA SOBRE O DOMÍNIO DE GÊNERO: A REAÇÃO À CORRUPÇÃO MORAL.....	71
4.4	DOMÍNIOS POLÍTICO E RELIGIOSO: RETROALIMENTAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO.....	83
<b>5</b>	<b>O PARADOXO FENOMENOLÓGICO DO POPULISMO: DESLOCAMENTOS BINÁRIOS NA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO MORAL.....</b>	<b>89</b>
5.1	EFICÁCIA SIMBÓLICA E LEGITIMIDADE: A UNIDADE DA	

COMUNIDADE MORAL NO POPULISMO AUTORITÁRIO.....	104
5.2 AGENCIAMENTOS SIMBÓLICOS NA ARENA POLÍTICA: DOMÍNIO EDUCACIONAL EM DISPUTA.....	112
<b>6 PARADOXOS DO ESP: EIXO MORAL COMO EXPERIÊNCIA POPULISTA.....</b>	<b>120</b>
6.1 A FORMAÇÃO DO POPULISMO AUTORITÁRIO NOS ESTADOS UNIDOS E O POPULISMO BOLSONARISTA.....	120
6.2 LUTA CONTRA A <i>DOMINAÇÃO</i> E RETÓRICA TRANSGRESSORA NO BOLSONARISMO.....	127
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>147</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em 28 de Outubro de 2018, a eleição de Jair Bolsonaro sinalizaria uma série de descontinuidades na República Federativa do Brasil. Tão logo anunciado o resultado eleitoral, o pastor, cantor gospel e senador Magno Malta ritualizaria o início da retirada dos “tentáculos da esquerda” com “as mãos de Deus”<sup>1</sup>, numa espécie de demarcação simbólica deste novo estado de coisas.

Se a *filosofia nasce do espanto*<sup>2</sup>, este cenário complexo e multifacetado provocaria diferentes inquietações na sociedade civil brasileira. Durante aquele pleito eleitoral, um dos estranhamentos é quando o então candidato Bolsonaro, em sabatina ao Jornal Nacional de 2018, levaria uma cartilha classificada, ainda que de maneira deturpada (Avelar, 2021), como “kit gay”, acompanhada das seguintes palavras: “Tirem o filho de sala para não ver esse livro, um pai não quer encontrar filho com boneca por influência da escola”.

Como se nota, a educação pública, que se tornaria “objeto de desejos estranhos ao mundo da educação” (Ricci, 2019, p. 130), não seria mero epifenômeno neste contexto, posto que um conjunto de categorias de acusação do bolsonarismo – como o chamado *kit gay*<sup>3</sup> – surgiriam de profundos embates na arena educacional. Há de se ressaltar, por exemplo, a terminologia “ideologia de gênero”, mobilizada por eleitores de Bolsonaro “para expressar um amplo espectro de acusações que vão desde pedofilia, transfobia, até críticas ao ensino de sexualidade nas escolas” (Kalil, 2018, p. 12).

Tendo em vista esse cenário envolvente, o problema de pesquisa visou a compreender o papel da educação, em seu aspecto moral (Apple, 2003; 2008), na configuração do bolsonarismo no país, também entendido como uma comunidade moral (Alonso, 2019). Em um conjunto de disputas que ultrapassam o eixo econômico, atentou-se para como algumas dimensões morais da educação, sejam elas reais ou

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ixUfHHJnMjo>>. Acesso em: 11/09/2020.

<sup>2</sup> <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/jose-alves-de-freitas-neto/o-espanto-e-capacidade-de-pensar>>. Premissa relacionada ao pensamento de Aristóteles. In: O espanto e a capacidade de pensar (José A. de Freitas Neto).

<sup>3</sup> O uso de termos em itálico nesta pesquisa operou como uma demarcação de categorias nativas mobilizadas na prática pelo grupo que se quer evocar. Assim, ao mesmo tempo em que o itálico demarcou um universo discursivo próprio, permitiu distinguir as categorias nativas das categorias acadêmicas, como o conceito de gênero e o de moral.

imaginárias, foram mobilizadas pelo bolsonarismo em ascensão, com a possibilidade de construção de uma identidade política legítima à direita no país (Bourdieu, 2007). Elencou-se, por seu turno, a seguinte pergunta norteadora desta investigação: como o bolsonarismo se configura e se legitima por meio de disputas sobre o domínio educacional, em seu aspecto moral e simbólico (Apple, 2003; Bourdieu, 2007)?

A partir da segunda década do século XXI, com um cenário de disputas densas e performáticas, buscou-se analisar não apenas se as disputas do domínio educacional foram mobilizadas pelo grupo que até então emergia com protagonismo na arena política, mas a própria definição deste grupo em homologia a temáticas e categorias do domínio educacional. Como o empreendimento bolsonarista logrou-se bem sucedido sob o olhar retrospectivo, pretendeu-se delinear a conexão entre as disputas educacionais e a ascensão do bolsonarismo no país, em termos de uma comunidade moral em ascensão e na própria legitimação de uma identidade política pelas disputas por definições educacionais legítimas ou, sobretudo, *ilegítimas*.

A despeito do impacto das redes sociais, reconhecido em um conjunto de análises (Alonso, 2019; Avelar, 2020; Cesarino, 2021; Rocha, 2019), de fatores econômicos (Carvalho, 2018) ou do protagonismo militar<sup>4</sup> na emergência de Bolsonaro como líder político, esta pesquisa se concentrou apenas na conexão entre disputas sobre a educação e a configuração de uma direita conservadora como grupo paulatinamente legítimo na esfera pública, em direção a uma direita reconhecida por amplas camadas sociais. Por sua vez, deteve-se somente nos fragmentos de sentido que interseccionam as disputas sobre o domínio educacional e a emergência de uma identidade política conservadora, isto é, uma comunidade moral bolsonarista (Alonso, 2019).

Ao evocar a emergência de uma *identidade legítima* no país, pretendeu-se não uma apreensão jurídica do *legítimo* sob os pressupostos legais do Estado de Direito, mas uma compreensão empírica da legitimidade, situada no nível do significado cultural (Weber, 2003). Como será possível notar, a dimensão do *legítimo* se insere

---

<sup>4</sup> Em entrevista ao cientista político Claudio Couto (21/01/2023), o antropólogo e pesquisador das Forças Armadas, Piero Leirner, inclui Bolsonaro como uma parte de um movimento militar, gestado desde 2014, de protagonismo político. Ao contrário da justificativa sobre a qual os militares teriam sido manipulados ou cooptados por Bolsonaro, Leirner aponta para a sobreposição do militarismo ao bolsonarismo, este último como parte do projeto da caserna. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CRYPHZUIh0U>>. Acesso em 22/01/2023

naquilo que é digno de reconhecimento e estima em determinado contexto (Fraser, 2018), algo que atravessa a dimensão moral e política do domínio educacional (Apple, 2008). Após um longo hiato (Rocha, 2019), a emergência de uma comunidade moral (Alonso, 2019) estabeleceria, novamente, o eixo da direita em conexão com camadas médias e populares no Brasil. Neste caminho, a *direita envergonhada* da transição democrática (Pierucci, 1987) seria substituída por uma direita que elenca novas bandeiras e temáticas relacionadas ao universo educacional, ao mobilizar terminologias conhecidas e reconhecidas numa comunidade de representantes e representados, emissores e decifradores.

Para compreender o papel da educação na ascensão do bolsonarismo, esta pesquisa analisou as disputas e produções de significados em Projetos de Lei (PL) sobre o *Escola Sem Partido* (ESP), com enfoque nos PL's apresentados entre os anos de 2014 e 2016, em nível federal. Tal período demarca, inicialmente, o primeiro PL apresentado na Câmara dos Deputados, em 2014, ainda no governo Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), ao passo que se encerra com a derrocada deste mesmo governo, com o impedimento da então presidente da República e o primeiro projeto homônimo apresentado no Senado Federal. Atentou-se, por sua vez, para o PL nº 7180/2014, de autoria do deputado federal e pastor Erivelton Santana (PSC-BA), assim como ao PL nº 193/2016, de autoria do senador e pastor Magno Malta (PL-ES). Com foco nos dois Projetos originais em nível federal, também foram analisados os apensados a estes, na medida em que possibilitaram observar as regularidades que conformam o papel da educação na emergência bolsonarista.

Acreditou-se que a educação surgiu, na *vanguarda do bolsonarismo*, como terreno fértil para a dramatização e disputa de um conjunto de valores na sociedade brasileira, em oposição à legitimidade discursiva constituída após a Constituição Federal de 1988. Ao mesmo tempo, isso não significa incorrer num paralogismo, criticado em autores como Bourdieu (2007), e imputar um cálculo absoluto aos agentes que circulavam em torno de projetos como o ESP, como se operassem conforme a plena consciência do resultado de suas ações, isto é, com a emergência do bolsonarismo (*a posteriori*) previamente (*a priori*) planejada. Embora houvesse manipulação, interesses e cálculos, buscou-se pormenorizar a produção de novos significados e identidades no espectro conservador, universo no qual diferentes atores passaram a atuar.

Para tanto, ao abordar a relação entre a direita ascendente no país e o domínio educacional, pretendeu-se ultrapassar uma atomização deste domínio, oriunda de uma “redução das concepções de humano e das instituições a considerações técnicas” (Apple, 2008, p. 174), quando o educacional se tornaria irredutível a si mesmo. Ao contrário, o que se enfatiza é a educação como veículo para uma disputa por significados que a ultrapassam.

No que se refere à ascensão do conservadorismo no país, ao longo da segunda década do século XXI, observou-se uma correspondência entre representações evocadas na arena pública e algumas batalhas travadas sobre o eixo educacional. Embora pouco abordado na literatura sobre o fenômeno político em estruturação no período, “o bolsonarismo reconheceu a importância do campo<sup>5</sup> educacional, decidindo travar nele uma de suas batalhas mais incisivas” (Guimarães; Oliveira, 2020, p. 16). Neste aspecto, representações morais evocadas no domínio educacional operariam como aglutinadores de setores da sociedade brasileira, em um contexto nacional caracterizado por uma legitimidade discursiva progressista (Alonso, 2019; Avelar, 2022; Rocha, 2019).

É assim que, em entrevista ao jornalista Pedro Dória em 2021<sup>6</sup>, após ser indagada sobre o clássico *por que chegamos até aqui*, a antropóloga Isabela Kalil sugere que o fenômeno bolsonarista começaria a se expressar mais claramente como reação ao Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH03) de 2010. Na mesma entrevista, a antropóloga argumenta que, em 2010, antes mesmo de crises posteriores no âmbito político ou institucional, “Bolsonaro se coloca contra o kit-gay, que eram os materiais anti-homofobia”. Se tal projeto havia sido barrado, a agência e a semântica *bolsonarista* já existiam no âmbito do virtual, ainda que sem a presença de um líder que conseguisse canalizá-la.

Em contexto internacional, contudo, uma espécie de populismo-autoritário já vinha se expressando com crescente vigor no período que culmina na realização do livro de Apple (2003), *Educação à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. Trata-se não de uma associação de *lunáticos*, mas de um “movimento social cada vez

---

<sup>5</sup> O conceito de “campo”, categoria que carrega a perspectiva de Bourdieu (2007), aparece nesta pesquisa apenas para manter a fidedignidade diante da citação de outras abordagens, e não com o intuito de desenvolver os pressupostos do conceito, que ultrapassam os limites desta pesquisa.

<sup>6</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=hANCu2QuC-g&ab\\_channel=Meio](https://www.youtube.com/watch?v=hANCu2QuC-g&ab_channel=Meio)>. Entrevista realizada ao canal Meio, do jornalista Pedro Dória. Acesso em: 25/01/2022.

mais poderoso e persuasivo em muitas nações do mundo inteiro”, com forte apelo no ressentimento da população nestes países (Apple, 2003, p. 124). Agora, como aponta Apple (2003, p. 140), “os efeitos de um novo acordo conservador são visíveis em toda a nossa volta, na educação e em todo o tecido social e cultural de nossa sociedade”. Para compreender este rearranjo de forças e de sentido, complexo em suas múltiplas camadas e atores, foi necessário especificar alguns fragmentos no âmbito da direita emergente não apenas no Brasil. Além disso, também era preciso esmiuçar as combinações que formam o bolsonarismo, com os elementos simbólicos que se impõem sobre tal identidade política à direita no país.

Ainda em um contexto anterior ao bolsonarismo, qual seja, o período de emergência de uma *nova-direita* no percurso da redemocratização do país, alguns desafios apontados por Pierucci (1987, p. 39) já seriam pertinentes diante do bolsonarismo, entre os quais: a “escorregadia dança de temas”, a pluralidade das direitas no período e o caráter relativo desta classificação, quando cada elemento se define por oposição ao outro. Nesta esteira, acredita-se ser possível acrescentar outra dificuldade relacionada à interseção entre bolsonarismo e a educação, qual seja, o paradoxo entre um discurso insurgente contra as *elites*<sup>7</sup> (educacionais) e, ao mesmo tempo, distante efetivamente de uma alteração da estrutura social brasileira.

A despeito de articulações táticas e sobreposições entre o bolsonarismo e outras classificações no complexo mosaico das direitas, esta pesquisa evidenciou as apropriações sobre o domínio educacional pelo segmento de forças e de sentido que emergia. Por consequência, a recorrência a outras formas de classificação da direita, como as rubricas da *nova-direita*<sup>8</sup> em Rocha (2019), ou mesmo no período da redemocratização (Pierucci, 1987), surgiam para definir as camadas sobrepostas e

---

<sup>7</sup> O uso do termo “elites” surgiu para emparelhar a repulsa ao professor no ESP em afinidade à ascensão do populismo autoritário em escala internacional (Apple, 2003; Empoli, 2019) e nacional (Barros; Lago, 2021). Não aparece como categoria sociológica sobre a posição de determinados agentes numa estrutura, mas como legitimação junto ao *povo*.

<sup>8</sup> A utilização de termos como *nova-direita*, conservadorismo ou direita-emergente, acompanhados de autores como Pierucci (1987), Rocha (2019) ou Apple (2003), visou a carregar o sentido conceitual original que tais autores empregam para se referir a um complexo agrupamento das direitas em escala contextual. Por outro lado, esta pesquisa parte do bolsonarismo (Alonso, 2019; Kalil, 2022) para indagar sobre uma possível articulação ao populismo autoritário (Apple, 2003), sem negar por completo a sobreposição de camadas provenientes de outras denominações, como o próprio neoconservadorismo e a recusa à penetração do Estado na vida privada, precisamente sobre o corpo e a moral de crianças na escola. No entanto, a associação do neoconservadorismo com um saber ocidental e tradicional, revestido de maior legitimidade, parece afastar tal classificação do núcleo mais básico de sentido do bolsonarismo que aqui se busca imprimir.

diferenciais em referência ao próprio bolsonarismo, e não para confundi-lo com outras configurações em períodos históricos diferentes. Por outro lado, a ênfase no bolsonarismo como fio-condutor não impediu de se realizar emparelhamentos com outras experiências da direita nas últimas décadas.

Apesar de aproximações entre a direita emergente nos Estados Unidos e no Brasil, algumas diferenciações foram estabelecidas a fim de viabilizar a análise. Fez-se mister acentuar que, embora possam se complementar, a ênfase neoliberal (Apple, 2003) se diferencia da neoconservadora e do posicionamento populista, quando as iniciativas políticas da primeira se inscrevem diretamente em termos de mercado, economia e trabalho, em oposição a supostos *desperdícios* de um *Estado inflado*. Da mesma maneira, o âmbito gerencialista, atrelado a pressupostos técnicos de avaliação e controle de qualidade da educação, também se distancia da relação bolsonarista com o universo educacional.

Por outro lado, como parte de uma guerra cultural (Apple, 2003, p. 140), o bolsonarismo incorporava lutas conservadoras e reacionárias (Fraser, 2018) em oposição ao progressismo. Da mesma maneira que “os conservadores das religiões populistas autoritárias encontraram um lar sob o guarda-chuva conservador” (Apple, 2003, p. 20), setores conservadores, reacionários e/ou populistas no Brasil poderiam se alinhar ao bolsonarismo na recusa a formas de corrupção moral pela escola (Kalil, 2022), espécie de guarda-chuva que incorporava uma unidade política pela pauta moral.

Mais que catalogar o bolsonarismo em conservadores, neoconservadores ou reacionários, considerou-se que esta identidade política incorpora uma oposição ao progressismo nos costumes, uma rejeição a especialistas educacionais e um forte componente moral na relação com a política (Alonso, 2019; Kalil, 2022). A defesa da educação sexual como exclusividade da família, por exemplo, aciona tal universo de sentido, o que implica que nem todo eleitor deveria ser essencializado sob uma doutrina política abstrata, mas entendido em movimento e segundo seus posicionamentos concretos (Kalil, 2022).

Por conseguinte, a unificação do bolsonarismo, complexo mesmo em escala etnográfica, pode ser percebida na incorporação da pauta moral sobre a escola, seja entre agentes políticos ou eleitores. É sob este prisma, e não em uma acepção doutrinária, que se imputou o bolsonarismo como conservador em oposição ao



progressismo e à *liberalização dos costumes*, dimensão que incorporava um vocabulário sobre as guerras culturais na educação (Apple, 2003) e uma recorrência ao eixo dos costumes já presente nas *bases da nova-direita* (Pierucci, 1987).

Dada a proximidade entre o bolsonarismo e o populismo autoritário, os capítulos que se seguem auxiliarão a compreender como temáticas educacionais proporcionaram a constituição de um conjunto de ideias e valores do bolsonarismo, em oposição ao que Apple (2003) já estabelecia como posicionamentos neoliberais e gerencialistas sobre o domínio educacional nos Estados Unidos. Com efeito, termos como a *direita emergente* acionam um período de constituição da direita nos Estados Unidos (Apple, 2003) e englobam uma gama de posicionamentos à direita, em contexto internacional e nacional, embora o foco desta pesquisa se concentre na versão populista naquele país. Como o interesse desta pesquisa se insere no aspecto moral da direita emergente, a recorrência à *direita emergente* se refere ao englobamento do bolsonarismo e do populismo-autoritário, respectivamente no Brasil, em ascensão, e nos Estados Unidos, cuja antecedência informa não apenas um eixo temporal, mas sincrônico, isto é, com propriedades coincidentes e semelhantes.

Diante de um conjunto de orientações políticas, pretendeu-se compreender o lugar das lutas educacionais na construção do bolsonarismo como fenômeno ao mesmo tempo político e simbólico, de força e de sentido, quando o eixo moral se torna inescapável desta definição, assim como fonte de legitimação social. Mais que cálculos e interesses econômicos realmente existentes, o que se buscou compreender é a eficácia de uma identidade coletiva irreduzível à direita liberal no país, embora pudessem se articular (Rocha, 2019).

Apesar de afinidades com experiências populistas ao redor do mundo e possíveis comparações aqui elencadas (Apple, 2003; Empoli, 2019), a ênfase desta pesquisa se direcionou ao bolsonarismo. Tal terminologia passou a ser utilizada não apenas pela imprensa especializada, mas também por um conjunto de análises sociológicas sobre a força política que havia emergido sob certas singularidades na esfera pública brasileira (Alonso, 2019; Kalil, 2018; Solano, 2018). Ainda que não se esgote em si mesmo, a utilização do bolsonarismo como conceito analítico implicava mais que a existência de um partido ou grupo político para ocupar o Estado, mas um movimento com ampla ressonância popular no amálgama da *nova-direita* no país (Rocha, 2019), donde advém sua especificidade.

Com o alinhamento entre a formação da *nova direita* que já era mapeada anteriormente (Pierucci, 1987; Rocha, 2019) e a emergência de Jair Bolsonaro como candidato viável à presidência, grande parte dos autores passaram a se referir a este bloco emergente como bolsonarismo, conceito que demarca o aspecto moral (Alonso, 2019) e identitário (Kalil, 2022; Solano, 2018) incorporado à política representativa. Como complemento, também se desdobrava uma dimensão de ressentimento no bolsonarismo (Avelar, 2021; Empoli, 2019), quando um conjunto de inimigos passa a afigurar tal fenômeno como um traço do populismo contemporâneo (Apple, 2003; Barros, Lago; 2022; Empoli, 2019). No entanto, por meio de revisão bibliográfica e de análise documental, tal bloco não surge em função de uma única figura ou força unilateral, mas por meio de um conjunto de significados e orientações de sentido em domínios como o educacional, terreno fértil para performances de diferentes agentes de poder.

Ao abordar o bolsonarismo como uma “comunidade moral” (Alonso, 2019), destacou-se a emergência de uma nova orientação de sentido no debate público e na arena política, cujo caráter disruptivo causaria reações em circuitos acadêmicos (Carlotto, 2019). Mais do que uma nova-direita em seu sentido amplo (Rocha, 2019), foi enfatizada a emergência de uma identidade coletiva “claramente antipluralista” (Solano, 2018, p. 09), contrária a supostas *élites intelectuais* (Alonso, 2019; Apple, 2003; Avelar, 2021; Carlotto, 2019) e em oposição ao progressismo e iluminismo também presentes nas representações modernas sobre educação (Severino, 2006).

Trata-se, portanto, de um movimento que ultrapassa o fenômeno da *direita envergonhada* no contexto de redemocratização do país (Pierucci, 1987), quando a consolidação de uma direita em bases morais carecia de legitimidade política (Almeida, 2019; Alonso, 2019; Avelar, 2021; Rocha, 2019). Ainda que como um componente da política institucional, o bolsonarismo comporta uma articulação densa de significados entre representantes e representados, emissores e decifradores, em uma costura política carregada de legitimidade, momento em que o universo educacional se torna denso de sentido.

Como ilustração de outro estado do domínio educacional, Carlotto (2019, p. 148-149) destaca um contraponto aos signos emergentes posteriormente com o bolsonarismo na educação: a criação do MEC em 1930, na esteira da Escola Nova, ao afirmar a “primazia do Estado em detrimento da igreja e da família, na definição do

caráter laico, racional e crítico da educação nacional”. Como responsável pela formação dos professores, estes passavam a legitimar o conhecimento produzido pelo sistema educacional estruturado do MEC, como aspectos complementares. Não é, contudo, como metonímia de valores iluministas que a educação seria apropriada pela direita contemporânea, quando um conjunto de pautas bolsonaristas passaria a conectar o domínio educacional a uma sociedade em ebulição.

Noutro plano, os critérios para a geração e a definição de uma *verdade legítima*, como seria o caso das questões de gênero e de outras temáticas morais, perpassam uma radical transformação e deslocamento, coerente a um cenário de *guerra em campo aberto* (Carlotto, 2019). Como exemplo destacado por Carlotto (2019, p. 153), a própria definição de intelectual – e a de professor – seria alvo de um ruído, sintomático da “disputa pelos critérios de estabelecimento da verdade”, quando outros atores, como pastores e pais, reivindicam a produção e transmissão de um conhecimento legítimo sobre uma série de domínios da vida.

Não é, portanto, sob os pressupostos neoliberais e gerencialistas ou técnicos que se busca compreender a conexão do domínio educacional com o bolsonarismo, mas subjacente a direita moral cujos apelos são outros, seja a luta contra a *doutrinação das crianças* ou a *inversão dos valores familiares*. É sob este prisma que se buscou perceber os usos e apropriações sobre o domínio educacional, cujo estoque de significados permitiria a configuração de uma comunidade moral (Alonso, 2019) em luta contra uma série de práticas e valores *ilegítimos* no país.

Neste cenário, tomou-se como hipótese que, a despeito do *espanto* e de estranhamentos situados nos âmbitos progressista e acadêmico, a emergência do bolsonarismo já se formava por uma apropriação e deslocamento de um conjunto de temas e pautas educacionais pelo grupo que buscava ascender politicamente no país. O sentido da educação, contudo, não se definia na defesa de um projeto nacionalista e/ou desenvolvimentista (Ianni, 1963) nem, tampouco, como um mecanismo técnico-racional supostamente neutro, criticado em Apple (2008). Por outro lado, acreditou-se que o domínio educacional se tornaria uma das arenas densas de disputas pela visão legítima do mundo social (Bourdieu, 2007), na tentativa de se erigir valores conservadores como os mais *legítimos*, em um cenário contemporâneo de crises sobrepostas em diferentes ordens (Apple, 2008; Hall, 2014).

Dessa maneira, por meio do investimento no estoque moral da educação (Apple, 2008), o grupo em ascensão no país passaria a evocar alguns questionamentos, imaginários ou não, que se situavam nos seguintes termos práticos: *Como se deve levar a vida? O que deve ser aceito? Como nossos filhos devem ser educados? Quem deve educar as nossas crianças? Até que ponto os professores podem influenciar as crianças, na orientação política ou na identidade sexual?*

Desse modo, atentou-se para as disputas sobre o que é *legítimo* e *justo* em uma sociedade, ao passo que se pretendeu levar a sério a demanda de Apple (2003, p. 79) sobre uma análise razoável do domínio educacional, realizada com o enfoque maior “em relação às lutas do momento que modelam constantemente o terreno sobre o qual a educação opera”.

### 1.1 OBJETIVO GERAL

Compreender o papel da educação na dimensão moral do bolsonarismo.

### 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Tendo em vista o objetivo geral apresentado, pretende-se:

- a) interpretar como a educação foi mobilizada na luta por um conjunto de definições simbólicas na sociedade brasileira, com a formação e consolidação do bolsonarismo entre 2018 e 2022;
- b) mapear e interpretar as *categorias nativas* e *acusatórias* mobilizadas nos Projetos de Lei do Escola Sem Partido (ESP), com os projetos originais e apensados, sobretudo entre 2014 e 2016;
- c) compreender como o discurso do ESP produz identidade e diferença (Hall, 2014), isto é, estabelece posições de sujeito em oposição a determinados grupos sociais;
- d) investigar como o domínio educacional aparece em bibliografia sobre o bolsonarismo e a direita emergente na Sociologia e na Antropologia, a ser apresentada a seguir.

### 1.3 FONTES

Momento central para a construção do objeto, deve-se mencionar alguns critérios e escolhas relacionadas à análise bibliográfica, percorrida nas produções diretamente relacionadas a este tema, no eixo das ciências sociais, em direção à sociologia da educação. Segundo Lima e Miotto (2007, p. 38), a pesquisa bibliográfica não se resume à revisão de literatura, ao passo que “implica um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo”.

Tendo em vista o próprio problema de pesquisa, qual seja, o papel da educação na configuração do bolsonarismo no país, os textos foram selecionados conforme alguns critérios que se seguem. Inicialmente, na definição temática do bolsonarismo, buscou-se realizar a análise de artigos, teses e livros sociológicos, antropológicos e educacionais sobre o tema, quando se percebeu que tais textos continham uma abordagem do poder e do simbólico em possíveis afinidades ao modo como o educacional é aqui cotejado, isto é, na luta por um conjunto de definições morais e simbólicas sobre o mundo social (Apple, 2003).

Dentre as unidades temáticas escolhidas para a análise, destacaram-se, inicialmente, as seguintes: o bolsonarismo ou a nova-direita em sua vertente conservadora e moral no eixo dos costumes (Alonso; 2019; Cesarino, 2020; Kalil, 2022; Rocha, 2019; Solano, 2020); a ascensão de uma direita conservadora em oposição a uma agenda progressista (Almeida, 2019; Alonso, 2019; Avelar, 2022; Carlotto, 2019); e o modo como o ressurgimento de uma direita vinha sendo interpretado em escala internacional, com o fito de estabelecer relações comparativas com o fenômeno aqui analisado (Empoli, 2019; Fraser, 2018). Vale também frisar que, como aproximação a uma perspectiva de legitimação simbólica oriunda do domínio educacional, pretendeu-se abranger algumas pesquisas de caráter qualitativo e etnográfico entre eleitores conservadores e bolsonaristas, tais como em Kalil (2018; 2022) e Rocha e Solano (2020).

Por conseguinte, foram especificados alguns eixos para a investigação bibliográfica, em uma “leitura crítica”, conforme Lima e Miotto (2007): 1) Identificar e interpretar como a educação, em suas terminologias e instituições imaginárias ou não, aparece na formação do bolsonarismo: trata-se de um papel secundário ou central? 2) Compreender como o bolsonarismo se configura em recorrência a representações do domínio educacional, conforme as abordagens analisadas; 3) Mapear quais são as

categorias de acusação mobilizadas pelo bolsonarismo em conexão ao domínio educacional, como as de *ideologia de gênero* (Junqueira, 2019; Kalil, 2022) e *hegemonia cultural de esquerda* (Rocha, 2019).

Num segundo nível mais detido ao debate educacional, foram selecionados dois livros sobre a educação e o bolsonarismo, com vistas a uma maior inserção neste âmbito. Produto de uma tese de doutorado sobre o ESP, *Regulação social e as formas de consenso no movimento Escola Sem Partido* (Santos, 2021) permitiu maior aprofundamento no objeto, em suas inscrições nos três níveis legislativos, assim como a obtenção de fontes secundárias sobre o ESP. Outro livro, *Educação contra a barbárie*, com organização de Fernando Cássio (2019), permitiu a inserção no debate educacional sobre o bolsonarismo e o cotejamento de diferentes matrizes teórico-conceituais sobre o tema.

A fim de perseguir análise bibliográfica mais diretamente relacionada às fontes primárias desta pesquisa, foram elencados quatro artigos no portal *Scielo*, em que se buscou por “bolsonarismo e educação”, “educação e bolsonarista”, “Escola sem Partido” e, por último, “homeschooling”. Por meio destes artigos, recorreu-se a aproximações entre o universo educacional e o bolsonarismo, assim como se verificaram algumas descontinuidades teórico-conceituais em relação aos objetivos e referenciais desta pesquisa.

#### 1.4 METODOLOGIA

Além da revisão bibliográfica, deve-se explicitar os meios para se aproximar do problema e dos objetivos deste trabalho, conforme análise documental. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza básica e com o objetivo descritivo e compreensivo. Mais precisamente, diante de uma realidade complexa (Weber, 2003), pretendeu-se desenrolar apenas as teias de significados contidas em um fragmento da realidade, qual seja, a afinidade entre a ascensão da nova-direita, em sua delimitação conservadora, e um conjunto de valores e usos morais mobilizados na educação<sup>9</sup>, em sua dimensão moral e simbólica (Apple, 2008; Bomeny, 2001).

---

<sup>9</sup> Neste caso, como nas análises sobre o fenômeno futebolístico no Brasil (DaMatta, 2006), estaríamos diante de uma esfera que, mais importante do que os resultados do jogo em si, estaria a mobilização e as representações envolvidas neste jogo, em cenário cultural singular. No entanto, aqui se pretende

Para tanto, tal pesquisa apresentou análise documental de Projetos de Lei, em esfera federal, sob a autodenominação de *Escola Sem Partido*. Vale ressaltar que, ao longo da segunda década do século XXI, as diferentes esferas da federação assistiram a uma profusão de Projetos de Lei embasados no Escola Sem Partido. Em mapeamento, Santos (2021, p. 143) demonstra que, no nível federal e estadual, “são dezenas de Projetos que tramitam” nas respectivas casas legislativas. Em âmbito municipal, por sua vez, é destacada a existência de “mais de uma centena de Projetos de Lei” (Santos, 2021, p. 150), dimensão que atesta a importância da pauta neste contexto político.

Por outro lado, os diferentes PL's operam em torno de uma “similaridade de conteúdo”, também observada por Santos (2021, p. 143), o que exige um ajuste metodológico. Em vez de recorrer a uma amostra exaustiva destes Projetos ao redor do país, pretendeu-se utilizar como fonte primária os Projetos de Lei encaminhados em nível federal, além de algumas emendas apresentadas posteriormente. Pelo mesmo motivo, os PL's não serão expostos separadamente, em uma profusão de detalhes e minúcias de cada projeto, o que levaria a uma repetição desnecessária de seu sentido.

De modo complementar, concentrou-se nos aspectos qualitativos dos PL's, com o objetivo de compreender o discurso que mobiliza, em seus elementos significativos e relacionais, assim como na conexão com um conjunto de atores políticos e sociais. Outros projetos e audiências realizadas em tramitação do PL sobre o ESP surgem como fontes secundárias, alicerçadas na investigação de Santos (2021).

Como recurso metodológico, incorreu-se mais diretamente numa análise mista do discurso (Dionne; Laville, 1999), em um movimento de ir e vir entre os significados interpretados nos documentos e alguns eixos analíticos que ordenam uma leitura prévia dos dados. Para tanto, partiu-se de uma perspectiva atenta ao simbólico e ao sistema de relações entre os termos para estabelecer, do particular para o geral, “redes de categorias ou conceitos e das relações existentes entre eles” (Flick, 2009, p. 277), com vistas a perceber como as terminologias do ESP operam formas de

---

mobilizar menos a integração cultural que a evocação de conflitos de diferentes ordens, subjacentes aos domínios econômicos, morais e culturais de uma sociedade.

classificação do mundo em um conjunto de oposições, sem desconsiderar o agenciamento político aí subjacente.

Com a rejeição de uma categorização fechada sobre os dados, considerou-se possível compreender o papel da educação na configuração da direita bolsonarista, para além de um eixo economicista, como algumas análises sobre o ESP o fariam (Capaverde; Lessa; Lopes, 2019; Santos, 2019). Com efeito, tais análises delimitaram o ESP a seu aspecto objetivista, isto é, a seus efeitos como uma “ideologia” em um “estado a serviço da classe dominante e do interesse das grandes corporações” (Capaverde; Lessa; Lopes, 2019, p. 219). Em Santos (2021, p. 60), por exemplo, observou-se a associação mecânica da ideologia do ESP aos interesses da classe dominante ou à “manutenção dos interesses do capital e da economia de mercado global, que tem por objetivo lucrar com as mais variadas facetas do mundo educacional” (Santos, 2021, p. 60). Sob este prisma, desconsiderava-se que a educação já seria alvo do capital anteriormente, ou por que, somente agora, passaria a ser investida por tais interesses. Como resultado, ignorava-se o agenciamento de uma nova leitura de mundo produzida pela direita emergente, movimento que também contribuiria para ordenar novas relações de força e de sentido na política brasileira.

Em suma, ao demonstrar como o ESP desembocava nas categorias prévias de um objetivismo que desconsidera os sentidos da experiência para a própria compreensão da reprodução que se intenta estabelecer (Bourdieu, 1983), tais análises se furtaram de apreender o universo de significado do ESP e suas relações com domínios como o gênero e outras questões existenciais dos sujeitos. Como contraponto, uma interpretação mista dos dados do ESP permitiria acionar um conjunto de paradoxos, deslocamentos e interpretações com considerável eficácia simbólica, ainda que aos *olhos nativos*.

Conforme se tornará mais explícito em momento ulterior, pretendeu-se operacionalizar um diálogo entre o universo educacional e o sistema de sentido bolsonarista, com atenção para as disputas sobre uma visão legítima de um conjunto de aspectos da realidade (Bourdieu, 2007), ainda que a legitimidade de tais aspectos se situe no reino do arbitrário e no reconhecimento fornecido por camadas que escapam dos esquemas de sentido progressistas ou, até mesmo, democrático-liberais. Por seu turno, uma dimensão moral da educação emerge na interseção (Apple, 2008) com o bolsonarismo em seu aspecto moral e conservador (Alonso,



2019; Kalil, 2022), e permitiria supor aquilo que uma análise objetivista colocaria como um dado.

Em um primeiro momento, foi analisado o Projeto de Lei 7180/2014, do deputado Erivelton Santana (Patriota/BA), membro da bancada evangélica na Câmara dos Deputados, assim como o parecer do mesmo deputado às emendas apresentadas ao referido PL. Na mesma Casa Legislativa, também se analisou o Projeto de Lei nº 867/2015, de autoria do deputado Izalci Lucas (PSDB-DF), seguido de discurso do mesmo deputado e de Jair Bolsonaro, até então no PSC-RJ. Com conteúdo parecido, tal pesquisa também focalizou o Projeto de Lei nº 193/2016, do senador Magno Malta (PL/ES). Embora com algumas especificidades, tais projetos apresentaram temáticas parecidas, que evocam os limites à atuação docente, bem como a rejeição a determinados conteúdos supostamente proferidos por professores em sala, como as temáticas de gênero.

Ao abordar as fontes primárias, buscou-se responder às seguintes indagações: Como os PL's surgem em afinidade à dimensão moral contida na educação? Quais as conexões de sentido entre os significados mobilizados nos documentos e a comunidade moral bolsonarista (Alonso, 2019)? Quais são as produções de identidade e diferença nestes documentos, isto é, as posições simbólicas mobilizadas e os “outros” do discurso do ESP?

A apresentação dos resultados desta pesquisa está dividida em cinco capítulos complementares, que podem ser agrupados em três partes: uma teórica e bibliográfica, que engloba os dois capítulos seguintes; uma parte concentrada em análise mais detida do ESP, que coincide especificamente com o capítulo 04; e, por fim, uma última parte que engloba dois capítulos complementares, o primeiro relacionado às oposições binárias extraídas dos documentos do ESP e o capítulo final dedicado a uma conexão entre o ESP e o populismo autoritário.

No primeiro capítulo, estabeleceu-se os delineamentos teórico-metodológicos que orientavam a produção e análise dos dados sobre o Escola Sem Partido (ESP), com destaque para uma perspectiva sobre a relação entre simbólico e poder, em conexão a uma definição de educação que suscitou a compreensão das disputas contidas neste universo. No segundo capítulo, apresentou-se os resultados de revisão bibliográfica, previamente estabelecida ajustada à análise da direita emergente em interseção ao domínio moral da educação, momento em que os elementos desta

interseção se elucidam mutuamente. Já no terceiro capítulo, ao carregar as contribuições anteriores, será possível notar uma análise do ESP, quando o domínio educacional emergirá como denso de disputas simbólicas e esfera crucial para uma reconfiguração da direita no país. No capítulo seguinte, por sua vez, buscou-se apresentar as estruturas de oposição que ordenam o universo de sentido bolsonarista, em recorrência ao próprio fio-condutor que parte da comunidade moral em direção ao populismo autoritário. De modo mais específico, o capítulo final indagou sobre a pertinência do conceito de populismo autoritário para a compreensão da atuação bolsonarista na educação.

## 2 CLASSIFICAÇÃO SIMBÓLICA E DISPUTA MORAL: DELINEAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS SOBRE O DOMÍNIO EDUCACIONAL

Ao abordar a fecundidade de um aparato teórico-metodológico, Apple (2003, p. 40) salienta que uma teoria não deve ser avaliada por uma correspondência perfeita à realidade, pronta para ser revelada de uma vez por todas. Aquém e além dessa espécie de *tentação epistemológica*, é necessário “trabalhar produtivamente com teorias quase sempre inadequadas em certos aspectos, mas que nos empurram ‘estrada abaixo’ e nos possibilitam ver coisas” que antes estavam ocultas (Apple, 2003, p. 40). Mesmo que a integralidade de cada teoria não dialogue por completo entre si nem esgote totalmente o objeto, sua fecundidade se encerra como uma ferramenta para observar melhor alguns fenômenos que poderiam parecer inatingíveis, confusos e ambíguos.

Nesse prisma, a conexão entre o domínio educacional e o bolsonarismo pode ser desenrolada por meio de algumas ferramentas teórico-conceituais que operam menos como uma reprodução dogmática de seus princípios integrais que como ordenamento prático de um objeto fluido e multifacetado (Bourdieu, 2007). Em um nível mais geral de ordenação da realidade, pretende-se balizar alguns domínios e pressupostos da análise social, antes mesmo de se imiscuir nas especificidades de um objeto complexo.

Como ressalva a críticas a uma tendência epistemológica que vê o poder em tudo (Sahlins, 2004), é necessário fazer o caminho duplo de apreender como o simbólico também se manifesta no poder, isto é, nas formas de luta exauridas como as mais *profanas*, na arena pública institucionalizada. Desse modo, pretende-se discutir a íntima relação entre domínios nem sempre conjugados na teoria social (Bourdieu, 2007), como o simbólico e o político, o existencial e o poder, o sentido e a força. De início, vale ressaltar alguns instrumentos conceituais e metodológicos que permitam tangenciar o domínio moral e simbólico como fio-condutor no encontro entre o educacional e a ascensão do bolsonarismo no país.

Por um considerável número de interpretações contemporâneas, observou-se o modo como os sistemas simbólicos, donde derivam os significados culturais, passam a ser acrescidos de uma mediação que incorpora a agência, poder e a assimetria como elementos constitutivos dessa mesma classificação (Bourdieu, 2007;

Hall, 2014). Na abordagem de Bourdieu (2007), noções como a de poder simbólico surgem da tentativa de ultrapassar tanto o reducionismo material quanto, por sua vez, uma compreensão autocontida do simbólico, ao mesmo tempo em que o sociólogo francês incorpora tradições aparentemente inconciliáveis.

É sob este prisma que se pretende compreender o domínio educacional como veículo de uma luta por definições legítimas de mundo, em um aspecto moral inescapável da educação e do próprio fenômeno bolsonarista. Tal compreensão educacional diz respeito à “questão do que conta como conhecimento legítimo” e, por extensão, ao “caráter fundamentalmente político e moral da existência social e do desenvolvimento humano” (Apple, 2008, p. 199). Nesses termos, “as questões educacionais são, pelo menos parcialmente, questões morais”, isto é, “questões sobre o que deve ser feito e sobre o que é o bem” (Apple, 2008, p. 174), assim como o *mal*, para diferentes grupos e atores sociais em disputa. Vale ressaltar que tal perspectiva conecta a experiência existencial dos sujeitos às disputas pelos significados em uma série de domínios da vida (Bourdieu, 2007).

Se, para a compreensão do lugar da educação na emergência bolsonarista, tal domínio não se restringe a mero epifenômeno na sociedade, a educação também não se encerra em si mesma, de modo autocontido, mas “serve de representante e também de arena para batalhas maiores sobre o que nossas instituições devem fazer, a quem devem servir e quem deve tomar essas decisões” (Apple, 2003, p. 42). Por sua vez, a educação permitiria não apenas revelar as dramatizações de um contexto social, à maneira *damattiana* (DaMatta, 2006), mas se tornaria um domínio denso para as lutas pela definição do conhecimento legítimo na sociedade brasileira, quando da emergência da comunidade moral bolsonarista (Alonso, 2019).

Tal como no protagonismo das disputas educacionais na própria formação de posicionamentos à direita nos Estados Unidos, somente “ver as escolas como o reflexo passivo de forças sociais não faz justiça a seu papel central enquanto arena de luta” (Apple, 2003, p. 132). Como se pressupõe, a educação não é entendida como reflexo de uma *infraestrutura objetiva* nem como mecanismo técnico e gerencial, mas como arena de disputas sobre um conjunto de definições legítimas, eixo que sintetiza o poder e o simbólico, o político e o cultural (Apple, 2003; Bourdieu, 2007). De modo dinâmico, este domínio surge como uma arena social construtiva, onde se disputam valores, redefinem-se concepções e se resolvem tensões latentes na sociedade,

como as construções de identidade, as guerras culturais e a emergência de novas forças na política nacional.

Ao se voltar para a experiência americana em Michael Apple (2003), não se depreende somente um referencial teórico sobre a noção de educação, mas a sensibilidade para a magnitude de fenômenos similares em curso, isto é, os usos e apropriações do domínio educacional por forças políticas e culturais que se formam inicialmente nos Estados Unidos. Nesse quadro, não apenas o domínio educacional, mas as disputas sobre tal domínio, com a diferenciação de atores em jogo, surgem devedoras das análises de Apple (2003; 2008).

Além da definição de educação afinada a disputas simbólicas, Apple (2003, p. 13) estabelece o mapeamento de uma “complexa configuração de interesses da direita”, movimento que também possibilitou emparelhar (Dionne; Laville, 1999) com a atuação da direita brasileira, em direção ao bolsonarismo. Neste espectro, há neoliberais, os neoconservadores, uma classe média gerencial e os populistas autoritários que, por sua vez, “querem um retorno a (seu) Deus em todas as nossas instituições” (Apple, 2003, p. 13).

Neste quadro de forças, deve-se ressaltar a combinação de pautas e discursos da direita emergente, ao mesmo tempo em que contradições internas se colocam em movimento na realidade. Como argumenta Apple (2003, p. 73), a “modernização conservadora na educação é orientada por uma coalizão tensa de forças, cujos objetivos se contradizem parcialmente”. Isso é percebido, por exemplo, entre o sentido do Estado para neoliberais e neoconservadores: os primeiros querem um Estado fraco, enquanto os segundos, um Estado forte (Apple, 2003, p. 73). Embora esta pesquisa não tenha abordado o conceito de modernização conservadora na sua integralidade nem consiga esgotá-lo por completo, a possibilidade de partir de um conjunto de corolários do conceito, como o de bloco de poder e o próprio populismo autoritário, contribuiu para precisar o próprio fenômeno bolsonarista na educação.

No prisma dialético e sistêmico de Apple (2003, p. 133), os motivos para o surgimento de uma orientação populista e religiosa na arena pública remetem a várias causas, desde o fortalecimento da ciência na Guerra Fria, o enfraquecimento de comunidade locais pela urbanização, lutas relacionadas a gênero e raça, assim como redefinições teológicas internas ao movimento evangélico conservador. Mas, a despeito de fatores diacrônicos, o conceito de populismo autoritário contribui para

compreender alguns paradoxos e especificidades desta direita emergente na educação, aqui e alhures. Ao abordar o populismo autoritário, Apple (2003, p. 186) ultrapassa uma caracterização estritamente institucional para demonstrar como o fenômeno em curso se insere em comunidades imaginárias e afetivas, que oferecem formas de pertencimento em um contexto de desintegração social.

Tal como Lévi-Strauss (2003) criticaria Mauss ao derrapar em explicações que atribuem a sentimentos e afetos a razão última da realidade social, a abordagem de Apple (2003) incorpora o afeto sem se reduzir a ele, como se, ao contrário, ódios, tensões e medos se explicassem por si mesmos. A rejeição a um *psicologismo* implica inverter a prioridade analítica, ao conferir ao simbólico (ou às categorias da realidade) uma fecundidade no nível dos *ódios* e *pânicos*, previamente ordenados em esquemas locais, como puro/impuro, sagrado/profano. Como consequência, não é o *ódio* ou o *pânico* que, intrinsecamente, explicam uma realidade sociologicamente relevante, mas são eles que precisam ser compreendidos à luz de um discurso que se lhes ultrapassa.

A construção de um nós/eles, acrescida de estruturas de oposição profundas do populismo autoritário, permitiria um sentido de empoderamento “mesmo diante de sua própria perda de poder, principalmente diante daqueles que esses discursos definem como o Outro” (Apple, 2003, p. 198). Como um direcionamento dos afetos, a própria identidade oriunda desta forma populista exige “que existam aqueles que são imorais, preguiçosos, uma carga para o Estado, maus, humanistas seculares ou os que não foram salvos” (Apple, 2003, p. 200). Aliado a essa construção da alteridade e da diferença, um discurso de rejeição a elites e especialistas (Apple, 2003, p. 223) surge como parte constitutiva de um posicionamento em ascensão nos EUA.

Como consequência, um conjunto de oposições binárias confere não apenas sentido, mas ordena afetos, pânico, sentimentos e expectativas dos sujeitos. Isso não deixa, portanto, de mobilizar um nível de existência que opera além e aquém de discussões típicas sobre desigualdades e formas burocráticas na escola e na sociedade. Daí uma especificidade do conceito de populismo que permitiria a apreensão de um objeto ao mesmo tempo político e simbólico, institucional e afetivo, movimento que revela um conjunto de nuances e paradoxos.

Dessa forma, a comunidade estruturada do populismo autoritário proporciona um “significado e cimento emocional que dão às pessoas um lugar definido num

mundo incerto”, conforme algumas tendências inversas ao que tal posicionamento promete (Apple, 2003, p. 197). Com isso, responde-se a uma série de inquietações, entre as quais: uma rejeição à mistura, construída por meio de um binômio de pureza e perigo; o medo da solidão e de um individualismo exacerbado; e o receio de que a igualdade possa produzir uniformidade, isto é, a diluição de fronteiras identitárias. Sob tal ângulo, uma série de disputas em curso, como no universo do gênero, pode ser delineada em uma escala mais ampla.

Na esteira do populismo e suas possibilidades de pertencimento, a definição de moral interseccionada às lutas educacionais (Apple, 2003; 2008) se torna relevante por tangenciar um domínio do comportamento humano relacionado a dimensões normativas da existência, desenrolada, no contexto deste objeto, na disputa entre progressistas e conservadores no eixo do reconhecimento (Fraser, 2018). É assim que, em palestra no ano de 2022<sup>10</sup>, Esther Solano (2022) aponta para a necessidade de “recolocar o debate” do eixo progressista com o “público neopentecostal” e conservador, “no sentido de conversar do ponto de vista existencial” com estes eleitores. Com efeito, em vez de definir tais eleitores sob o signo da falta (de *consciência* ou de *tolerância*), pretendeu-se perceber como estes se integram sob uma nova identidade política a ser apreendida nesta pesquisa.

O conceito de gênero, em seu plano analítico que ultrapassa sua forma *nativa* a ser analisada aqui, não deixa de operar em um domínio que mobiliza a identidade, o simbólico e um conjunto de normas socialmente percebidas como fundamentais à existência social. Ora, se a identidade de gênero não é um dado universal, sua construção depende de “um conjunto de atributos morais de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados” (Almeida, 1995, p. 128). Em vez de considerar o gênero como sinônimo de uma identidade biológica ou situá-lo sob o âmbito das funções sociais, tratou-se de acentuar aquilo que é anunciado e moralmente lembrado.

Tal é a perspectiva performativa de gênero, segundo a qual o conceito é “discursivamente constituído”, ainda que de maneira nem sempre coerente e estável,

---

<sup>10</sup> Trata-se de palestra no 3º Simpósio Direitas Brasileiras, realizada no dia 22/08/2022, a socióloga e pesquisadora da direita brasileira apontaria para a importância política de se compreender esta direita conservadora, dimensão que tangencia e ao mesmo tempo ultrapassa esta pesquisa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XyCdQBllnKo>>. Acesso em 12/03/2023.

“nos diferentes contextos históricos” (Butler, 2020, p. 19). Conforme esta abordagem, no interior das categorias de sexo e corpo, reivindicadas politicamente, opera-se um conjunto de sanções e normas morais, com implicações no nível do vivenciado.

Tendo em vista que o gênero é “difícilmente abordável através de paradigmas fixos, e tendencialmente interdisciplinar” (Almeida, 1995, p. 127), também se pressupõe *atributos morais* sobre este âmbito, que encontra na educação um terreno fértil para um conjunto de reivindicações políticas sobre a própria sociedade brasileira. Por meio das disputas sobre a educação, deve-se apreender um mecanismo de passagem das transmissões linguísticas à produção do *real*, numa espécie de *fazer o gênero*: ser homem ou mulher em determinado contexto perpassaria uma série de práticas construtoras, em normas e significados que formam sujeitos específicos. É assim que o domínio moral do gênero deve ser articulado ao domínio educacional, em diferentes combinações.

Como elemento central nas conexões de sentido aqui esboçadas, o gênero opera na construção de uma identidade através do mecanismo de traçar fronteiras, como entre heterossexualidade e homossexualidade, subjacente à articulação entre poder e formas de classificação diante de um Outro (Woodward, 2014). Chama atenção, a este respeito, a discussão sobre a política de identidade, pois articula a discussão sobre *quem somos* ao “poder de produzir e de fazer circular novas formas de compreender nossa identidade” (Apple, 2003, p. 11), como *ser homem* e *mulher*, produzido por discursos de agentes políticos e religiosos em ascensão no âmbito político. Tal argumento implicaria indagar sobre as próprias mensagens e estratégias em torno das definições sobre gênero, uma vez que carregam consigo um movimento que irrompe qualquer essencialismo.

Nesses termos, a disputa política implica, ao mesmo tempo, na disputa por formas de classificação da nossa identidade, dimensão que vem à tona em um contexto em que “os bárbaros estão às portas das cidades” (Apple, 2003, p. 25). É também neste prisma em que Apple (2003) insere as temáticas, projetos e agendas educacionais, ao não desconsiderar a dimensão cultural subjacente às lutas educacionais e sociais. Por sua vez, ainda que não se situe como categoria científica, a *ideologia de gênero* aparecerá como parte da luta política erigida pelo bolsonarismo em ascensão, ao surgir como categoria de acusação a determinados grupos e discursos.



O universo da política e um conjunto de querelas emergentes com o bolsonarismo, ao estabelecer princípios de divisão do mundo social, deve ser entendido na conexão entre o simbólico e a agência, a linguagem e a construção da realidade. Em vez de apartar o âmbito dos *factos* e dos discursos, Bourdieu (1996, p. 118) argumenta que “enquanto enunciado performativo, a pré-visão política é, por si só, uma pré-dição, que pretende fazer acontecer o que enuncia”, de modo que a enunciação contribui para a construção de uma realidade inexoravelmente ligada à reivindicação de existência e à vontade de poder de um grupo. Nessa perspectiva, os grupos políticos em disputa não somente se posicionam num jogo de forças, mas devem parte de sua eficácia política à própria eficácia simbólica que mobilizam. Não à toa, a atenção às categorias e discursos do bolsonarismo não se realiza por apreço ao objeto, mas pela compreensão do próprio carácter simbólico inescapável do social (Bourdieu, 2007).

Num cenário contemporâneo de disputas culturais, que não é exclusiva do bolsonarismo nem da arena educacional, a abordagem de Fraser (2018) se tornava profícua por permitir apreender as lutas de reconhecimento na política. Mais precisamente, o reconhecimento é definido como “um senso de como a sociedade deve atribuir respeito e estima, as marcas morais do direito de associação e do pertencimento” (Fraser, 2018, p. 45). Tal definição não deixa de coincidir com a dimensão moral do domínio educacional, articulada a um senso sobre a legitimidade (e a *ilegitimidade*) daquilo que seria *digno* de visibilidade, respeito e estima em determinado contexto social.

Em consonância à abordagem de Fraser (2018), Apple (2003, p. 230) mobiliza o conceito de reconhecimento, relacionado a lutas e percepções em torno de *dominação cultural*, *invisibilidade* e *desrespeito* ao analisar as orientações em torno do ensino doméstico pelo conservadorismo religioso e populista ali ascendente. A pertinência do conceito relacionada ao contexto de guerras culturais é demonstrada ao se afirmar que as “questões em torno da política de reconhecimento são cruciais para as identidades e senso de injustiça de muitos defensores do ensino doméstico” (Apple, 2003, p. 230). Embora as políticas de redistribuição tenham uma importância considerável, a dimensão do reconhecimento também surge com maior fecundidade para a compreensão do ESP, com suas nuances e ambiguidades. Em ambos os casos, a luta por reconhecimento transborda também para as direitas, entre

bolsonaristas e evangélicos conservadores, em vez de ser circunscrita como bandeira progressista.

Mais precisamente ao contexto da educação na configuração bolsonarista, tal processo de disputa simbólica também foi apreendido como uma reação ao “neoliberalismo progressista”, entendido como a articulação entre “as principais correntes liberais dos novos movimentos sociais” e “os setores mais dinâmicos, de alto nível ‘simbólico’ e financeiro da economia dos EUA” (Fraser, 2018, p. 46). É neste aspecto em que se insurgem, no contexto contemporâneo, uma série de projetos e discursos em reação a movimentos liberalizantes e progressistas nos costumes, como maior pluralidade, multiculturalismo ou desconstrutivismo no domínio do gênero (Hall, 2014).

Embora esta pesquisa não se proponha a investigar as manifestações do progressismo na educação, a existência de uma tendência de reconhecimento em nível liberal e identitário, caracterizada por uma “condescendência moralizadora” (Fraser, 2018, p. 60) a temas como homofobia e racismo, não deixaria de ser capturada, em um conjunto de categorias de acusação, por uma “política hiper-reacionária de reconhecimento” (Fraser, 2018, p. 53), de caráter “hierárquico e excludente” (Fraser, 2018, p. 58). Ao apontar para Fraser (2018), portanto, pretende-se delinear as formas mais contemporâneas de ordenação dos oponentes em jogo.

Embora tal pesquisa não carregue consigo o arcabouço teórico-conceitual de Fraser (2018) em sua integralidade, o prisma da autora permitiu situar os significados morais sobre o domínio educacional ao nível das disputas entre um reconhecimento conservador ou reacionário sobre o progressista, em direção à própria formação do bolsonarismo. Em sentido próximo ao que Apple (2003) estabelecia, também permitiu abranger, ao nível do agenciamento de poder, como “todo bloco hegemônico incorpora um conjunto de suposições sobre o que é justo e correto e o que não é” (Fraser, 2018, p. 45), algo intrinsecamente constitutivo do fenômeno educacional em seu aspecto moral (Apple, 2008) e da própria imbricação das definições de mundo nas lutas políticas (Bourdieu, 2007).

No entanto, dada a arbitrariedade do signo e um cenário que irrompe qualquer homogeneidade cultural, aquilo que é digno de visibilidade não o é por si mesmo, mas perpassa um processo de luta pela *definição legítima da realidade* (Bourdieu, 2007). Nesta perspectiva, a educação fornecia a circulação de um conjunto de significados

culturais e morais em disputa, ao passo que evidencia como a luta pelo poder carrega consigo uma luta simbólica pela definição moral dos domínios da vida. É por meio dessa perspectiva, em conexão a Bourdieu (2007) e Apple (2008), que se desenrolou um fio-condutor atento à prática da pesquisa e que perpassa as formas de classificação do mundo, as identidades e a luta simbólica sobre o domínio moral da educação.

Tal compreensão do poder e do simbólico à análise sobre a educação enfatiza, como acréscimo, uma identidade política emergente na arena pública, qual seja, uma direita com intenso componente moral. Em escala mais articulada a um nível singular da política brasileira, a definição alçada por Alonso (2019, p. 55) sobre uma “comunidade moral bolsonarista” permitiria conectar os valores mobilizados por políticos conservadores em ascensão à própria definição educacional em Apple (2008), sem perder de vista os elementos supracitados até agora.

Numa perspectiva próxima ao neokantismo nas ciências sociais (Bourdieu, 2007), Alonso (2019, p. 52) argumenta que esta comunidade moral se constitui em “um conjunto de valores de orientação de conduta e interpretação da realidade”, ao passo que se “estrutura na crença compartilhada em códigos binários, que divide o mundo em bem e mal, sagrado e profano, gente de família e indecentes, cidadãos de bem e bandidos [...]”. Nesses termos, a análise retrospectiva sobre o ESP e o universo de sentido bolsonarista permitiria perceber possíveis construções binárias na ascensão bolsonarista sobre a educação, uma vez que é por meio de oposições binárias que se percebe o significado de cada terminologia deste grupo político.

Como em Apple (2003) sobre o populismo autoritário, vale ressaltar que as oposições binárias não deixariam de encerrar pertencimento e “sentimentos coletivos de alta voltagem”, entre eles o ódio e o pânico moral (Alonso, 2019, p. 52). Sob tal prisma, a comunidade moral bolsonarista é analisada em decorrência de uma configuração simbólica vinculada ao domínio moral da vida, e se torna categoria central para compreender o universo de significações desenroladas com o ESP.

Tal aspecto se torna mais evidente por meio de outra noção que intersecciona a dimensão moral da educação, qual seja, a categoria de *corrupção moral* entre eleitores bolsonaristas (Kalil, 2022). Por se tratar de uma categoria construída em escala etnográfica, isto é, em interação com a percepção dos eleitores bolsonaristas sobre a realidade brasileira, ela contribui para elucidar as conexões de sentido entre

os dados do ESP e o ponto de vista *nativo*, além de recorrer diretamente ao domínio educacional. Desse modo, a percepção de *corrupção moral* no eixo da experiência destes eleitores foi também cotejada à análise dos documentos do ESP, uma vez que seria possível indagar se tais dados apresentam uma leitura consoante à própria experiência e leitura de mundo de parte dos eleitores.

Ora, ainda que esta pesquisa tente compreender a produção de significados por agentes situados na esfera federal da política brasileira, com a construção de uma estrutura de definições morais, disputas e legitimações que ultrapassam uma filosofia das intenções e apreciações supostamente espontâneas (Bourdieu, 1983), argumentos como o de Solano (2022) e a própria recorrência a Kalil (2022) apontam para a necessidade de conciliar a produção simbólica em projetos de lei do ESP a uma *outra verdade* do conhecimento social, qual seja, os significados da experiência, em nível fenomenológico.

Em outros termos, esta pesquisa considera que o bolsonarismo deve sua eficácia discursiva a um conjunto de deslocamentos semânticos que devem ser compreendidos em seus próprios termos e em diálogo a estruturas de entendimento profundas na realidade brasileira, além e aquém de uma imputação imediata a rubricas objetivistas como *reprodução da ideologia dominante* ou dos *interesses de classe* (Santos, 2021). Sem uma mediação dialética e como categorias fechadas, que desconsideram singularidades da experiência (Dionne; Laville, 1999), perde-se de vista algumas propriedades imanentes do objeto, importantes inclusive para a afirmação de relações de força, como possíveis contradições e paradoxos no bolsonarismo. Tal perspectiva não seria possível sem se *levar a sério o Outro*, em suas categorias de entendimento e acusação, premissa fundante não apenas para a antropologia, mas para um tipo de interpretação cultural aqui esboçado.

Para se aproximar deste universo de significados, é preciso levar em conta alguns procedimentos e ressalvas. Em vez de impor aos documentos um esquema analítico prévio, a análise das fontes primárias e secundárias visava a apreender como um significante ganha seu sentido em um sistema de relações entre outras relações terminológicas, ao se buscar compreender o sentido estruturado de uma realidade sociocultural, embora articulado à agência (Bourdieu, 2007). Aqui, os sentidos de categorias abertas como *liberdade* e *ideologia de gênero* se inserem em um sistema

de relações entre si, como caminho inicial para a compreensão dos termos evocados no objeto sem o risco de incorrer-se nos esquemas de apreensão do pesquisador<sup>11</sup>.

Exemplificação a este respeito é a própria ascensão da direita americana, em particular na versão populista autoritária. Após realizar uma investigação da história do evangelismo nos EUA, Apple (2003, p. 159) compreende como e por que esses movimentos cresceram, em uma perspectiva direcionada a “olhar o mundo com os seus olhos”. Distante de justificar o objeto, o autor distingue o que nem sempre é discriminado nas análises, qual seja, o fato de que “explanções funcionais não devem ser confundidas com explanções intencionais” (Apple, 2003, p. 181). Em outros termos, se as ações de um movimento redundam em determinados efeitos, como a reprodução de determinados interesses, que podem ser compreendidos *a posteriori*, isso não esgota a análise social. De um ponto de vista antropológico (Geertz, 2001), a compreensão do comportamento social é incompleta se não se percebe as orientações de sentido atribuídas pelos agentes, que agem com determinadas *ideias na cabeça* (Dumont, 1985), dada a dimensão do valor e da cultura presente na realidade social (Weber, 2003).

Trata-se de uma ênfase ao simbólico e à dimensão fenomenológica da realidade, de maneira parecida com a perspectiva supracitada de Geertz (2001), para quem as ciências sociais não deveriam se furtar de interpretar as lentes culturais que os *nativos poliram*. De maneira parecida, Apple (2003, p. 187) crítica as ironias e arrogâncias acadêmicas contra a adesão ao populismo, em vez de apreender tal movimento como fenômeno sociocultural, tendo em vista que “grandes números de pessoas acharam nessas posições respostas para os problemas que enfrentam em sua vida cotidiana”. Com o *espelho* dos EUA, compreender como os evangélicos e populistas em geral passavam a perceber o mundo e suas próprias ações é uma via para se aproximar das orientações sobre o bolsonarismo, em sua vertente moral aqui esboçada.

Como alternativa a uma série de impasses entre um objetivismo e uma fenomenologia espontânea e irredutível, a sugestão de Bourdieu (2007) em carregar

---

<sup>11</sup> A fim de analisar os significados morais contidos no bolsonarismo, pretende-se ultrapassar a tentação de enxergar o Outro “através das lentes que nós próprios polimos” (Geertz, 2001, p. 66-67), não para justificar ética e politicamente o objeto, mas como condição para compreender um fenômeno culturalmente *estranho*.

consigo tais contribuições, se não é desenvolvida em sua integralidade, ao menos surge como um modelo subjacente ao longo de toda produção e análise dos dados nesta pesquisa. Com efeito, é por ser estruturado que um conjunto de discursos opera de maneira estruturante ao nível das identidades e da legitimação da ordem social (Bourdieu, 2007), de modo que a tentativa de construir um sistema mais ou menos ordenado de oposições binárias não descarta a experiência dos agentes nem as relações de força na produção e efeitos de um sistema simbólico. Como um desdobramento, tem-se que um sistema de classificação, ainda que precário e alvo de contestações, realiza o processo de identidade e diferença (Hall, 2014; Woodward, 2014), eixo que deve ser complementado à comunidade moral bolsonarista (Alonso, 2019), com suas exclusões e relações de pertencimento.

Desse universo de sentido, desenrola-se a produção da unidade de um grupo (Bourdieu, 2007), como evocado na própria denominação *bolsonarista*, donde derivam corolários como cidadão de bem, em oposição aos progressistas (Kalil, 2022). Vale ressaltar que a identidade não surge como um “conceito essencialista”, como tendem a reivindicar aqueles grupos que se pretende compreender, “mas um conceito estratégico e posicional” (Hall, 2014, p. 108), dimensão que deve abranger os agentes políticos e religiosos, assim como outros atores sociais em suas experiências cotidianas. Da mesma maneira, a comunidade moral bolsonarista (Alonso, 2019) também não é entendida como categoria essencialista, mas articulada ao âmbito do investimento simbólico e da produção de diferença (Hall, 2014; Woodward, 2014), quando o universo da educação parece surgir com considerável centralidade neste processo.

A constituição de uma comunidade política à direita, portanto, pode ser analisada em função da premissa básica de que a “identidade é relacional” (Woodward, 2014, p. 09), ao passo que se situa no domínio linguístico e no investimento dos sujeitos em uma determinada arena, com uma trajetória e valores específicos. Em um cenário de desintegração e crises na ordem das identidades (Apple, 2003; Woodward, 2019), não é inoportuna a produção de identidades na própria arena política, ainda que sob a forma de guerras culturais.

Por conseguinte, articulado a uma abordagem mista das categorias, buscou-se trazer algumas categorias nativas e acusatórias encontradas nas fontes primárias e secundárias do ESP, com os significados mobilizados por diferentes agentes em

diálogo com este universo. Em perspectiva alçada em Bourdieu (2007) e Woodward (2019), além de ancorada em referenciais específicos sobre o bolsonarismo (Alonso, 2019; Kalil, 2022), tal pesquisa tentou traçar um conjunto de signos do ESP, articulados sob um sistema de classificação estrutural em pares de oposição, conforme será possível observar em duas figuras analíticas. Para tanto, a clássica oposição binária entre sagrado e profano, mobilizada na definição da comunidade moral bolsonarista (Alonso, 2019) e do populismo autoritário (Apple, 2003), deve ser situada em diálogo aos *significantes locais* no ESP, inseridos em oposições específicas naquele universo.

Neste universo, as categorias mobilizadas evidenciam acusações, pânicos e interesses, eixo que suscita a própria dimensão pós-estruturalista da agência e do poder articulada ao simbólico (Bourdieu, 2007; Hall, 2019; Sahlins, 1990). Por seu turno, o clássico prisma neokantiano sobre as definições da realidade social (Durkheim; Mauss, 2005) deve ser ajustado sob o nível das “categorias de acusação” internas ao objeto (Kalil, 2022, p. 243), quando as categorias de entendimento extrapolam um eixo intelectual e funcional para também se inserirem em relações de força e mobilização de afetos (Apple, 2003).

Numa mesma direção, as categorias nativas e acusatórias serão percebidas menos em uma gramática estática que em uma concepção pragmática, isto é, como “reapropriações estratégicas”, pois “demonstram que a linguagem política tem um significado flutuante” ao sabor de lutas do presente e, desse modo, “pode ser usada para múltiplos objetivos por grupos claramente diferentes” (Apple, 2003, p. 137), como será possível notar em relação a alguns deslocamentos de sentido nas disputas do bolsonarismo.

Tais lutas assumem a forma, no presente contexto, das “guerras culturais” que estão “entre as formas mais eficientes de política”, uma vez que mobilizam elementos julgados como aceitáveis no comportamento social, que precisam ser constantemente “reconstruídos no terreno da cultura e da vida cotidiana, se não quiserem ser vistos como imposições externas” (Apple, 2003, p. 140). É assim que, sob o prisma de Apple (2003, p. 140), é possível delinear que “a educação sempre esteve em dia com esses conflitos”, posto que se situa como “arena de cruzadas morais ao longo de toda a sua história, algumas progressistas e outras claramente conservadoras”. Portanto, se, por um lado, é retirado um caráter supostamente técnico da educação, por outro é

possível compreendê-la de maneira mais ampla e sistemática, em acordo ao jogo de forças políticas e culturais que atravessa o cenário brasileiro.

Como ressalva metodológica, deve-se mencionar que, para compreender um objeto demarcado por teorias da conspiração, ressignificações, ambiguidades e pânico moral, buscou-se ultrapassar uma oposição infrutífera entre real e falso, fato e imaginação<sup>12</sup>. O esforço homérico em afirmar as fronteiras entre real e imaginário, verdade e mentira, pode facilmente transpor o Outro para o âmbito da *alienação* ou da *alucinação*<sup>13</sup>, fronteiras nativas que esta pesquisa buscou evitar sob pena de se encerrar em etnocentrismos ou numa jornada infrutífera.

Conforme argumenta Avelar<sup>14</sup> (2020) em exercício de etnografia virtual com eleitores bolsonaristas, o esforço de checagem jornalística<sup>15</sup> ou especializada, com atores imbuídos de seus esquemas prévios de mundo, “confronta-se com sua própria impotência”, já que os rótulos de checagem “nada dizem sobre como operam os memes bolsonaristas e por que eles funcionaram nas eleições”. Conforme se segue, mesmo a conspiração é uma distorção “de um fundamento real”, qual seja, “um caldo de ressentimento” inscrito em diferentes níveis, como as exclusões do sistema escolar e o “não reconhecimento da possibilidade de uma leitura legítima do mundo que fosse de direita” (Avelar, 2020).

Outra maneira de constituir a realidade, além de estabelecer o jogo entre bolsonaristas e progressistas, é perceber um conjunto de percepções como uma disputa sobre visões legítimas segundo o universo moral que as enuncia, ao menos

<sup>12</sup> Na antropologia brasileira, questão parecida fora enfrentada por DaMatta (1997) ao conferir estatuto antropológico ao carnaval, a despeito de exageros e artificialidades intrínsecas ao fenômeno. Como saída epistêmica, o antropólogo direciona a questão para o âmbito da representação, já que os exageros não impedem o processo identitário daí emergente: “vejo no artificial e no representado uma reapresentação do meu mundo social” (DaMatta, 1997, p. 101).

<sup>13</sup> Em resposta recente no Twitter, em resposta a Fernando Haddad (PT), uma renomada professora universitária de Filosofia lança uma questão subjacente a este trabalho (“O que levou pessoas a votarem em alguém alucinado como Bolsonaro?”), embora a resposta ultrapasse a perspectiva aqui alçada: “Eu sei que é projeto de destruição, é manobra liberal, é capitalismo radical, mas é da ordem da alucinação também”. Superar o binômio capitalismo e alucinação, ao encarar o bolsonarismo como um Outro, é uma das tarefas desta pesquisa.

Disponível em:

<<https://twitter.com/marciatiburi/status/1300927737721499648>>. Acesso em 02/09/2022.

<sup>14</sup> O artigo de Idelber Avelar, professor titular de Estudos Latino-Americanos na Universidade de Tulane, New Orleans, é prenúncio de seu livro ainda a ser lançado: *Eles em nós: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI* (Editora Record). Disponível em: <<https://offlattes.com/archives/3613>>. Acesso em 08/09/2022.

<sup>15</sup> Avelar (2020) argumenta que a confusão entre discurso conotativo e performativo levaria “jornalistas, agências de checagem e profissionais das ciências sociais à estupefação e à impotência”.



em nível teórico-metodológico. Mesmo diante de posicionamentos que, aos olhos progressistas, arrebatam-nos como *absurdos intrínsecos*, Apple (2003, p. 140) argumenta que alguns grupos levantam “muitas vezes questões legítimas” sobre o que é “ensinado nas escolas (estereótipos de raça e gênero, incapacidade e homofobia) e sobre os métodos usados para ensinar essas coisas”.

Surpreendentemente, é possível encontrar elementos de bom senso no populismo autoritário, como Apple (2003, p. 137-138) recupera de Gramsci ao perceber as contradições e sínteses na alteração do próprio senso comum nacional pela direita americana, em uma espécie de reivindicação antielitista, ainda que distorcida. Em vez de simplesmente negar em absoluto o populismo, como se isso o fizesse desaparecer, a opção é por compreender sua estrutura e consequências, uma vez que “o número puro e simples e o alcance desses protestos por parte dos conservadores religiosos excedem os de todos os outros grupos” (Apple, 2003, p. 140).

Por fim, com vistas a uma tentativa de compreensão sociológica do âmbito educacional, vale ressaltar a crítica de Apple (2008, p. 44) contra uma atomização deste domínio, de maneira coerente ao que se estabeleceu até agora. Tal ressalva foi profícua para esta pesquisa, ao tentar perseguir uma análise relacional, capaz de compreender as conexões entre o domínio educacional e a sociedade envolvente. Nesses termos, em vez de conferir sentido por si mesmo às coisas, tal como o faria uma análise metafísica, era necessário compreender como algumas *categorias nativas* e *acusatórias* do bolsonarismo operam em afinidade ou oposição a outros domínios do social, como o neopentecostalismo, o progressismo, e uma concepção moral difusa na sociedade brasileira.

Nesta perspectiva, se “qualquer coisa é muito mais do que parece ser” (Apple, 2008, p. 182), os valores morais mobilizados na conexão entre o domínio educacional e o bolsonarismo são mais do que um movimento de *lunáticos* em desvio ao curso universal da História; ou, de maneira complementar, estariam além de um conjunto de categorias em descompasso com a *realidade como ela é*, cuja imagem mais fiel é um *empirismo vulgar* ou um *cientificismo* contraproducente para uma ciência social orientada à compreensão dos significados culturais.

Ainda que cause um *estranhamento* a outros esquemas de interpretação da realidade, compreender o universo de sentido da comunidade moral bolsonarista

(Alonso, 2019), em interseção entre o bolsonarismo e a educação, revelaria dimensões surpreendentes de um fenômeno complexo, paradoxal e ambíguo. Acredita-se que a atenção ao universo de significados, como estrutura estruturada e estruturante (Bourdieu, 2007) sobre o domínio educacional, em oposição a lutas progressistas na esfera do reconhecimento (Apple, 2003; Fraser, 2018), permita conferir ao bolsonarismo um movimento que transborda o mero posicionamento gerencial ou mesmo neoliberal, também existentes na arena educacional (Apple, 2003).

Por meio de um estoque moral da educação (Apple, 2008), acreditou-se ser possível perceber como o bolsonarismo articulava dimensões afetivas e *legítimas* da vida no nível mais fenomenológico da realidade (Apple, 2003; Bourdieu, 1983; Geertz, 2001; Kalil, 2022; Solano, 2022), movimento que permitiria realizar a construção nem sempre previsível ou mecânica de legitimação política, em termos próximos ao populismo autoritário (Apple, 2003). Sob o prisma desta pesquisa, portanto, o bolsonarismo aponta para contradições e tendências que, até mesmo, ultrapassam-no. É este desafio que se pretendeu percorrer aqui.

No capítulo que se segue, originado de revisão bibliográfica, os dados serão apresentados conforme alguns eixos analíticos. Primeiramente, tentou-se esboçar uma definição de bolsonarismo como fenômeno moral, simbólico e identitário, em oposição ao progressismo e em comparação com outros segmentos na gama das direitas no Brasil e nos Estados Unidos (Apple, 2003). Por conseguinte, também foi necessário recorrer a um breve panorama histórico para perceber como o bolsonarismo incorpora elementos e, ao mesmo tempo, ultrapassa um longo hiato de uma *direita envergonhada* no país (Pierucci, 1987). Em um novo contexto, a ascensão deste fenômeno político não deixaria de dialogar com uma percepção de ausência de legitimidade à esquerda no país (Avelar, 2021; Rocha, 2019), em direção a uma comunidade moral (Alonso, 2019). É tal comunidade que posteriormente será percebida em articulação a uma identidade política que, estruturada em pares de oposição, realiza um diagnóstico do país nos termos de uma *corrupção moral* (Kalil, 2022). Esta, por sua vez, também evidencia como os eleitores bolsonaristas passariam a repudiar uma pluralidade de gênero, além de um enfraquecimento da família, lançados como um problema oriundo da educação. Isso não seria imaginável

sem a articulação entre outros domínios e orientações de sentido, como a ascensão evangélica na sociedade contemporânea e nacional (Apple, 2003; Mariano, 2022).

### **3 A DIREITA EMERGENTE E SEU ASPECTO MORAL: O DOMÍNIO EDUCACIONAL EM DISPUTA**

Neste capítulo, intentou-se compreender o modo como a então denominada nova-direita (Rocha, 2019) se forma ao longo do século XXI, mais precisamente a partir da segunda década deste século, em direção ao que seria classificado como “bolsonarismo” (Alonso, 2019; Kalil, 2018; Solano, 2018). No entanto, antes mesmo da emergência de setores progressistas no governo federal, as *bases da nova-direita* já estavam se expressando entre malufistas e janistas (Pierucci, 1987), em um sentido próximo ao bolsonarismo, qual seja, por meio de uma pauta moral como núcleo central. Posteriormente, será possível perceber os possíveis nexos entre um fragmento do bolsonarismo e elementos do domínio educacional, quando esta dimensão forneceria uma maior legitimidade à direita emergente.

Antes, contudo, deve-se partir do geral para o particular e, com isso, alicerçar-se em Apple (2003) para compreender um fenômeno político parecido, em termos históricos e teóricos, ao que se segue aqui. A utilização de Apple (2003; 2008) se inseriu em, ao menos, duas dimensões complementares. De início, pela precedência histórica de uma direita populista e moral nos Estados Unidos, em articulação ao avanço de evangélicos conservadores sobre o domínio educacional naquele país. Como complemento, práticas e semânticas do populismo autoritário sobre a educação poderiam ser emparelhadas com o bolsonarismo, em um movimento cujas fronteiras geográficas não deve fazer esquecer sua articulação histórica.

Em segundo lugar, a utilização do aporte teórico-metodológico supracitado tornava mais precisa a análise dos diferentes segmentos da direita emergente, assim como a relação com a arena educacional como um domínio de disputas morais (Apple, 2008). Ao observar os diferentes segmentos da complexa gama das direitas emergentes nos Estados Unidos, como os neoliberais, gerencialistas e populistas, foi possível perceber não apenas a relação entre os domínios da educação e da política, mas recortar melhor o objeto desta pesquisa, em direção aos usos e disputas do bolsonarismo sobre a educação. Com efeito, daí se desdobra o conceito de populismo autoritário, devedor de um conjunto de deslocamentos semânticos e apropriações simbólicas realizadas na arena educacional (Apple, 2003).

A atenção aos atores que se inserem no domínio educacional deve levar em conta menos uma compreensão estática de suas ações que a configuração de um “bloco de poder”, que incorpora segmentos nem sempre aliados e diferentes entre si, em termos de atores, discursos, alcance e legitimidade (Apple, 2003, p. 79). Não se busca, portanto, esgotar o complexo mosaico do fenômeno ainda em curso, mas recortá-lo para melhor apreendê-lo à luz das interseções entre um movimento ao mesmo tempo político e cultural, quando a esfera educacional surge a balizar um conjunto de forças e orientações de sentido.

### 3.1 A COALIZÃO DE FORÇAS NA EDUCAÇÃO AMERICANA E O BOLSONARISMO

Com um caráter analítico e ao mesmo tempo combativo, Apple (2003, p. 10) analisa as “crenças, propostas e programas educacionais direitistas” e, de modo complementar, “seus efeitos no mundo real”, subjacente a uma meditação dialética que apanha as contradições imersas no real. Dado tamanho poder que a direita vinha obtendo, passa a ser central estudar suas ações, projetos e êxitos. Para tanto, um dos objetivos iniciais do autor é esmiuçar a “coalizão de forças” da modernização conservadora e as contradições neste bloco, formado por interesses e valores por vezes conflitantes (Apple, 2003, p. 10).

Os neoliberais são definidos em articulação a uma ética de classe, ancorada em uma concepção de racionalidade que deriva de uma “construção do mundo em torno das características valorativas de um tipo de classe eficiente em termos aquisitivos” (Apple, 2003, p. 45). Tudo se passa como se uma espécie de *habitus* de classe, para dizer em termos bourdieusianos (Bourdieu, 2007), fosse transposta para o domínio das políticas públicas e demais orientações de sentido.

Nesta visão, se todo dinheiro gasto além da transformação de estudantes em capital humano se torna questionável (Apple, 2003, p. 45), não é de surpreender que o segmento neoliberal acompanhe os neoconservadores na crítica a supostas *ideologias* e *doutrinações* de professores em sala de aula, uma vez que o conhecimento deixaria de cumprir sua função mercadológica. Em outros termos, “as políticas neoliberais também precisam ser vistas como parte de um ataque mais amplo

aos funcionários públicos”, embora se concentrem, neste segmento, a uma reação aos sindicatos (Apple, 2003, p. 46).

Outro grupo destacado na gama da direita ascendente é o de profissionais qualificados e gerentes, formadores de uma nova classe média. Tal grupo, classificado como os gerencialistas, “conquista sua mobilidade no interior do Estado e da economia graças à aplicação de conhecimentos técnicos especializados”, ao empregarem métodos para aumentar a eficiência, o controle de qualidade e a avaliação de políticas neoliberais na educação (Apple, 2003, p. 70). Para além de qualquer mecanicismo no bloco conservador, deve-se mencionar que tais agentes especializados “não acreditam nas posições ideológicas que justificam a aliança conservadora”, ao passo que podem ser liberais ideologicamente e estar em conflito com setores aliados na modernização conservadora<sup>16</sup> (Apple, 2003, p. 70-71).

Por outro lado, a análise de Apple (2003, p. 71) ressalta que o sucesso deste grupo depende do fortalecimento de políticas neoliberais e de ideologias de controle e eficiência, “mesmo quando elas são usadas com outros objetivos que não as finalidades supostamente neutras com que essa fração de classe está comprometida”. Mais que simples finalidades ocultas ou intencionalidades obscuras, a posição destes agentes parece se encerrar nos códigos de seu próprio grupo, uma vez que as políticas de controle e mensuração permitem a elevação do status deste segmento, formado em instituições administrativas e acadêmicas.

Como os neoliberais e gerencialistas não esgotam o âmbito da direita, o neoconservadorismo surge como outro elemento de articulação sobre o domínio educacional. Ao contrário daqueles, “os neoconservadores costumam ser guiados pela visão de um Estado forte”, sobretudo em “questões em torno do saber, dos valores e do corpo” (Apple, 2003, p. 56). Na definição de Apple (2003, p. 57), o neoconservadorismo surge com uma visão romântica do passado, caracterizado por

---

<sup>16</sup> Tal parece ser o caso da fundação Todos Pela Educação, com uma equipe de especialistas que buscam apresentar diagnósticos e influenciar na dinâmica educacional do país, algo próximo a uma classe média especializada e gerencialista. Em oposição à força que emerge especificamente como núcleo bolsonarista, a dirigente da fundação, Priscila Cruz, argumenta que a orientação educacional bolsonarista “foi a pior gestão do país”, com “ministros absolutamente pautados pela guerra ideológica e pela guerra cultural”. Como tal aliança é contraditória e marcada por tensões e contestações, um dos caminhos para compreender a aliança do governo Lula com setores de classe média é o próprio domínio educacional, como fundações empresariais nesta esfera, em aparente cisão com o bolsonarismo em sua vertente neoconservadora e populista autoritária. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/educacao/gestao-bolsonaro-na-educacao-e-a-pior-da-historia-diz-priscila-cruz/>. Acesso em: 12/12/2022

alguns elementos, como a estabilidade da vida social, baseada em uma ordem natural, a reivindicação de uma moralidade tomada como superior e a reivindicação de um *verdadeiro saber*. Destacam-se, ainda neste posicionamento, algumas políticas educacionais, como a defesa de um padrão de qualidade melhor no ensino, além da ênfase na *tradição ocidental*, no *patriotismo* e na educação do *caráter*.

A reivindicação neoconservadora sobre a educação não aparece como arbitrária, mas sob uma suposta defesa dos  *fatos* e dos conhecimentos  *reais*, em um movimento que se expressa, também na experiência americana, por uma tentativa de impor leis de controle aos conteúdos de ensino (Apple, 2003, p. 02). O exemplo sobre a luta em torno da formação do currículo de educação física na Inglaterra elucida como estas forças se combinam, quando as orientações no “campo de produção do saber” se aproximaram “mais dos princípios restauradores”, com uma “ênfase na eficiência, nas capacidades básicas e nas provas de avaliação de desempenho, no controle social do corpo e nas normas competitivas” (Apple, 2003, p. 110).

Alguns temas e projetos mobilizados na educação, como a avaliação de desempenho e a regulamentação da atividade dos professores em direção a uma administração supostamente mais eficiente, não são apenas objeto de preocupação dos segmentos gerencialistas e neoliberais na educação, mas também se articula à “necessidade sentida pelos neoconservadores de ‘retornar’ a um passado esquecido de padrão de qualidade elevado, disciplina, respeito e ‘verdadeiro’ saber” (Apple, 2003, p. 103). Relacionada a essa restauração de um passado romantizado, o “medo do ‘Outro’” não surge como epifenômeno, mas como algo “essencial” para a compreensão desse posicionamento (Apple, 2003, p. 57). Neste, a reação ao Outro se expressa na defesa da padronização de um currículo nacional, em ataques ao bilinguismo, na rejeição ao multiculturalismo e na reivindicação pela melhoria na qualidade educacional.

No entanto, algumas diferenças entre o neoconservadorismo e os neoliberais também surgem como indicativos de uma aliança complexa neste bloco de poder. O conflito entre “individualismo real dos neoliberais” e a defesa de uma sociedade unida pela “autoridade moral da tradição” dos “neoconservadores” (Apple, 2003, p. 19) demonstra as especificidades entre tais posicionamentos, assim como poderia precisar a experiência do bolsonarismo para além de posicionamentos neoliberais e gerencialistas no domínio das direitas. Elucidativo das nuances e complexidades

trazidas por Apple (2003, p. 20), assim como da relação de legitimidade contida nos posicionamentos sobre o domínio educacional, é quando se sintetiza que, do ponto de vista neoconservador, a moralidade é violada quando o governo penetra em esferas onde sua atuação não é um imperativo ou uma obviedade, como nos lares e na escola.

Por fim, surge o populismo autoritário, que possui ainda maior conexão com alguns elementos do bolsonarismo na educação, motivo que leva, posteriormente, às aproximações entre ambos. Para compreender a estrutura de pensamento e atuação populista, Apple (2003, p. 125) percorre a gênese histórica do movimento, suas reivindicações políticas e educacionais, assim como o sentido do populismo aos agentes sociais. Vale ressaltar que, embora ainda não fosse hegemônica na direita, a atuação populista vinha ganhando cada vez mais força, seja em termos de recursos ou de conflitos discursivos sobre o papel das escolas.

Caracterizado por intenso envolvimento de seus atores, com retórica direta e agressiva na defesa de suas propostas, Apple (2003, p. 65) demonstra como este segmento produz uma estrutura de significados como uma verdadeira comunidade moral, dimensão de que deriva parte da legitimidade do grupo. Na investigação do autor, evidencia-se uma orientação que vinha se estruturando nos Estados Unidos, entre “fundamentalistas cristãos e evangélicos”, que reivindicavam não uma reprodução da ordem social, mas a “restauração cultural” (Apple, 2008, p. 244). Por exemplo, defendem que a Bíblia seja a base do conhecimento, em oposição “à presença do multiculturalismo” na escola. De maneira homóloga, surge a valorização daquilo que consideram a “família tradicional...um dom de Deus, como são as relações de gênero e de idade” (Apple, 2008, p. 244).

Desse modo, deve-se considerar o poder da religião na compreensão dos populistas autoritários, como em propostas de religiosos conservadores na política educacional americana, dimensão inexorável deste posicionamento político. Um dos exemplos é o avanço criacionista sobre o currículo, movimento que pode ser evidenciado contra a inclusão da teoria evolutiva e da teoria do *big bang* em sala de aula daquele país (Apple, 2003, p. 126). Em consequência, surgem reações das mais diversas em benefício do ativismo conservador, tal como o receio do “representante de uma das maiores editoras de livros didáticos” em publicar um conteúdo controverso ao movimento religioso (Apple, 2003, p. 128).



A rejeição ao que poderia ser considerado um fato ou uma evidência científica é demonstrada quando Apple (2003, p. 129) aciona o argumento de uma diretora de escola estadual do Alabama, ao afirmar que, se ninguém estava presente na criação da Terra, a evolução é apenas uma teoria entre outras. Neste aspecto se nota profunda contradição entre este segmento populista e os gerencialistas, uma vez que, ao menos retoricamente, a nova classe média especializada se posiciona no âmbito dos procedimentos científicos usuais.

A relação com o gênero também é elucidativa na compreensão do populismo autoritário. Apple (2003, p. 189) destaca um paradoxo criativo e eficaz em relação ao lugar da mulher neste segmento, uma vez que tal posicionamento mobiliza elementos bíblicos para afirmar a submissão feminina e, ao mesmo tempo, estabelece posições de centralidade à mulher na *guerra espiritual*. Como expressão da imagem e semelhança de Deus na natureza, a noção de “maternidade sagrada” surge em oposição a movimentos feministas que reivindicam outros papéis à mulher e estariam em desvio ao caminho destinado por Deus (Apple, 2003, p. 191). A maternidade, ao contrário, confere um plano divino e uma identidade tradicional às mulheres, com importância ainda maior num cenário de crise dos papéis de gênero (Apple, 2003).

Da mesma maneira que o feminismo, “a homossexualidade é uma ameaça à sagrada família e aos papéis de gênero que a constituem e que foram determinados por Deus” (Apple, 2003, p. 194). Quando se volta à infância, isso se tornaria ainda mais problemático, visto que a homossexualidade poderia “poluir a cabeça das crianças e sua identidade enquanto cristãos” (Apple, 2003, p. 194). Nessa disputa do *bem* contra o *mal*, ou do sagrado contra o profano, as escolas estariam no último polo, como “locais perigosos”, tendo em vista a promoção de uma suposta “agenda gay” naquele país (Apple, 2003, p. 194-195).

Não se deve postular, contudo, uma visão unilateral e puramente calculista nestas ações, como se a população fosse elemento passivo. Como contraponto, uma das pistas para entender a legitimidade popular dos movimentos populistas se direciona para uma atuação sobre as disposições culturais de camadas populares: no ativismo criacionista nos EUA, destaca-se que as “posições antievolução eram muito evidentes no nível da cultura popular e dos sentimentos da comunidade local” (Apple, 2003, p. 136), elemento que sugere uma conexão dos representantes com o universo de significados de camadas populares. Daí também a construção de legitimidade e de

um discurso de oposição às elites educacionais, algo que opera com considerável especificidade em relação a outros grupos da direita, como os neoliberais.

Em coerência à sua inserção interna, o desdém dos populistas autoritários à classe média gerencial também não deixa de ser indicativo de “algumas tensões interessantes na manutenção da aliança que sustenta a modernização conservadora” (Apple, 2003, p. 234-235), tendo em vista a especificidade dos atores que compõem tal bloco, irredutível ao neoliberalismo e à faceta econômica da vida.

Contudo, também é possível vislumbrar conexões entre o discurso neoliberal e o populista autoritário, como na defesa da propriedade privada, com legitimação recíproca em cada atuação. Um dos aspectos é que a desconfiança ao currículo levaria os populistas autoritários a uma defesa de políticas neoliberais, como o financiamento a escolas particulares e religiosas, apesar do receio quanto a planos econômicos deste segmento (Apple, 2003, p. 69). Dessa maneira, “como um grupo que se vê como vítima das leis e do sistema educacional de hoje”, os populistas autoritários reivindicam a manutenção de sua “identidade cultural ameaçada” com o uso do dinheiro público para propiciar o “direito dos pais de educar seus filhos como acharem melhor” (Apple, 2003, p. 177). Articulados por uma oposição à escola pública, tanto a desregulamentação quanto a liberdade (de consumo), endossadas pelos neoliberais, atuariam para potencializar modos de vida conservadores, que não necessariamente coincidem com o padrão cultural neoliberal.

Outra articulação entre mercado e valores conservadores se situa na apropriação de discursos religiosos pelo segmento econômico. Por meio da narrativa de lideranças conservadoras, como Pat Robertson, Apple (2003, p. 192) demonstra como princípios e mandamentos bíblicos são apropriados nos termos de um “reconhecimento divino da propriedade”. Por extensão, sacraliza-se a propriedade e, com ela, todo um sistema de acumulação de riquezas, em oposição à reivindicação redistributiva.

Nessa concepção, a defesa do livre mercado passa a ser não somente um *interesse egoísta*, mas um dever moral, baseado em preceitos divinos. Ao mesmo tempo, o avanço do mercado desregulamentado também permitiria, pela expressão de uma mesma vontade divina, consagrar a *família tradicional*. Na escola, tal equação se realizaria da mesma maneira, uma vez que a expansão do mercado realizaria a

vontade divina e, ao mesmo tempo, excluiria uma profusão de temas considerados anticristãos.

A ofensiva às escolas americanas contra um multiculturalismo no currículo, assim como aos professores, ou a tentativa de restaurar um passado imaginário contra uma decadência cultural (Apple, 2003, p. 82), também não deixariam de circular no contexto bolsonarista, como no avanço do Escola Sem Partido (ESP). Ainda que o *atraso* em relação aos Estados Unidos não oculte o caráter de *vanguarda* da educação na emergência bolsonarista, elementos como um populismo religioso, concepções populares (a estética do homem comum) e uma intensificação do repúdio ao Outro também aparecem na reconfiguração da direita brasileira, na esteira das lutas educacionais.

Para melhor compreensão, uma breve imersão no modo como a direita conservadora se consolida no Brasil, bem como suas relações de oposição ao progressismo, deve ser mais bem esmiuçada. O recorte aqui proposto se inseriu, portanto, na emergência de uma direita moral e conservadora no Brasil, o que não esgota a multiplicidade envolvida no bolsonarismo, mas contribuiria para elucidar algumas de suas propriedades específicas.

### 3.2 A FORMAÇÃO DE UMA NOVA-DIREITA EM DIREÇÃO AO BOLSONARISMO

A emergência de uma direita com forte conteúdo moral no país, ou ao menos em parte dele, não segue uma escala linear, de modo que pode ser observada no contexto da redemocratização e, ao mesmo tempo, evaporar-se sob seu rótulo ainda *envergonhado* para surgir em cenário nacional com o bolsonarismo. Para elucidar tais caminhos tortuosos e dinâmicos, faz-se necessário voltar a duas manifestações denominadas de *nova-direita* por seus autores, primeiro em Pierucci (1987) e depois em Rocha (2019).

Em um contexto cujos representantes ainda eram Jânio Quadros (1985) e Paulo Maluf (1986) em São Paulo, a análise de Pierucci (1987, p. 39) sobre a “nova-direita” compreende “o universo mental das bases da direita”. Como exercício comparativo, a formação de uma direita caracterizada por uma luta moral não é específica ao bolsonarismo, mesmo no Brasil após o regime ditatorial de 1964, o que

permitiria esboçar alguns elementos comparativos em relação à comunidade moral bolsonarista (Alonso, 2019).

Ao classificar a então nova-direita, é destacado que, a despeito de orientações estatistas e liberais na economia, clericais e anticlericais, “permissivos em moral não foram encontrados” (Pierucci, 1987, p. 40). Como uma espécie de prenúncio sociológico e uma pista de legitimidade, “nas bases eleitorais da direita janista e malufista, as ideias neoliberais sequer começaram a chegar; e tudo indica que não têm grandes chances de vingar” (Pierucci, 1987, p. 41).

Arelada a uma leitura de *crise moral* no país, desdobra-se uma percepção de *inversão da realidade*, isto é, de “uma crise de valores e de maneiras” (Pierucci, 1987, p. 45). Nesse universo de sentido, não deixa de surgir a eleição de “infelizes bodes expiatórios”, como padres defensores de direitos humanos e feministas. Embora não utilizasse o conceito de populismo, Pierucci (1987, p. 29) demonstra como a construção de inimigos já passava a ter implicações na realidade brasileira, como era a reação aos “imigrantes pobres do Norte e Nordeste na mentalidade” de estratos das classes médias de São Paulo.

Assim, o vivido e o imaginado aparecem com considerável centralidade na análise do sociólogo, uma vez que a sensação de insegurança e incerteza se relaciona com o imaginário de fobias, medos e inimigos. Seja sob esta direita ou, em maior expressão, no bolsonarismo, “o alvo da ação política é a conservação de valores morais” (Pierucci, 1987, p. 44). A este respeito, outro elemento coincide na comparação daquela direita moral com o bolsonarismo, qual seja, a bancada evangélica no Congresso, em formação na redemocratização do país, com a “defesa intransigente dos pontos de vista mais reacionários em matéria de moralidade familiar e sexual” (Pierucci, 1987, p. 44).

No entanto, observou-se que a educação não aparecia diretamente mencionada na formação desta direita malufista, embora seu universo semântico carregue elementos que iriam aparecer, sob outros termos, no bolsonarismo: a defesa da família como prioridade existencial e política; a hierarquia sobre o individualismo; a rejeição ao progressismo como expressão da *inversão de valores*; a defesa de identidades que devem se manter a despeito de transformações e crises; o elemento moral como prioritário no diagnóstico sobre o país; a construção de inimigos atrelada a figuras de esquerda.

Por outro lado, enquanto a esquerda remetia, naquele contexto, “para os mundos da mudança e da justiça social”, a direita, ao contrário, era associada à “conservação do passado” e à “recusa da mudança”, com a “manutenção das hierarquias e do compromisso com a desigualdade” (Pierucci, 1987, p. 36). Tratava-se, portanto, de uma sinalização positiva para a esquerda, enquanto a direita ainda carecia de reconhecimento como alternativa política. Nesse cenário, emergia o “eleitor direitista envergonhado”, fenômeno que demonstra como o “voto na direita truculenta, no fundo do ‘inconsciente coletivo’ das camadas populares, pode significar um ato de transgressão impudicável” (Pierucci, 1987, p. 38).

Na abordagem de Rocha (2019), percebe-se como a *direita envergonhada*, sobretudo em seu caráter moral e conservador, só voltaria à cena a partir da segunda metade do século XXI, após um hiato que deve ser também aprofundado em suas expressões e consequências. Em sua tese “*Menos Marx, Mais Mises*”: Uma gênese da nova direita brasileira, Rocha (2019, p. 17) define a nova-direita como um “amalgama inédito entre o ultraliberalismo econômico e a defesa de pautas conservadoras no que tange aos direitos humanos e demandas específicas dos movimentos feminista, LGBT, negro, indígena e quilombola” (Rocha, 2019, p. 18). Fundamentada nas “teses de Olavo de Carvalho”, que recebia apoio até mesmo da maioria das lideranças pró-mercado, a nova direita passaria a criticar a suposta “construção de uma hegemonia cultural junto à sociedade civil” (Rocha, 2019, p. 19) por parte da esquerda, liderada pelo PT, mas com a inclusão de partidos como o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB).

Embora a ênfase da autora seja no aspecto ultraliberal da nova-direita e na atuação de grupos ultraliberais e olavistas na esfera virtual, a abordagem de Rocha (2019) também permitiu traçar uma breve retrospectiva sobre a direita no país, em suas ramificações pró-mercado e conservadoras. Como se notava a partir de 1946, por exemplo, a defesa do “ideário pró-mercado” surgia menos como uma ação *sui generis* que como uma tática deste segmento, “principalmente por empresários e intelectuais conservadores preocupados com o avanço da esquerda, em detrimento dos atores que se reivindicam liberais” (Rocha, 2019, p. 43). Posteriormente, se a década de 1960 traria a temática moral como uma das expressões institucionais do regime militar, inclusive por meio da educação, uma espécie de hiato ocorreria a partir da transição democrática.

Com a derrocada do regime militar, os conservadores perderam o espaço político que haviam conquistado, assim como a temática moral seria substituída por uma ênfase na economia e no patrimonialismo na sociedade brasileira (Rocha, 2019). Esse último aspecto pode ser tangenciado em um sentido inverso ao que se passaria posteriormente com o bolsonarismo, embora pela mesma razão, qual seja, a relação entre a legitimidade de um discurso e um contexto singular. No cenário pós-ditadura, “os discursos dos conservadores, marcados por uma forte tônica anticomunista, passaram a não ter mais o mesmo apelo de antigamente por conta da transição democrática e da perda de apoio por parte do Estado e de empresários” (Rocha, 2019, p. 44).

Segundo Rocha (2019, p. 43), houve duas alterações complementares na redemocratização do país: a fundação de “*thinks tanks* voltados exclusivamente para a divulgação do ideário pró-mercado no Brasil” e a “dificuldade encontrada pelos ideólogos conservadores em fortalecer e dar continuidade às suas próprias organizações no âmbito da sociedade civil”. Não que a direita houvesse desaparecido por completo, mas “se dizer de direita passou a ser desconfortável” (Rocha, 2019, p. 117), fenômeno vinculado a um enfraquecimento da legitimidade nacional deste segmento, o que também atesta a análise de Pierucci (1987).

A ênfase desta pesquisa no aspecto conservador e moral do bolsonarismo implica diferenciá-la dos agenciamentos pró-mercado no país, seja o liberalismo clássico ou a vertente neoliberal. A diferenciação entre liberalismo clássico e neoliberalismo, que tanto Rocha (2019) quanto Apple (2003) recuperam de Mark Olssen, significa não apenas que o Estado deve promover a desregulamentação do mercado no neoliberalismo, mas que tal órgão é central na produção de um indivíduo eficiente e controlado. No cenário educacional, isso se explicita pela proliferação de “indicadores de desempenho” e de uma “avaliação pública constante e comparativa” (Apple, 2003, p. 89), por especialistas que não necessariamente corroboram os discursos dos segmentos populistas-autoritários.

Por sua vez, a direita bolsonarista surge em afinidade ao populismo autoritário e ao neoconservadorismo americanos pela crença em uma *hegemonia cultural de esquerda*. Como não se trata de um valor endógeno e irreduzível ao Brasil, Apple (2003, p. 83) destaca que tal percepção surge difundida em países como Inglaterra e

Estados Unidos, onde “acreditam que o progressismo está agora na posição dominante na política e na prática educacional” (Apple, 2003, p. 83).

Embora se reconheça o amálgama entre tais correntes na formação da direita emergente (Rocha, 2019), assim como haja uma combinação entre neoliberalismo, neoconservadorismo e populismo autoritário (Apple, 2003, p. 92), não é a defesa do papel do Estado em promover o livre-mercado que mobiliza a “comunidade moral bolsonarista” (Alonso, 2019). Apesar de articulações táticas, o bolsonarismo enfatiza o eixo do reconhecimento (Fraser, 2018) em detrimento do núcleo das políticas neoliberais ou gerencialistas na educação. Desse distanciamento, ao menos em nível retórico, parece se desenrolar uma considerável legitimidade em proximidade ao que já fora apontado em Pierucci (1987).

Por conseguinte, diante de diferentes abordagens bibliográficas, parece haver certo consenso sobre o surgimento do bolsonarismo em oposição a políticas de reconhecimento do horizonte normativo da constituição de 1988 e acentuadas posteriormente (Abranches, 2019). Nesta direção, Almeida (2019, p. 40) destaca a formação de um conjunto de “forças sociais parcialmente desarticuladas e represadas sob uma legitimidade discursiva construída pelo campo à esquerda”, de onde também viria um caldo de ressentimento (Avelar, 2020). Tal como Rocha (2019) evidencia o sentimento de *hegemonia cultural esquerdista*, Avelar (2021, p. 22) apresenta como tese que o “bolsonarismo representa uma insurgência de antagonismos represados”, ainda que se expresse “de forma distorcida e imaginária” entre os eleitores.

Por consequência, “desde o governo Dilma, setores conservadores passaram a se contrapor ao ‘esquerdismo comportamental’, cristalizado nas políticas de afirmação pública de identidades e reconhecimento” (Alonso, 2019, p. 57). Trata-se de uma retórica de moralização de costumes surgida a partir de seu contrário, isto é, dos governos que encamparam uma orientação política à esquerda na esfera do reconhecimento e dos costumes.

Sobre este núcleo, uma comunidade moral bolsonarista (Alonso, 2019) passa a se inserir em um conjunto de representações sobre o *homem comum* e, portanto, na reivindicação do *autêntico* sobre o *arbitrário*, o *natural* sobre o *ideológico*. Como exemplificação, uma profusão de vídeos e fotos de campanha de Bolsonaro iriam colocá-lo em uma série de imagens que remetem ao imaginário de *gente da gente*, em oposição a um universo formalizado da política. Acrescente-se a isso que as

classificações culturais imbuídas na articulação entre *homem comum* (ou *cidadão de bem*) e masculinidade também se revestem da mediação simbólica evangélica, já que os códigos culturais trabalham como um conjunto aberto (Sahlins, 2003).

Exemplo de como a esfera religiosa se entrecruza às representações de gênero está em Damares Alves, ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e também “pastora que prega a milhares de fiéis, ao vivo e na rede, contra a ‘erotização infantil’, a ‘desconstrução da família tradicional’, a ‘guerra’ entre os sexos, o aborto, os movimentos LGBT e feminista” (Alonso, 2019, p. 61). Como elementos em relação, a pauta da *erotização infantil* ou da *inocência das crianças* é atravessada pelo eixo educacional e de gênero, ao mesmo tempo em que se conecta à mensagem de *desconstrução da família tradicional*. A presença numa secretaria com menos recursos financeiros não impede, por outro lado, a maximização simbólica oriunda da ministra, cuja presença no governo sinaliza a retroalimentação entre os domínios político, educacional, religioso e de gênero, donde advém a popularidade de governo<sup>17</sup>, a despeito do descompasso diante dos *progressistas*.

Assim como os recursos culturais do populismo autoritário “criam futuros imaginários” e, mais que isso, “também ajudam de fato a criar identidades” por meio de “códigos” bem recebidos pelo universo popular (Apple, 2003, p. 242), um conjunto de narrativas e vídeos do bolsonarismo também iriam contribuir para a produção de uma identidade política à direita no país. Não apenas a figura de Jair Bolsonaro surge dotada de sentido, mas, conforme argumenta Alonso (2019, p. 64), Olavo de Carvalho também aparecia como uma espécie de operador intelectual “anti-intelectualista”, em “vídeos dos quais emerge baforadas, uísques e palavrões”. O que surgiria como signo da falta (em outros esquemas de sentido) parece ressoar como virtude de *autenticidade*, atestada pela “influência concreta” do ideólogo em “uma batalha contra o ‘marxismo cultural’, o politicamente correto, o esnobismo de pensadores e artistas de esquerda” (Alonso, 2019, p. 67).

Mais que um *delírio* que desconsideraria o papel da educação na emergência de uma comunidade moral no país, a percepção de uma “falta de representação de

---

<sup>17</sup> Em levantamento realizado pelo Instituto Datafolha (09/12/2019), Damares Alves apareceria em 2º lugar entre os ministros mais bem avaliados do governo, ficando atrás apenas do então ministro Sérgio Moro. A pesquisa ainda evidencia que Damares Alves é a “única com maior aprovação entre pessoas com renda mais baixa”. Disponível <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/moro-e-guedes-tem-alta-aprovacao-entre-ricos-e-baixa-entre-pobres-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 06/09/2020.



pessoas de direita em determinados públicos dominantes na época, especialmente a academia no campo das ciências humanas, editoras de livros e a mídia tradicional”, passa a ser verificada em “praticamente todas as pessoas que entrevistei”, conforme argumenta Rocha (2019, p. 126). Como interpreta um ex-aluno de Olavo de Carvalho, haveria uma *hegemonia cultural de esquerda* no Brasil, de modo que alguns temas estivessem “mitigados na academia e no cenário cultural brasileiro” (Boeira *apud* Rocha, 2019, p. 123). Apesar da inexistência empírica de uma dominação marxista no país, não se deve desconsiderar que “os ultraliberais, assim como os frequentadores das comunidades de Olavo de Carvalho, não encontravam representatividade em públicos dominantes”, enquanto se deslocavam para outras esferas, como a virtual (Rocha, 2019, p. 128). Ao mesmo tempo, tal percepção gerava implicações, como a paulatina articulação de um conjunto de pessoas sob novos termos e categorias.

Diante disso, assinalava-se uma mudança na percepção destes eleitores quanto à autoimagem, paulatinamente à ascensão bolsonarista: “ser de direita em 2004 em um ambiente universitário era um tabu muito maior do que hoje em dia”, como diz um entrevistado de Rocha em 2016 (Rocha, 2019, p. 120). Neste cenário, não se deve desconsiderar como um conjunto de pautas mobilizadas sobre o domínio educacional passaria a fornecer um maior espaço de atuação e sentido de pertencimento a agentes que não se sentiam representados durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, e de Lula e Dilma do PT. Vale frisar que a crença numa *hegemonia cultural de esquerda* era acrescida de uma articulação amigo-inimigo (Empoli, 2019), já que passaria a conectar liberais e conservadores contra um inimigo comum, como reconhecem militantes pró-mercado como Joel Fonseca (Rocha, 2019, p. 134).

Como será possível notar no tópico abaixo, o caráter transitório de eleitores sazonais (Pierucci, 1987) é substituído por uma comunidade moral bolsonarista (Alonso, 2019), que passaria a se estruturar em um conjunto de pautas educacionais, como a própria defesa sistemática da *família* e das *crianças* contra a crença em uma *doutrinação* difusa nos três níveis da federação. Com a emergência nacional das lutas progressistas e a disputa em direção a uma leitura legítima do mundo à direita (Avelar, 2021), a educação passaria a se tornar alvo de lutas culturais que a ultrapassam, como a definição de *práticas ilegítimas* relacionadas ao gênero e ao comportamento

familiar. Ao mesmo tempo, a *vergonha* associada à direita dá lugar a uma identidade política em formação.

### 3.3 A CORRUPÇÃO MORAL E O DOMÍNIO EDUCACIONAL: A REAÇÃO AO GÊNERO E AOS PROFESSORES

Uma maneira de delinear a conexão entre o bolsonarismo e o domínio educacional, para além de pressupostos técnicos e economicistas, é perceber como essa esfera possui um potencial prescritivo na sociedade contemporânea, articulada a um domínio moral inescapável na educação (Apple, 2008). É assim que, mesmo na abordagem antropológica de Kalil (2022, p. 241), evidencia-se o lugar da educação nas tensões de força e de sentido durante a emergência do bolsonarismo, como em “campanhas conspiratórias relacionadas ao gênero, sexualidade e temas do campo das moralidades”.

Em pesquisas etnográficas entre eleitores bolsonaristas, a corrupção não se refere somente ao ponto de vista político ou institucional, mas também é “entendida em seu sentido moral” (Kalil, 2022, p. 243). Conforme se desdobra de Kalil (2022, p. 243) a corrupção passa a receber outro sentido neste universo, ao surgir como uma das “categorias de acusação” do bolsonarismo, tal como a *ideologia de gênero* (Kalil, 2022, p. 243).

É por meio de um repúdio às noções de corrupção política e moral que a categoria identitária *cidadão de bem* passava a se definir, o que demonstra a relevância de pautas como malfadada *ideologia de gênero* na constituição do bolsonarismo como fenômeno político estruturado. A centralidade da pauta moral no bolsonarismo se verifica uma vez que, mesmo diante da existência de 16 perfis de eleitores bolsonaristas, a noção de *cidadão de bem* atravessa todos estes segmentos, em consonância a um repúdio ao que entendiam como corrupção (Kalil, 2022). Em outros termos, a corrupção moral, atrelada a um enfraquecimento da família em interseção à escola, surge como pauta unificadora diante de uma pluralidade de temas observados entre eleitores bolsonaristas.

Conforme Kalil (2022, p. 243), a noção de *cidadão de bem* seria caracterizada pela “combinação de racionalidades políticas neoliberais e neoconservadoras”, assim

como demarcava o aspecto *antissistêmico* nas narrativas destes eleitores. No entanto, tal aspecto é contraditório, tendo em vista o contexto histórico subjacente ao seu uso. Mais especificamente, apesar de raízes antigas (Alonso, 2019) e de não se tratar de uma tipologia inteiramente nova (Kalil, 2022), tal noção passou a ser mobilizada em 2013 com base na ideia de que existiriam formas adequadas e inadequadas de participação do espaço público. Em 2016, o significado do termo passa a incorporar o discurso anticorrupção na esfera institucional, tendo em vista a mobilização da pauta naquele período. Desse modo, a categoria comportaria três aspectos complementares na atuação bolsonarista, dado o caráter polissêmico da corrupção entre estes eleitores (Kalil, 2022): ser *moralmente correto*; *saber se comportar* em manifestações e se distinguir de *políticos corruptos*.

Por meio do *cidadão de bem*, não é arbitrário sugerir a mobilização de uma identidade política que operava, como não poderia deixar de ser, através da diferença (Hall, 2014). Em outros termos, o *cidadão de bem* passava a se distinguir “radicalmente das categorias, grupos e indivíduos reais associados ao pensamento e à política de esquerda, bem como aos movimentos sociais democráticos da história brasileira” (Kalil, 2022, p. 244). Como complemento, em um cenário percebido como caracterizado por uma legitimidade discursiva à esquerda (Rocha, 2019), uma nova categoria de sujeitos reivindicava visibilidade em consonância a uma pauta moral, sobretudo por meio de representações que interseccionam o domínio educacional.

Ao evocar as conexões com o domínio educacional, evidencia-se que a noção de corrupção, para a direita emergente, não se referia somente a um desvio na gestão pública, uma vez que o termo “significa também uma desordem geral de costumes e valores que supostamente colocam em risco a ‘ordem familiar’” (Kalil, 2022, p. 245). Mais precisamente, o “atual discurso anticorrupção aponta para comportamentos privados e morais, como a identidade de gênero, orientação sexual e crenças religiosas”, além de significar “redução das liberdades individuais e do papel da família na formação da cidadania” (Kalil, 2022, p. 245).

Por meio desta noção, é possível compreender a conexão entre a direita conservadora e o domínio educacional quando uma ideia de corrupção moral passa a arregimentar a rejeição a pautas progressistas e a evocar uma série de *riscos* oriundos do domínio escolar, com o conseqüente enfraquecimento da própria família em impor uma *correção* nos costumes. Nesse imaginário, o Estado não seria corrupto apenas

em oposição ao mercado, mas, por meio da escola, também operaria como corruptor em oposição à família e aos valores de hierarquia na vida<sup>18</sup>, em temáticas do eixo dos costumes e do reconhecimento, tal como também evidencia Alonso (2019).

Assim, tal imaginário confere centralidade à educação, ainda que possivelmente a contragosto dos especialistas educacionais, já que “uma das faces da corrupção seria quando o Estado, materializado pela escola pública, trata de assuntos considerados de responsabilidade exclusiva da família, como crenças ideológicas e políticas ou educação sexual” (Kalil, 2022, p. 245). Sob um deslocamento da *corrupção* para além da perspectiva convencional, a direita bolsonarista passa a se expressar na arena pública ao conferir uma identidade política e um conjunto de respostas a setores que não se percebiam representados politicamente.

Diante de um mosaico da direita emergente, desenrolou-se apenas um pequeno fragmento do bolsonarismo, qual seja, a corrupção moral vinculada à escola, quando se tornam mais evidentes as noções de *cidadão de bem* e, por extensão, a própria comunidade moral bolsonarista (Alonso, 2019). Elemento fundante deste universo moral, a rejeição a uma diversidade de gênero, acusada de *ideologia* ou *desvio*, surge numa relação de continuidade à categoria de corrupção moral, construída de maneira aberta e qualitativa por Kalil (2022).

É neste prisma em que Junqueira (2019, p. 163), em seu artigo *A ideologia de gênero existe, mas não é aquilo que você pensa que é*, traz o imaginário de uma “conspiração mundial contra a família”, em decorrência do “cancelamento das diferenças naturais entre homens e mulheres”. Em disputas que interseccionam os domínios educacional, político e religioso, a *ideologia de gênero* recebe uma camada mais densa de significados ao se associar ao domínio educacional.

Por meio da análise de discursos e documentos religiosos, Junqueira (2019, p. 164) enfatiza a construção do discurso antigênero e aponta a base católica desse imaginário, ainda que possa ser acionado por outros atores e instituições. Conforme é destacado, assim como João Paulo II situa a “heterossexualidade na origem da

---

<sup>18</sup> Neste contexto, uma rápida inserção no eixo da cultura escolar permitiria apreender como o imaginário de uma corrupção nos costumes é percebida em decorrência de uma permissividade dos jovens, frequentemente acionada em relação a autores considerados de esquerda, em oposição a valores de disciplina e respeito à autoridade.

sociedade” e um “fundamento da harmonia social”, o cardeal Joseph Ratzinger “afirmou ser o conceito de ‘gênero’ uma insurreição do homem contra seus limites biológicos” (Junqueira, 2019, p. 165). Em ambos, a pluralidade de gênero surge associada a uma violação arbitrária e ao diagnóstico de desintegração social.

A leitura de Junqueira (2019, p. 167) permitiu considerar que o discurso antigênero, de origem católica, já estava presente no nível das virtualidades, ou seja, mas faltavam apenas as modificações na dinâmica social para que este fosse acionado nas guerras culturais da sociedade brasileira. A este respeito, a *ideologia de gênero* expressa como a escola foi “escolhida como um dos principais alvos dessa ofensiva reacionária transnacional” (Junqueira, 2019, p. 164), ao passo que demonstra o papel ativo do domínio educacional nas lutas sociais em determinados contextos (Apple, 2003).

No cenário político protagonizado pelo bolsonarismo, a expressão passaria a ser atravessada pela “promoção sistemática da desinformação, intimidação, estigmatização do adversário e pânico moral”, em defesa de “algo supostamente universal e incontestável, como a ‘família’, a ‘inocência das crianças’, etc.” (Junqueira, 2019, p. 167-168). Como saída epistemológica diante de uma categoria que não se confunde com as da ciência, se a *ideologia de gênero* não existe como evidência científica ou diagnóstico da realidade, ela encerra um sentido objetivo como “categoria política forjada para operar como arma retórica e para animar mobilizações” (Junqueira, 2019, p. 168).

Como complemento, a categoria é também relevante por possuir implicações existenciais a um conjunto de sujeitos, nos níveis da concordância de subjetividades e do reconhecimento social, aspecto crucial para a legitimidade política. Sintomático disso é a circularidade desta expressão, destacada em maior ou menor grau em um conjunto de autores (Almeida, 2009; Guimarães, Oliveira, 2020; Kalil, 2022). Mais especificamente no universo evangélico, a disputa por *narrativas legítimas* na esfera moral já assumia “o combate à chamada ‘ideologia de gênero’, espectro que assombra os cristãos mais religiosos [...]” (Almeida, 2009, p. 47). O mesmo resultado é encontrado em análise de Kalil (2018, p. 22), em que também se revela o aspecto moral-conservador da *ideologia de gênero*, “vista como pecado e degeneração dentro das instituições religiosas” (Kalil, 2018, p. 22).

Não é ao acaso que a *ideologia de gênero* atravessaria o debate político nas eleições presidenciais de 2018. Por extensão, pode-se classificar a *corrupção moral* supostamente realizada pela escola em dois eixos, intercalados pela percepção de uma redução do papel da família na formação dos filhos e uma conseqüente *desordem* de costumes e valores na sociedade mais ampla. Tanto a formação para a cidadania seria objeto de *outrem* quanto, também por meio da instituição escolar, outros comportamentos morais seriam erigidos como *ilegítimos* neste espaço, quais sejam, uma diversidade de gênero na vida privada e uma crescente autonomização dos filhos em relação aos pais. Ao *dizer sobre o Outro*, a rejeição a alguns signos do domínio educacional emerge na esteira do bolsonarismo como capaz de *resistir* a tal quadro, quando advém o papel dos significados sobre a escola como veículo de legitimidade.

Com a chegada de Jair Bolsonaro (PSL) ao poder executivo, desdobra-se ao governo federal uma profusão de representações que operam na articulação entre corrupção moral e domínio educacional. Endossada por ministros da educação, como Ricardo Vélez Rodriguez, a agenda pública do governo é performada em torno da “preocupação de ‘pais e mães reprimidos pela retórica marxista que tomou conta do espaço educacional’”, seja sob as vestes da *ideologia de gênero*, da tentativa de *derrubar nossas tradições* ou de certo repúdio à *onda globalista* (Rodriguez, *apud* Carlotto, 2019, p. 150-151).

Neste mesmo eixo, destaca-se o então ministro da Educação, Abraham Weintraub, em um conjunto de performances de deslegitimação ao próprio domínio em que ele já atuava como ministro. Era recorrente, portanto, imagens sobre a Universidade como local de “plantações de maconha e eventos com ‘gente pelada’”, numa operação de “deslegitimação do espaço universitário” (Guimarães; Oliveira, 2020, p. 08). Também se observou que categorias acusatórias como *balbúrdia* e *ideologia de gênero* se complementam, por exemplo, em um *tweet* que associava uma jovem de cabelo colorido à *ideologia de gênero* nas Universidades, como sintomáticos de *desvios* ali realizados (Guimarães; Oliveira, 2020).

No entanto, não é possível analisar a relevância de pautas educacionais na formação do bolsonarismo sem compreender, de modo mais detido, as intersecções entre forças religiosas e orientações sobre o domínio educacional, não apenas no Brasil, mas no país onde o avanço sobre a educação parecia se realizar com maior vigor, como é o caso dos Estados Unidos.

### 3.4 O ATIVISMO EVANGÉLICO SOBRE O DOMÍNIO EDUCACIONAL: UNIVERSO MORAL E LEGITIMIDADE

Se “proteger as identidades religiosas e transformar tanto a educação quanto o mundo em geral andam de mãos dadas” (Apple, 2003, p. 211), a compreensão do bolsonarismo, em seu componente populista e interseccionado à educação, deve ser relacionada ao movimento evangélico conservador anterior ao próprio *trumpismo* nos EUA. Como prisma analítico que não desconsidera as relações de legitimidade na política, Apple (2003, p. 34) segue Gramsci ao ver a religião como mecanismo que preenche a lacuna entre a população e as instituições sociais, de modo a estabelecer as “conexões orgânicas” entre “a vida cotidiana das pessoas e os movimentos religiosos conservadores”.

Já a partir de 1920, a escola assumia centralidade estratégica em um projeto mais amplo de restauração do *verdadeiro cristianismo*, quando os evangélicos “lutaram contra a influência da modernidade e do liberalismo tanto nas igrejas quanto nas escolas” (Apple, 2003, p. 147). Além de atuarem em oposição ao liberalismo, o ativismo evangélico tinha como uma das pautas “tornar o ensino do evolucionismo darwinista ilegal na escola” (Apple, 2003, p. 146).

No entanto, enquanto parte do fundamentalismo se destinava a um distanciamento do mundo real, este segmento seria superado, a partir de 1940, por uma ortodoxia engajada cujo objetivo era “garantir as condições de sustentar a ordem moral que queriam proteger e expandir” (Apple, 2003, p. 148). Em luta contra fatores como a urbanização acelerada e a popularização da ciência, a política não era indiferente nem um obstáculo, mas um meio para garantir a perpetuação de um conjunto de normas e valores deste universo.

Tal engajamento evangélico, definido por Apple (2003, p. 149) como “ativismo social e político”, era imbuído de visões “excepcionalmente conservadoras sobre a família e os papéis de gênero” (Apple, 2003, p. 150), elementos que serão acomodados posteriormente como pautas públicas. A corrente iria se espalhar ao longo das décadas, seja em missões, grupos e formas de atuação em diferentes esferas e meios de comunicação.

Ao se voltar para o crescimento evangélico no Sul dos Estados Unidos, torna-se mais evidente a relação de legitimidade entre o ativismo conservador e as camadas

da população na região. Com efeito, também se nota um distanciamento entre uma propalada *Era da Razão* inaugurada por lideranças sulistas como Thomas Jefferson e aquilo que de fato “dominava a vida cotidiana e as crenças de muitos brancos sulistas”, como “a crença no sobrenatural, no poder premonitório de sonhos e milagres, na capacidade de os espíritos adquirirem forma visível” (Apple, 2003, p. 151)

Esses elementos permitiriam maior conexão com o fortalecimento evangélico, baseado em uma crença atormentadora do poder diabólico em diferentes esferas da vida. A possibilidade de ver o profano no mundo, como no espaço escolar, não deixa de inverter uma suposta linearidade da razão ao demonstrar algumas oposições culturais estranhas ao universo acadêmico e progressista. Em outros termos, “como os evangélicos alimentavam sua força com o sentimento de que todos estavam participando de um drama cósmico”, um conjunto de crises e eventos ao mesmo tempo permitia uma nova leitura e um posicionamento no mundo: “na luta entre Deus e Satã, eles estavam do lado dos vencedores” (Apple, 2003, p. 151).

Mais do que simplesmente traduzir o mundo, tratava-se da construção do mundo e da importância dos afetos, de modo que, com o crescimento evangélico no Sul, “emoções ocultas” como “a culpa, a dúvida, o medo”, passavam a adquirir “grande importância, não só para a pessoa, mas também para toda a comunidade” (Apple, 2003, p. 151). Em vez de imputar uma explicação direta dos afetos, o que está em jogo é seu direcionamento e constituição por um novo discurso que se tornava hegemônico naquela região do país.

Mais que outros cristãos, os evangélicos conservadores são os que mais rejeitam algum relativismo moral, numa perspectiva que considera as instituições humanas secundárias em relação a Deus e à Bíblia (Apple, 2003, p. 162). Neste eixo, a escola se torna uma ameaça mesmo diante de conteúdos e atuações docentes que não seriam, aparentemente, conflitantes ao domínio religioso. Em outros termos, os evangélicos conservadores concebem que “as escolas públicas devem instruir as crianças com valores claramente cristãos” (Apple, 2003, p. 163).

Como consequência em uma sociedade que nem sempre responde ao padrão moral reivindicado por um grupo, é destacado um ressentimento em relação àqueles que se afastaram de uma vida dedicada ao que os cristãos acreditam. Os descaminhos da sociedade, nestes termos, só poderiam se explicar em decorrência



do relativismo, do darwinismo, do socialismo, entre outros elementos seculares que seriam propagados nas escolas.

Portanto, a *degradação moral* passava a ser obra de um conjunto de grupos e instituições, como “as escolas públicas” e as mídias (Apple, 2003, p. 171). Uma suposta *prova* da ameaça escolar aos cristãos é a proibição jurídica da oração em escolas em 1960, cujos efeitos seriam a desordem social e a ira divina, sinalizados em uma série de eventos e processos. Como saída, devia-se “restaurar o papel público e a autoridade das crenças, valores e moralidade evangélicos, a fim de ajudar todos a pôr ordem na bagunça que deve estar visível para todos dessa nação” (Apple, 2003, p. 176).

Contrariamente a uma generalização do conservadorismo evangélico, há uma tendência mais radical no movimento, intitulada *reconstrucionistas*, também com implicações no populismo autoritário. De modo específico, Apple (2003, p. 206) argumenta que o “elemento fundamental do apelo reconstrucionista é o ataque às escolas públicas”. Tal movimento defende a Bíblia como único texto legítimo, mesmo diante do Estado, do Direito ou do saber escolar.

Diferentemente de projetos de reforma educacional orientadas pelo gerencialismo ou neoliberalismo, o objetivo deste movimento é fechar as escolas, que surgem como obstáculo à própria intenção de criar uma república teocrática almejada pelos reconstrucionistas<sup>19</sup>. Deste ponto de vista, enviar os filhos à escola implica em permitir sua educação pelo inimigo (Apple, 2003, p. 206), dimensão que suscita a pauta do ensino doméstico naquele país. Tal pauta seria endossada, a partir de 2019, com mais ênfase pelo bolsonarismo, embora não se concretizasse institucionalmente (Moreira; Moura; Teixeira, 2022).

Em ressonância a oposições afetivas sobre a escola, a leitura de Apple (2003, p. 227) carrega a perspectiva do populismo autoritário ao abordar o ensino doméstico com ênfase na construção de binarismos em que “Deus/lar/família são puros; o resto do mundo – o humanismo secular, os pares, a cultura popular – são formas de

---

<sup>19</sup> Um dos rituais que combinam a religião e a política neste movimento é o juramento de fidelidade à bandeira cristã por lideranças políticas americanas, do qual já participaram nomes como ex-vice presidente Dan Quayle (Apple, 2003). Apesar do estranhamento, performances parecidas já foram observadas no bolsonarismo, como na oração realizada por Magno Malta na presença de outros pastores e líderes religiosos. Ainda que ritualmente, demonstra como a esfera pública é atravessada é englobada por valores que a ultrapassam.

poluição, tentações, perigos” (Apple, 2003, p. 227). Diante de um mundo que aparece como efetivamente em desintegração e irrompe um conjunto de problemas sobre a educação nacional, o populismo autoritário elenca “temores em relação à nação, ao lar, à família, à ‘inocência’ das crianças, aos valores religiosos e às visões tradicionais de gênero” (Apple, 2003, p. 215). Dessa maneira, tal segmento dialoga com tendências vivenciadas e percebidas pelos sujeitos, ainda que possam ser criticadas em suas contradições, como na negação do Outro e a ressignificação de uma assimetria de classe, cor e gênero em termos de uma *perda de pureza*.

Em suma, em vez de questionar a falta de recursos ou a carga burocrática do ensino, o argumento populista e evangélico sobre a educação se direciona para um conjunto de “preocupações mais profundamente arraigadas ou íntimas” (Apple, 2003, p. 215), ou mesmo existenciais (Apple, 2008; Fraser; 2018). Conforme tal concepção, “a educação secular está transformando nossos filhos em ‘estranhos’ e, ao questionar nossas idéias, coloca nossos filhos contra nós” (Apple, 2003, p. 214).

Embora haja diferentes segmentos dentro do movimento evangélico, Apple (2003, p. 208) destaca um aspecto geral entre estes, qual seja, a rejeição ao pluralismo nos diferentes domínios do social. Diferentemente dos reconstrucionistas, contudo, a corrente evangélica dominante enfatiza menos uma ruptura institucional que o objetivo de “transformar as estruturas afetivas de toda uma cultura”, isto é, o senso comum de um povo em direção aos evangélicos como centro gravitacional (Apple, 2003, p. 209).

Como se notou nesta primeira parte, o bolsonarismo também se estruturou por um universo de significados orientado ao domínio moral, quando a educação ganha destaque mesmo entre abordagens antropológicas como a de Kalil (2022). Aqui, a reação a uma *corrupção moral* na escola, aliada a um repúdio à diversidade de gênero supostamente endossada por professores, evidencia como o domínio educacional se situa na *vanguarda do bolsonarismo* no país, embora com uma prática e semântica já em homologia ao populismo autoritário dos Estados Unidos. Como será possível observar com o ESP, antes da emergência de Jair Bolsonaro, um estoque semântico já era mobilizado sobre o domínio educacional, ao intercalar lideranças políticas e religiosas, hierarquia familiar e a construção de inimigos.

#### 4 PROJETOS DE LEI DO *ESCOLA SEM PARTIDO*: A ESCOLA NA DISPUTA PELA MORAL LEGÍTIMA

A partir de 2004, quando da fundação do Movimento Escola Sem Partido, e com maior intensidade na segunda década deste século, com Projetos de Lei em harmonia ao movimento, setores da sociedade civil brasileira e da política institucional já operavam ruídos sobre uma legitimidade discursiva progressista na sociedade brasileira (Almeida, 2019; Avelar, 2021; Rocha, 2019).

Em *nome dos pais, dos filhos e das crianças*, operava-se um conjunto de disputas pela definição de uma realidade mais afinada aos interesses daqueles que a evocavam. O espanto diante do bolsonarismo a agentes situados em outros esquemas de apreciação do mundo pode ser diluído, *a posteriori*, quando se volta para a reestruturação desta direita sobre o domínio educacional na sociedade brasileira, a partir, sobretudo, de 2014, quando PL's sobre o ESP são apresentados em nível federal.

As afinidades entre o bolsonarismo e o movimento *Escola sem Partido* não se situam apenas na orientação valorativa e no *modus operandi*, mas também em um nível estrutural-funcional. Santos (2021, p. 132) destaca o “crescimento estarrecedor de apoiadores do movimento que deixou os catedráticos em educação surpresos, diante da repentina constatação de que o projeto tido como ‘ridículo’ na sua inicial propositura no Brasil em meados de 2004” se transformaria em pauta nas esferas legislativas e em campanhas eleitorais. Ora, assim como Jair Bolsonaro, o movimento ESP cresce de maneira vertiginosa na segunda metade do século XXI, em um paralelismo que merece ser mais bem explorado, na medida em que operam como um conjunto de forças de significação homólogas entre si.

Em um primeiro momento, buscou-se apreender um nível semântico e sintático de categorias mobilizadas em falas e, sobretudo, Projetos de Lei do ESP, em vez de reduzir o objeto a suas formas externas. Daí se depreende os significados de cada termo do ESP na relação terminológica entre si, como critério para ordenação da realidade e orientação da conduta (Alonso; 2019; Bourdieu, 2007). Por outro lado, a tentativa de aproximação de um sistema de sentido opera em conjunto com o próprio investimento dos agentes no significado da realidade (Bourdieu, 2007), de modo que

tal análise também evidencia lideranças políticas que buscam performar este universo conforme seus interesses.

Antes, contudo, pretende-se aproximar do debate entre domínios morais e normativos vinculados ao progressismo, que, embora não seja o enfoque principal desta pesquisa, permitiu tornar mais evidente o jogo<sup>20</sup> no e sobre o domínio educacional, que não se encerra somente em um dos componentes em disputa. Em uma realidade que não opera sob a forma de uma homogeneidade cultural, aqui são outros elementos *sagrados* a serem mobilizados.

#### 4.1 A (O)POSIÇÃO PROGRESSISTA

Para se estabelecer uma espécie de reposicionamento de fronteiras, com a reivindicação do domínio familiar sobre o escolar, é porque, *performativamente*, projetos de lei do ESP faziam crer que a *ordem familiar* estava em risco diante de valores progressistas na escola, como uma orientação de maior tolerância com a diversidade de gênero.

Como parte de uma disputa educacional que informa valores mais amplos, figuras com alto prestígio no domínio acadêmico aparecem como dotadas de autoridade para redefinirem as fronteiras simbólicas em temas morais e sexuais, conforme uma reivindicação pluralista. É assim que, em contraponto ao ESP, o cientista político Fernando Abrucio (2016) argumenta em direção ao papel central da escola na socialização dos sujeitos, menos por uma suposta neutralidade ou harmonia com o ambiente doméstico, mas sobretudo por apresentar uma pluralidade de visões e valores, tal como o educando encontraria na sociedade global. Na abordagem de Abrucio (2016, p. 62), nota-se uma continuidade entre escola e esfera pública, na medida em que aquela se torna uma espécie de metonímia de um espaço normativamente plural e democrático.

Consoante ao espírito da própria Constituição de 1988, e defendida por um conjunto de intelectuais assombrados com a emergência da direita (ABRANCHES,

---

<sup>20</sup> Incorre-se no jogo mesmo aqueles que deveriam apreender os mecanismos que o constituem, como se nota na tese de Santos (2021, p. 89): A defesa de uma “elevação cultural das massas” contra o ESP é elucidativa de uma significação de atores situados em outro polo em disputa sobre o domínio educacional.

2019), a pluralidade surge diametralmente oposta ao bolsonarismo. Seja a pluralidade de gênero, de valores ou de ideologias, é ao multiculturalismo e às incertezas e ambiguidades que ele carrega (Hall, 2014) contra os quais tal conservadorismo se volta. A passagem tensa e não apenas diacrônica de uma esfera doméstica para a esfera pública é defendida, ao âmbito *iluminista*, em conexão à normatividade democrática contemporânea, quando uma tendência de tolerância e multiculturalismo deveria ser mobilizada no espaço escolar.

Em outro momento, mais precisamente em audiência pública no Município de Sorocaba (SP), quando da tentativa de implementação do referido Projeto de Lei, também se torna evidente uma disputa pelos sentidos da escola e, por extensão, do *legítimo* na sociedade brasileira. Santos (2021, p. 156) recupera o argumento de Alexandre Simões, diretor da Unesp (SP), que aponta não apenas para o risco de censura trazido pelo ESP, mas para o “perigo” em que o “professor deverá contrariar fatos científicos consolidados apenas para não ferir crenças e superstições dos pais”.

Como uma aproximação entre o ESP e as orientações populistas por restauração cultural nos EUA, observou-se a mesma ausência destacada por Apple (2003, p. 83), qual seja, tais posicionamentos “não são notáveis por seu embasamento em conclusões de pesquisas”. O que poderia surgir sob o signo da falta, contudo, deve ser analisado segundo a comunidade simbólica aí emergente, irreduzível não apenas ao progressismo, mas ao gerencialismo e ao neoliberalismo.

Em um estado dramático da luta pelas classificações, o mecanismo de traçar fronteiras entre a autoridade familiar e a autoridade pedagógica passa a operar em um nível de disputas abertas, em performances reivindicatórias acerca do *monopólio da definição e da transmissão legítimas da realidade*, aspecto que ainda será mais desenvolvido ao se cotejar as camadas do ESP. Do lado progressista, depreende-se como os domínios científico, e o escolar que o reproduz, impõe-se sobre o âmbito familiar, que não deveria limitar as evidências em nome de crenças e superstições.

É tal visão iluminista<sup>21</sup> e *progressista* que é contrariada sob as rubricas de “marxismo cultural” ou “comunismo”, “doutrinação” ou “ideologia de gênero”, que

---

<sup>21</sup> Na definição de Hobsbawm (2007, p. 41), o movimento iluminista, que não se encerra naquele contexto da *Era das Revoluções*, fundamenta-se na “convicção no progresso do conhecimento humano” e, como se torna mais evidente aqui, ainda que por oposição, na reivindicação de “libertar o indivíduo das algemas que o agrilhoavam”, como o tradicionalismo, as hierarquias, o poder da Igreja.

operam como significantes flutuantes e ameaçadores a uma parte da população. Se, a uma lente progressista, a escola teria a obrigação de despir os estudantes dos preconceitos e hierarquias familiares, observou-se o contrário na comunidade moral *insurgente*. O embate entre concepções de mundo distintas, que evocam um verdadeiro *ethos*, auxilia a compreender, por um exercício de estranhamento epistemológico, como a comunidade moral bolsonarista (Alonso, 2019) confere sentido inverso, isto é, de corrupção moral (Kalil, 2022) diante de um processo de maior aprofundamento em signos progressistas, como em movimentos sociais liberais nos costumes (Fraser, 2018).

#### 4.2 CORRUPÇÃO MORAL E REIVINDICAÇÃO DO MONOPÓLIO FAMILIAR E RELIGIOSO

Embora o *Escola sem Partido* mobilize consigo, como o próprio movimento se nomeia, uma rejeição à *partidarização* e, com isso, à *parcialidade* em sala de aula, tal significação não ultrapassa a estratégia de legitimação do movimento, como parte da disputa política e simbólica. A clássica separação entre *o que as pessoas dizem* e *o que efetivamente fazem*, quando este último polo também não descarta as representações do grupo, deve ser levada a sério, tal como se deve buscar o discurso implícito do ESP. Desse modo, o problema da *ideologia* em sala de aula não reside na defesa de uma suposta neutralidade ou objetividade do conhecimento (Capaverde; Lessa; Lopes, 2019), mas na recusa a uma pluralidade que viole o universo moral conservador.

Enquanto a esfera jurídica e escolar da sociedade brasileira realizava um movimento em direção ao reconhecimento progressista (Abranches, 2019; Almeida, 2019), um conjunto de atores e movimentos passaria a acionar representações como a *inversão de valores familiares* no país, associada à esquerda, acompanhada de categorias de acusação, como a chamada *ideologia de gênero*. Não à toa, os Projetos de Lei<sup>22</sup> do ESP surgem com o discurso performativo da reivindicação de poder da família sobre a escola em um conjunto de temáticas morais.

---

<sup>22</sup> Em mais de uma centena de Projetos de Lei sobre o tema ao redor do país, destaca-se, por exemplo, o PL do deputado José Bittencourt (PRB/SP) na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Em disciplinas facultativas, preconiza-se que a “frequência dos estudantes dependerá de prévia e expressa

É assim que o primeiro Projeto de Lei em nível federal sobre o ESP (PL 7180/2014), de autoria do pastor e deputado federal Erivelton Santana (PSC-BA), reivindica diretamente a autoridade familiar sobre a pedagógica. Com apenas duas páginas, o núcleo do projeto se direciona ao inciso que altera o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao se posicionar (e evocar) no conflito de valores entre os domínios escolar e familiar, em direção ao último polo:

XIII - respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas. (PL 7180/2014).

De maneira mais geral que precisa em termos jurídicos, tal projeto se legitima ao pressupor um *desrespeito* dos professores às convicções de ordem moral, sexual e religiosa de alunos e pais. A resposta estabelecida pelos agentes políticos é de caráter defensivo a esta tendência, sob o signo de uma *resistência*, ao tempo em que se propõe a *restaurar* a precedência familiar sobre a escolar. Tal é o núcleo do ESP, ao traçar uma fronteira discursiva na reivindicação do *monopólio da instituição legítima* ao saber educacional. Assim, as “questões relativas ao saber de quem, escolhido por quem, como isso é justificado são questões constitutivas” da relação de poder sobre o saber (Apple, 2003, p. 07) e geram tamanho investimento sobre a educação, ao se buscar restaurar uma realidade mais afinada ao projeto político e cultural que determinadas lideranças buscam impor.

Posteriormente, um conjunto de apensados foram estabelecidos sobre o *projeto original* em âmbito federal, não como negação deste, mas como uma reiteração incessante ao que já estava pressuposto. Estes anexos perpassaram, na Câmara dos Deputados, durante os anos de 2014 a 2018, de modo a contabilizarem 30 emendas. Mais que sob um discurso explícito ou jurídico, tais projetos devem ser apreendidos, sobretudo, no âmbito do implícito e do não-dito, tendo em vista que a estratégia de replicação decorre da *performance* na arena política, quando um conjunto de lideranças reivindicam uma posição num vácuo (e numa *onda*) à direita no país.

---

autorização de seus pais ou responsáveis”. Noutro inciso, é a instituição escolar que deverá “entregar aos pais ou responsáveis pelos estudantes material informativo que possibilite o conhecimento dos temas ministrados” (PL 960/2014 *apud* Santos, 2021, p. 149).

Já no Senado Federal, o PL nº 193/2016, de autoria do pastor e senador Magno Malta (PL/ES), visava a incluir o Programa Escola Sem Partido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), ao estabelecer um conjunto de normas e restrições à educação pública, em especial, aos professores. Além destes, incidia-se também nos conteúdos curriculares, avaliações e instituições de ensino superior, em uma abrangência que não perdia de vista a fronteira a ser inculcada.

Na justificativa do senador, constata-se um mesmo mecanismo de traçar fronteiras entre educação escolar e familiar, quando esta engloba, hierarquicamente, aquela. Conforme se estabelece, o “currículo escolar e o trabalho pedagógico realizado pelos professores em sala de aula não deve entrar no campo das convicções pessoais e valores familiares dos alunos da educação básica”. Em suma, “esses são temas para serem tratados na esfera privada” (PL 193/2016).

A representação de um controle dos pais sobre a autonomia docente na escola, para além de pressupostos constitucionais, é tangenciada por meio de uma rápida imersão que combina aspectos quantitativos e qualitativos no *Projeto* supracitado. Em sete páginas, o termo “pais” aparece 12 vezes, sempre acompanhado de alguns qualificativos de poder, como “direito” e “autoridade”. No que tange aos professores, categoria que aparece 08 vezes, observou-se o acompanhamento de efeitos de fronteiras, como interdições e relações de evitação: “limites éticos e jurídicos”, “manipulação”, além de uma contestação de seus direitos de cátedra.

Em um dos itens da justificativa deste PL, o legislador é enfático ao afirmar que “nem o governo, nem a escola, nem os professores têm o direito de usar a sala de aula para tratar de conteúdos morais que não tenham sido previamente aprovados pelos pais” (PL nº 193/2016). O que se infere, neste contexto discursivo, é uma reivindicação de valores conservadores e hierárquicos em oposição a valores de reconhecimento progressista (Fraser, 2018), com a definição do domínio escolar como potencial desviante de uma suposta ordem natural da família.

Dentre as soluções estabelecidas, importa menos sua viabilidade que sua *performatividade*, como se nota no parecer final de 2018, cujo relator é o deputado Flavinho (PSC-SP): “as escolas deverão disponibilizar aos pais, ou responsáveis pelos estudantes, material informativo que possibilite o pleno conhecimento dos temas ministrados e do enfoque adotados” (Art. 7º). Independente de sua efetividade, tal artigo transmite a mensagem de um conjunto de ações ocultas no ambiente escolar,



ao mesmo tempo em que o legislador se posiciona em defesa dos pais e alunos contra a escola e os professores.

Em vista disso, surge como norma o controle dos pais sobre as crianças, em oposição a uma negação da ordem familiar por possíveis preconceitos ou hierarquias em uma vertente progressista. O debate entre a legitimidade de um saber, com seus métodos e discursos, apresenta conotações ao mesmo tempo simbólicas e políticas no terreno educacional.

Com efeito, aqui emergem pedagogias *construtivistas* e *tradicionais*, tolerantes e disciplinadoras, autonomistas e hierárquicas, em um debate que diz mais sobre os valores daqueles que anunciam. Não sem razão, ocorreria a profusão deste debate mesmo fora do Brasil e em relação a outros conteúdos curriculares. Conforme Apple (2003, p. 247) sintetiza o argumento tradicional sobre o ensino de matemática nos EUA, seria necessário “restaurar a disciplina; os alunos têm liberdade demais; o saber ilegítimo empurrou o saber legítimo para outro plano”. Do ponto de vista dos populistas autoritários, portanto, denota-se uma desconfiança “no ensino centrado na criança”, ao passo que se valoriza uma maior hierarquia no espaço escolar como solução não apenas para o aprendizado, mas para a crise moral que atravessaria a sociedade (Apple, 2003, p. 247).

Nestas diferentes (o)posições, percebe-se melhor aquilo que cada uma nega de si mesma, qual seja, a premissa de que a ação pedagógica (e a reflexão sobre ela) “é assim objetivamente violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural” (Bourdieu; Passeron, 1970, p. 20). Com efeito, a educação contribui para erigir arbitrários culturais sob o signo do *legítimo* e do *ilegítimo* numa sociedade, como na rejeição a abordagens sobre gênero no currículo e que, sob a esteira do *pânico moral*, poderiam reconfigurar o objeto anunciado por ela, ao supostamente influir e desviar o *curso normal da sexualidade* entre crianças e jovens. Não por acaso, “correntes das ciências humanas, como os estudos de gênero”, tornavam-se alvo de uma “deslegitimação”, que, subjacente a valores cristãos, operaria uma rejeição à *doutrinação das humanidades* (Gumarães; Oliveira, 2020, p. 14).

Noutro plano, as reivindicações do ESP anunciam um maior controle *da transmissão legítima do conhecimento sociocultural*, enquanto a escola, como parte do poder público, surgia como uma ameaça às disputas de poder em diferentes

domínios, como o religioso e o político. Mais que uma reivindicação de neutralidade, como o discurso nativo poderia fazer *escorregar*, reivindica-se uma *autoridade pedagógica primária (ou familiar)* sobre o universo sexual e moral de crianças e adolescentes, cujos árbitros legítimos deveriam ser os pais. Nesses termos, a expressão difusa *impor limites* parece se complementar a um conjunto de fronteiras, que operam do nível da disciplina sobre os filhos às condutas aprovadas ou reprovadas na ordem do gênero, conforme se notará melhor posteriormente.

Utilizada em uma escala aberta por Kalil (2022), como uma percepção dos eleitores bolsonaristas, a noção de *corrupção moral* já aparecia como um dos eixos estruturantes do ESP, uma vez que a escola surgia como uma área em que o Estado opera um processo de deslocamento de *fronteiras naturais*, ao atuar em domínios que seriam de exclusividade da família (Kalil, 2022). Como se observa, uma concepção de *corrupção moral* já aparecia nos discursos do ESP, vinculados ao nível do reconhecimento e do domínio legítimo da vida, isto é, dos “comportamentos privados e morais”, quando a sexualidade assume lugar central (Kalil, 2022, p. 245).

Diretamente relacionada a um tema que entrecruza esta pesquisa, já se notava como a então *nova direita* paulistana, a partir da redemocratização, se posicionava em defesa da esfera privada da vida, em oposição ao cenário de crise diagnosticada como *cultural*. Mais especificamente, a autodefesa cultural deste grupo se inseria como proteção da “honra de seus filhos” e de “sua família”, como veículo para a defesa de “seus valores enquanto defesa de si”, quando homossexuais e feministas apareciam como ameaça e temor (Pierucci, 1987, p. 26). Neste aspecto, as conexões com o que viria a ser o bolsonarismo, ou um de seus tentáculos estruturantes, como o ESP, são bastante evidentes. De modo parecido, enquanto a direita malufista e janista possuía algumas poucas expressões de oposição ao intervencionismo econômico, o mesmo não se poderia replicar em termos de moralidade, uma vez que o “intervencionismo da legislação em moralidade sexual e familiar é proposto por *todos sem exceção*” (Pierucci, 1987, p. 43).

#### 4.3 DISPUTA PELO DOMÍNIO DO GÊNERO: A REAÇÃO À CORRUPÇÃO MORAL

Se as “nossas próprias definições de público e privado, de qual saber tem o maior valor e de como as instituições devem ser pensadas e administradas estão

impregnadas pelas distorções de gênero” (Apple, 2003, p. 94), deve-se observar como o gênero atua como marcador simbólico nas performances do ESP. Assim, a valorização das hierarquias familiares sobre a esfera pública, a atuação regulada da escola pelo âmbito doméstico, e a própria deslegitimação do saber científico sobre a relação sexo/gênero carregam consigo as assimetrias das relações de gênero sobre a política educacional.

Num cenário onde “um segmento cada vez maior da população” se “sente sob ameaça cultural e econômica”, uma série de temas e propostas educacionais surgem como um “perigo extremo para a identidade de seus filhos e para a sua própria” (Apple, 2003, p. 141). Em uníssono, mais que um Projeto de Lei rotineiro sob um aparato burocrático e formal do Estado, o ESP possibilita a construção de um universo de perigos (ou pânicos) para a identidade dos filhos, assim como para a própria sociedade mais ampla.

Elemento central na construção de uma comunidade moral bolsonarista e do imaginário do *cidadão de bem*, o domínio do gênero aparece em todos os PL's analisados, em um sentido estranho ao progressismo e às abordagens acadêmicas sobre o tema. Por meio dos dados sobre Projetos de Lei do ESP, observou-se mais evidentemente o domínio educacional como denso de uma disputa<sup>23</sup> pela visão legítima do mundo social, isto é, em uma luta pela “divisão arbitrária que querem impor” (Bourdieu, 2007, p. 115), ao estabelecer uma série de relações de continuidade e oposição entre instituições e categorias sociais. Ainda, a dimensão do gênero também permitia evocar ruídos na concordância das subjetividades, em um plano das relações estruturantes entre os sujeitos, ao mesmo tempo em que costurava uma conexão de lideranças políticas conservadoras com camadas sociais mais amplas.

No PL inicialmente enviado à Câmara dos Deputados, do deputado e membro da bancada evangélica<sup>24</sup> Erivelton Santana (PSC-BA), já se observava uma ênfase à terminologia voltada a sexo/gênero. Em outros termos, o “respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis” deveria vir acompanhado da precedência dos

---

<sup>23</sup> Ao tempo em que tramitavam PL's do ESP, o então deputado federal Jean Willys (PSOL-RJ), conhecido pela defesa de pautas em defesa de grupos LGBTQIA+, apresentaria projeto intitulado Escola Livre (PL 6005/2016), antes mesmo que se culminasse a tramitação dos Projetos de Lei em sentido contrário. Disponível <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2094685>>. Acesso em 14/06/2023

<sup>24</sup> <<https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/entenda-o-que-propoe-o-programa-escola-sem-partido/>>. Acesso em 15/05/2023.

“valores de ordem familiar” no que se refere à “educação sexual” dos indivíduos (PL 7180/2014).

A reação ao gênero como uma *ameaça* também é destacada em Apple (2003, p. 133) quando o ativismo cristão se organizaria em lutas de “gênero que pareciam a alguns ameaçar tanto a estabilidade da família quanto papéis e comportamentos ‘aceitáveis’ (Apple, 2003, p. 133-134). Nesses termos, já se visa a garantir o domínio da família sobre a escola em temáticas relacionadas ao sexo/gênero, quando a escola e os professores não deveriam intervir na *ordem natural familiar*.

A tentativa de resguardar o “corpo” de um movimento de “desconstrução das perspectivas identitárias”, enfatizado em disciplinas acadêmicas que “criticam a ideia de uma identidade integral, originária e unificada” (Hall, 2014, p. 103), surge em seu sentido mais enfático no PL nº 193/2016. Como é comum no discurso do ESP, um conjunto de pautas operam em sentido negativo, isto é, na rejeição ao que é pressuposto como *decadência moral* da sociedade brasileira. Neste Projeto de Lei, de autoria do senador e pastor Magno Malta (PL/ES), tanto o termo *gênero* quanto o termo *sexo* aparecem, embora com significados opostos:

Art. 2º. Parágrafo único. O poder público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero.

O termo *sexo* surge associado a uma carga positiva ou não-marcada, como “identidade biológica de sexo”, ao evocar uma *harmonia* com o *natural amadurecimento* do indivíduo, além de conotar sua *identidade*. Por outro lado, como categoria nativa e ao mesmo tempo acusatória, o *gênero* surge associado à chamada “teoria ou ideologia de gênero” nas escolas, aquilo que compromete o desenvolvimento dos alunos e filhos, em um desvio ao amadurecimento da criança (Art. 2º; PL nº 193/2016).

Não à toa, anexos posteriores ao Projeto de Lei Escola Sem Partido foram adicionados em relação ao que muitos deputados chamam de *ideologia de gênero*<sup>25</sup>, com vistas a repelir a *diferença* em livros didáticos, avaliações e, sobretudo, no trabalho pedagógico do professor.

---

<sup>25</sup>Disponível em <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/entenda-o-que-propoe-o-programa-escola-sem-partido>>. Acesso em 15/05/2023.

Como na ascensão da direita conservadora nos EUA (Apple, 2008, p. 125), em seu aspecto neoconservador e populista, aqui também se nota elementos de saber, valores e corpo interligados, ao contrário de um liberalismo que preconiza um “Estado mínimo” nestes domínios. Desse modo, a acusação de *ideologia* sobre um conhecimento evoca o *desvio* de um saber distante da relação entre o orgânico e o divino. Por supostamente violar o *amadurecimento natural* do indivíduo, em conflito ao seu *corpo biológico*, tal ideologia de gênero assumiria uma necessidade de *vedação* nas escolas, como parte de um conjunto de relações de interdição e evitação neste cenário.

O evangélico e deputado federal Sóstenes Cavalcanti (DEM-AL), em emenda apresentada na Câmara dos Deputados (PL nº 7180/2014), traz a mesma estrutura de sentido, qual seja, a normatização de que o “poder público não se imiscuirá” na sexualidade de jovens, novamente, sob os termos do “processo de amadurecimento sexual dos alunos”. Também com o mesmo sinal, o PL 10.659/2018, de autoria do deputado federal Delegado Waldir (PSL-GO), evocava “vedar a doutrinação política, moral, religiosa ou ideologia de gênero nas escolas”. Como síntese, o substitutivo apresentado na Câmara rejeita a “inserção de questões relativas à ideologia de gênero no âmbito escolar”, conforme parecer em 2018 do deputado Flavinho (PSC-SP).

Nos PL’s do ESP, a correspondência do sagrado com o inverso do professor-doutrinador surge em conexão ao modo como o sagrado equivale ao binarismo de gênero fundado por Deus. No que se refere às disputas contra o evolucionismo no currículo das escolas americanas, nota-se uma afinidade entre o bolsonarismo e o populismo autoritário (Apple, 2003), uma vez que o gênero e o evolucionismo surgem como explicações nativas de uma *inversão de valores*, assim como do enfraquecimento da *família tradicional*. Ainda que o saber evolutivo não seja o principal alvo bolsonarista, deve-se considerar uma operação similar na orientação antigênero (Junqueira, 2019), quando o Outro é repostado sob os sinais de uma suposta homossexualidade propagada nas escolas.

Consoante a isso, o PL 10.577/2018, de autoria do deputado Cabo Daciolo (Patriota-RJ), preconiza que a educação não deveria adotar disciplinas obrigatórias ou atividades “que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’”. No parecer ao PL referido, o termo *gênero* aparece oito vezes,

assim como o *sexual* aparece em seis, respectivamente associados ao arbitrário e ao natural. Além disso, tal PL se inicia com uma passagem bíblica, em *Gênesis*, ao enfatizar que Deus criou o homem e a mulher, ao passo que a *ideologia de gênero* surge como “um grande engodo para a família natural”<sup>26</sup>.

Por assim dizer, tudo se passa como se a *ideologia de gênero*, operada na escola, gerasse processos de desarmonia em uma ordem familiar, biológica e divina, evocada como uma realidade fixa e estável. Com se nota, ao mesmo tempo em que a repetição sistemática de um mesmo sentido performa a *existência* de uma *ideologia de gênero*<sup>27</sup> nas escolas, tal termo é subordinado a uma espécie de *desvio* daquilo que o *sexo* denotaria. Este, por sua vez, situar-se-ia na ordem natural, em harmonia violada apenas quando a atuação da escola, como metonímia do poder público, avança sobre uma realidade fixada de antemão, processo percebido como uma *corrupção* na direita bolsonarista (Kalil, 2022).

Na concepção populista autoritária mais ampla, o feminismo e as instituições seculares “são muito individualistas e interpretam erroneamente a relação divina entre as famílias e Deus”, em um movimento de transgressão ao par divino-natural (Apple, 2003, p. 216). Nesses termos, considerar que haja diferentes modelos de família no currículo ou no discurso do professor se traduz, aos *olhos nativos*, como uma violação da lei de Deus. Ora, diante de uma desintegração social que implica em alterações na própria configuração familiar, é a família tradicional, enquanto “unidade escolhida por Deus”, a principal instituição a ser protegida pelo país (Apple, 2003, p. 216-217). Uma das tarefas é a restauração do domínio familiar sobre a instituição secular da escola, ao conferir prevalência daquela sobre esta. Não à toa, o controle dos aspectos do currículo e da atuação dos professores surge como resposta a este cenário e veículo para a produção de identidades.

Ao abordar a relação entre domínio moral e produção de identidades oriunda do ESP, deve-se considerar como um sistema de classificação, comumente associado a oposições do tipo sagrado/profano, bem/mal, puro/impuro, constitui uma ancoragem mínima aos sujeitos, sobretudo em um cenário de fragmentação e crise das

---

<sup>26</sup> <<https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/entenda-o-que-propoe-o-programa-escola-sem-partido/>>. Acesso em 15/05/2023.

<sup>27</sup> Tal categoria é aqui entendida não apenas como categoria acusatória, mas também como categoria performativa que opera numa definição de mundo, ainda que distorcida, simultaneamente ao processo político que estabelece seu significado.

identidades (Apple; 2003; Hall, 2014; Woodward, 2019). Vale ressaltar que a identidade não está dada nem imanente num grupo em si, mas se constitui em processo complexo e relacional que “envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de ‘efeitos de fronteiras’” (Hall, 2014, p. 106).

Tais fronteiras operam tanto contra aqueles que promovem a *ideologia de gênero*, os *professores doutrinadores*, quanto na demarcação da diferença diante de sujeitos homossexuais. Estes, por sua vez, violariam a harmonia do *sexo biológico* e, com isso, desviam-se da *identidade biológica de gênero* na instituição de normas e expectativas aos indivíduos. Enquanto o sexo estaria no nível da *natureza*, o gênero, e a pluralidade que o comporta, passa a ser situado no nível da *ideologia*, donde se desenrolam um conjunto de oposições correlatas, como natureza/cultura, família/escola, harmonia/desarmonia, biologia/ideologia.

Tal construção identitária é destacada em sua inserção em Apple (2003, p. 203), uma vez que, por meio de interações cotidianas, marca-se constantemente a produção e reprodução simbólica de distinções sociais, entre os que estão dentro e fora, entre evangélicos e não-evangélicos, entre religiosos e profanos, entre cidadãos de bem e comunistas. Para a existência do próprio grupo como tal, isto é, como uma identidade coletiva munida de significados, é necessário que exista seu contrário, como o feminismo e os homossexuais.

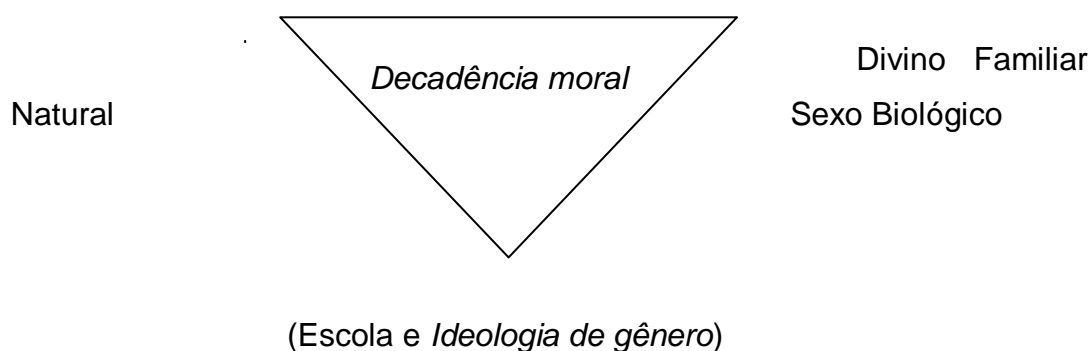
De maneira paradoxal, a reivindicação essencialista do ESP atesta a existência do gênero em seu sentido performativo na antropologia (Almeida, 1999). Não à toa, *ser menino ou menina*, sob o crivo da normatividade heterossexual, surja como uma das reivindicações deste movimento e atributo moral a se *relembrar*<sup>28</sup>. A dimensão moral sobre o gênero opera como mecanismo de *relembrar* suas fronteiras supostamente naturais, enquanto a escola geraria processo inverso, qual seja, de corrupção moral. Ora, se a identidade de gênero se configura como uma “identidade biológica de sexo” (PL nº193/2016), fixada na natureza, a atuação dos professores em sala de aula não deveria causar tamanha preocupação, nem, tampouco, precisaria ser instituído como lei. Neste cenário, a direita conservadora e populista reivindica um

---

<sup>28</sup> Daí a ambiguidade que parece, a contragosto, atestar os postulados pós-estruturalistas em torno do caráter instável das identidades (Hall, 2014).

essencialismo de gênero, quando a *definição legítima de sexualidade* é instituída em uma espécie de triângulo invertido: a continuidade entre o familiar e o divino na mesma reta horizontal, em oposição ao âmbito escolar, isolado e afastado, porque *impuro*.

Figura 01 – Corrupção moral



Fonte: elaboração própria

Em outros termos, estrutura-se uma equivalência entre divino-familiar-natural como significantes estáveis (ou que deveriam sê-lo), repetidos sistematicamente numa profusão de Projetos de Lei e apensados. Por outro lado, a escola estaria atravessada pelo profano, quando um conjunto de forças atuariam em desvio à *ordem natural das coisas* e, portanto, ao natural controle familiar. Como parece evidente, tais oposições binárias não surgem com o mesmo sinal, mas reservam seu significado da própria assimetria de poder que a comporta (Woodward, 2014), uma vez que a produção de tais categorias não se realiza sem a dimensão da vontade de agentes situados em uma homologia entre os domínios religioso e político.

Nesta *cosmopolítica*, projetos como aqueles do deputado-federal Cabo Daciolo (Patriota-RJ) ou do senador Magno Malta (PL-ES) repetem, em uníssono, a concepção contrária a uma suposta *ideologia* promovida pelo poder público, por meio da escola, que surge permeada por doutrinação e desvios ao *curso normal* de um *discurso de gênero*. Com efeito, o domínio educacional deveria ser restituído conforme o padrão daqueles que lutam para impor tal restituição. Na matéria sobre o PL do



então deputado, destaca-se que tal projeto “não define ideologia de gênero”<sup>29</sup>, categoria que passa a ser utilizada ao sabor dos interesses de vinculação moral da direita emergente.

Desse modo, a *ideologia de gênero* permitiu acionar, no universo de significação bolsonarista, um conjunto de inimigos e batalhas *reais* ou *imaginárias*, com a inserção da direita conservadora naquele contexto: a desintegração da família tradicional; a parcialidade de um conhecimento escolar que deixaria de tratar de questões importantes para a formação; a atuação desenfreada de movimentos identitários; a manipulação de alunos passivos diante de professores doutrinadores; a diversidade sexual como ameaça ou ruído no entendimento da identidade. Enfim, trata-se de uma categoria que confere um estoque simbólico a mobilizar um conjunto de acusações, ressentimentos e concepções de mundo.

Em recorrência a uma moralidade cristã, tal direita vê o sexo e a família “como uma unidade orgânica e divina” (Apple, 2003, p. 66), elemento basilar da própria sociedade mais ampla. Neste prisma, a educação escolar surge como uma ameaça, ao mesmo tempo em que uma explicação para a “sensação de perda” moral ou, em termos parecidos, de decadência cultural na contemporaneidade (Apple, 2003, p. 66).

Em oposição a esse cenário, os populistas-autoritários enfatizam valores de autoridade, moralidade, família e decência, que teriam sido abandonados pela educação escolar. Por extensão, a atuação desta direita se orienta na “reconstituição de comunidades imaginárias” em que, paradoxalmente, passa a ser politizado aquilo que é reivindicado como exclusivo da esfera doméstica, natural e divina (Apple, 2003, p. 69). Tal é o caso das performances de diferentes lideranças políticas sobre o sexo natural, embora precisasse ser lembrado naquelas retóricas políticas com pretensão legislativa.

Ao operar dessa maneira, aproxima-se da hipótese sobre a educação na configuração do bolsonarismo, mas em sua estrutura e operação. Em outros termos, a construção de inimigos realiza, no plano político, aquilo que a produção da diferença

---

<sup>29</sup> Como se a lógica do projeto se ajustasse à dinâmica burocrático-legal do Estado de Direito, o *modus operandi* jornalístico e institucional tende a não se transpor ao universo de paradoxos, deslocamentos e arbítrios estabelecidos no ESP e, por extensão, no bolsonarismo. Ao não definir claramente o termo, seu caráter amorfo torna-se um significante flutuante, ao sabor das circunstâncias e do próprio amálgama que a nova-direita incorpora (Rocha, 2019).

efetiva na construção das identidades, ao repelir aquilo que escapa de uma moral conservadora. Aqui, os inimigos não são aqueles que violariam os interesses nacionais, como no discurso nacionalista do século XX (Dionne; Lavelle, 1999), mas os especialistas educacionais que interferem no direito dos pais sobre os filhos e, por assim dizer, contribuem para inverter a “harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo” (PL 193/2016). Por sua vez, imputa-se ao ambiente escolar e aos professores a explicação sobre um possível cenário de crise na ordem geracional e moral (Apple, 2008). Num vácuo de sentido, o populismo-autoritário (Apple, 2003; Empoli, 2019) não deixa de operar uma construção de identidade de gênero, ainda que precária, nos termos de um essencialismo.

Acredita-se que as análises que associaram o ESP a um “ethos ideológico da ciência, num universo burocrático” (Capaverde; Lessa; Lopes, 2019, p. 218-219) deslizaram-se de um objetivismo ao próprio *discurso nativo* do movimento, em seu caráter explícito de *negação do partidarismo*. Por meio do discurso implícito do ESP, para além das fronteiras de legitimidade que o movimento evoca contra o *partidarismo*, nota-se a mobilização de um *ethos de um homem comum e autêntico* (Alonso, 2019), em oposição a *artificialismos progressistas*.

Sendo o “corpo” o “último resíduo ou local de refúgio do Homem” (Hall, 2014, p. 121), não parece aleatória a reivindicação de um essencialismo no domínio sexual, *continuum* da natureza e do divino. Em um movimento escolar duplo, o ESP estabelece a delimitação das fronteiras da escola sob o signo de tabus e relações de evitação, ao mesmo tempo em que reivindica o conhecimento legítimo sob um padrão familiar conservador, heteronormativo e hierárquico sobre os filhos. Como contraponto a um cenário percebido como de crise moral, a direita conservadora se erige contra setores progressistas que lutavam pelo reconhecimento de identidades plurais e conflitantes na ordem heteronormativa do gênero.

Essa é uma das razões para a educação surgir como um terreno privilegiado para a inculcação de atributos morais de comportamento, assim como para a apreensão sociológica de uma luta arbitrária pela definição legítima do mundo social (Bourdieu, 2007), como aquilo que é *legítimo* ou *ilegítimo* na formação de crianças e no comportamento sexual. Por meio de uma disputa pelo gênero, que atravessa o domínio educacional e não se reduz a ele, opera-se a articulação de um bloco de poder que porta consigo determinado modo de conferir uma posição-de-sujeito em um

cenário de fragmentação das identidades (Hall, 2014) e, por sua vez, passava a se conectar com parte da população, como se notará posteriormente.

As lutas em torno da legitimidade do saber e, com isso, as políticas educacionais em torno do currículo (e dos professores), unem a direita e a esquerda naquilo que as coloca em uma disputa política e cultural quase insolúvel: assim, “nem a direita populista e nem a esquerda populista acreditam que essas políticas deixam espaço para culturas, histórias ou visões do saber legítimo com as quais estão tão profundamente comprometidas” (Apple, 2003, p. 278). Neste contexto, chocam-se concepções de reconhecimento cultural que abrangem temas como conservadorismo, gênero, família, populações LGBTQIA +, entre outros.

Como se viu em posicionamentos de reconhecimento cultural em agentes como Magno Malta (PL/ES), a retórica da direita “se compraz em afirmar a obviedade (sic) das diferenças, em aceitar sua naturalidade” (Pierucci, 1987, p. 35) naquilo que se tem convencido como reivindicação essencialista da identidade e, por sua vez, da própria diferença (Woodward, 2014). Tal convergência sugestiva e, ao mesmo tempo, repulsiva aos agentes em disputa nos âmbitos das esquerdas e direitas é apontada por Pierucci (1987) como dimensões que se retroalimentam.

Não é sem razão que o tema da diferença aparece em autores diversos como Apple (2003), ao tratar de uma luta por reconhecimento por evangélicos, e Pierucci (1987, p. 35), para quem a defesa das diferenças é um “velho valor de direita” em oposição ao igualitarismo. A esquerda, por seu turno, ao mobilizar um universo de reconhecimento, como a “defesa das legítimas diferenças culturais, ironicamente borra as diferenças entre esquerda e direita” (Pierucci, 1987, p. 35). Com isso, parece dificultar a sua própria legitimidade no jogo ideológico perante camadas médias e populares, em uma aposta comunicativa nem sempre eficaz aos setores que desejaria atingir. Nos limites desta encruzilhada nebulosa, o êxito em termos de legitimidade e conexão popular parece ser direcionado à direita, como um caminho estruturalmente mais enraizado e decifrável para a reivindicação da diferença. Tudo se tornaria ainda mais complexo quando a própria retórica de *dominação* é também apropriada pela direita, como veremos posteriormente. Agora, faz-se mister recorrer a uma maior conexão entre o ESP e o conservadorismo religioso, condição para a compreensão do que já fora apontado aqui.

#### 4.4 DOMÍNIOS POLÍTICO E RELIGIOSO: RETROALIMENTAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO

Ao adentrar o universo educacional do ESP, é preciso situá-lo em um conjunto de instituições e relações, sejam elas de contiguidade ou oposição, donde advém sua significação em determinado contexto (Apple, 2008). Ainda que a reação anticlerical e um discurso de construção de inimigos lançados aos próprios padres progressistas já estivesse em germe entre malufistas e janistas, os católicos ainda eram majoritários entre a direita moral analisada por Pierucci (1987). No entanto, tal cenário passaria a se modificar por meio do bolsonarismo e uma conexão de sentido específica.

Em uma importância inédita, a articulação religiosa em torno do domínio educacional, sobretudo entre evangélicos, não deve ser desconsiderada em uma análise sobre o ESP. Dessa maneira, pressupõe considerar um contexto de forças simbólicas que emergiam em apropriação ao domínio educacional, como parte da “reação à crescente diversidade sociocultural, à secularização e à progressão política dos movimentos feminista e LGBT” (Mariano, 2022, p. 255).

Decisivos numericamente para a eleição de Bolsonaro em 2018 (Almeida, 2019, p. 38), os evangélicos foram cruciais naquele pleito em função da mobilização eleitoral pelas “pautas dos costumes, pelo medo da ‘ameaça comunista’ e pelo apelo à honestidade das ‘pessoas de bem’”. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se estabelecia um conjunto de pautas, mobilizava-se uma identidade coletiva como *pessoas de bem* (Almeida, 2019; Kalil, 2022), típica de uma comunidade moral (Alonso, 2019). No período de campanha, um dos exemplos de uso virtual da narrativa bolsonarista em afinidade ao pentecostalismo se dá quando, em resposta à campanha do petista Fernando Haddad, “os bolsonaristas divulgaram cenas de tortura e de fetos abortados” (Almeida, 2019, p. 45), como indicativos daquilo que seria moralmente reprovado pelos eleitores bolsonaristas.

O comportamento ao mesmo tempo simbólico e político dos evangélicos, designado como “conservadorismo ativo” (Almeida, 2019, p. 46) ou “ativismo político evangélico conservador” (Mariano, 2022, p. 220), merece ser mais estabelecido em conexão a pautas educacionais e à delimitação que cerca esta pesquisa. Para tanto, destacam-se alguns movimentos de considerável densidade de sentido e de força,

que sinalizam para uma disputa entre *conservadores* e *progressistas* em cenário internacional e nacional.

Em atenção ao contexto americano já apontado em Apple (2003), a abordagem de Mariano (2022, p. 220-221) destaca que tal ativismo ressoa a movimentos como o *Christian Right*, que combateu, durante o contexto de contracultura, a “educação sexual” e um processo de maior “secularização cultural”. No contexto político brasileiro, destaca-se que, após a inédita vitória de Lula em 2002, “opondo-se à esquerda secular e a movimentos identitários”, setores evangélicos se articularam a parlamentares católicos na intensificação de disputas sobre a esfera dos costumes (Mariano, 2022, p. 227). No entanto, é a partir de 2011 que tal atuação começa a se estruturar com maior ênfase na esfera pública, em reação a pautas educacionais, antes mesmo da eclosão de protestos inaugurados no disputado *Junho de 2013*.

Nesta interseção educacional e evangélica, Mariano (2022) sintetiza a importância do ativismo evangélico conservador em combater as reivindicações feministas e LGBTQIA+, ao passo que advogaria projetos como o *homeschooling* como uma espécie de alternativa institucional. Em um mesmo movimento, destaca-se “a campanha de Fake News sobre o Caderno Escola sem Homofobia, material didático rotulado pejorativamente de ‘kit gay’, que lhe conferiu visibilidade midiática e tornou-se arma eleitoral antipetista” (Mariano, 2022, p. 229). Na articulação contrária ao Projeto Escola sem Homofobia, o governo petista seria “acusado de tentar erotizar e sexualizar precocemente crianças e desorientar sua sexualidade por meio de ‘ideologia de gênero’” (Mariano, 2022, p. 227).

Com a chegada de Jair Bolsonaro (PSL) à presidência da República, Mariano (2022, p. 233) também enfatiza outras interseções entre o bolsonarismo, a educação e os setores evangélicos, como a “nomeação de ministros da Educação afinados com o Escola sem Partido; escândalo envolvendo pastores acusados de cobrar propina para liberar recursos do Ministério da Educação a prefeituras”. Figura central desta retroalimentação é a ex-ministra da *Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*, Damares Alves, já mencionada em relação à mobilização de pautas que retroalimentam o domínio educacional, de gênero e religioso, acrescidos de um pânico moral em torno da alusão estratégica à *inocência das crianças*.

Para compreender este cenário de disputas entre progressistas e conservadores na esfera pública, Mariano (2022, p. 225) utiliza, assim como Apple

(2003), a noção de guerra cultural como uma “reação à crescente diversidade sociocultural, à secularização e à progressão política dos movimentos feminista e LGBT”, em conflitos generalizados entre grupos com visões de mundo incompatíveis entre si. Como espaço público, a escola surge como terreno fértil e alvo para a mobilização desta guerra que não se resume ao Brasil, tendo em vista uma “onda transnacional, impulsionada pela globalização das guerras culturais iniciadas nos anos 1960 nos Estados Unidos” (Mariano, 2022, p. 226).

Em consonância a um ativismo evangélico conservador que já vinha se estruturando na esfera pública desde 2011 (Mariano, 2022), os projetos de lei do ESP incorporam pautas anteriores, como a rejeição a políticas de inclusão na ordem de gênero. Se, em 2014, evangélicos “vetaram a inclusão de igualdade de gênero e de orientação sexual no Plano Nacional de Educação”, em seguida, sob a presidência de Eduardo Cunha, a Câmara Federal propôs o Escola sem Partido (Mariano, 2022, p. 227).

Embora não seja o centro de sua análise, a investigação de Mariano (2022, p. 227) sobre o ativismo evangélico também destaca o Escola Sem Partido (ESP), “que se baseia na acusação que iguala escolas a antros de doutrinação ideológica marxista e de gênero e visa instituir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)” a precedência da família sobre a escola na temática moral, religiosa e sexual (Mariano, 2022, p. 227). Como se nota, agenciamentos evangélicos e políticos se inserem sobre o domínio educacional, dado o potencial formativo na inculcação de arbítrios culturais em um jogo que ultrapassa a *inocência das crianças*.

Menos que um ethos ideológico de neutralidade da ciência (Capaverde; Lessa; Lopes, 2019), o universo de sentido do ESP não deixa de configurar um discurso político sob taxonomias religiosas (Bourdieu, 2007), dimensão que se conecta à própria configuração moral do bolsonarismo (Alonso, 2019). Por meio de querelas e disputas em torno do ESP, que não era composto exclusivamente por evangélicos, mobiliza-se uma tentativa de definir a realidade em termos como sagrado e profano, quando o movimento conservador opera simbolicamente “antigos modelos estruturais para construir um espaço de profanação docente” (Cervi; Santos, 2019, p. 727).

A definição de uma realidade social, portanto, surge afinada aos interesses de uma camada de agentes em luta política, como os representantes da chamada *Bancada da Bíblia* (Santos, 2021), em um mercado em concorrência não apenas no

domínio religioso. Em homologia, a disputa política perpassa uma espécie de luta cosmológica, que visa a restaurar uma *realidade perdida* à medida que se avançam os enunciadores desta luta.

O já destacado PL 7280/2014, de Erivelton Santana (PSC/BA), merece ênfase também pela inserção institucional do deputado. Vale ressaltar que o agente é “pastor evangélico ligado à igreja Assembleia de Deus”, isto é, “linha conservadora religiosa, vinculada à bancada evangélica” (Santos, 2021, p. 146). Nesta camada envolvente, o dispositivo sobre o “respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis” (PL 7280/2014) ganha maior significado. Ao ser inserido em um sistema de relações mais amplas, além da imanência do discurso, a reivindicação de precedência da ordem familiar sobre o universo escolar, científico e progressista evidencia um conjunto de definições morais sobre a educação como parte da luta pelo poder em diferentes domínios sociais.

Mais que uma iniciativa pessoal, portanto, trata-se de atuação tática da bancada evangélica, ao “não permitir que assuntos que não sejam consoantes com os preceitos religiosos tenham espaço para possíveis debates em sala de aula” (Santos, 2021, p. 146). Num plano mais amplo, a bancada evangélica parece promover, por meio do Estado, uma luta hegemônica entre instituições na sociedade civil, como a escola e as igrejas neopentecostais, condição para garantir seu próprio espaço de atuação na sociedade mais ampla.

Indicativo da articulação em bloco deste segmento é a própria univocidade dos artigos de dois líderes evangélicos, Sóstenes Cavalcanti (DEM-AL) e Magno Malta (PL-ES), respectivamente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Ambos enfatizam que “o poder público não se imiscuirá” no “amadurecimento sexual” ou, no PL de Malta, na “identidade biológica de sexo”, como componentes articulados em uníssono. A estrutura de sentido que replica a negação do poder público em detrimento de uma *ordem natural do sexo* é homóloga de uma articulação como bancada, ao paulatinamente reivindicar a sintaxe e a semântica anunciadas na conjuntura nacional. Aqui, a *ideologia de gênero* surge como ameaça ou *engodo* (PL 10.577/2018) à família tradicional, criada à imagem e semelhança de Deus (Junqueira, 2019).

Desenrola-se, por sua vez, uma negação do Estado, menos sob um posicionamento liberal que numa perspectiva populista religiosa (Apple, 2003),

paulatinamente formada nos Estados Unidos e no Brasil. No que se refere à relação entre o gênero e os evangélicos, vale destacar que Apple (2003, p. 153) a insere em conexão a valores de *família natural*, já que “a exaltação da ‘família tradicional’ é um dos seus sinais de identificação”. De modo paralelo, aproximar-se da relação entre noções de gênero e família, aliado a movimentos conservadores entre evangélicos, contribui para elucidar o papel destes termos na configuração de um populismo autoritário que, por sua vez, elucida o aspecto moral do bolsonarismo no Brasil.

Embora as construções culturais sejam construções, isso não significa uma mera arbitrariedade do ponto de vista daqueles que as vivenciam (Butler, 2020). Como Apple (2003) retoma o ponto de vista do populismo autoritário e religioso, faz-se necessário ponderar brevemente sobre a construção desta *família natural* em articulação a normas de gênero, prisma sobre o qual se evitaria o risco de desconsiderar a validade da cultura no imaginário social.

Enquanto o evangelismo inicial colocava a *Igreja* como a *nova família* da pessoa e atribuía visão negativa a valores tradicionais familiares, a crítica a essa elaboração levaria a uma ênfase na *família natural*. Diferentemente, a lealdade da pessoa deveria ser conferida não somente a Deus ou à Igreja, mas à família e ao lar “criados à imagem de Deus” (Apple, 2003, p. 155). Nessa cosmologia, Igreja e família, o divino e o doméstico, passam a se confundir de maneira mais inexorável que anteriormente. Com efeito, intensificava-se um culto àquilo que não deixa de aparecer, *mutatis mutandis*, no ESP, qual seja, o âmbito doméstico como um local onde “a sensibilidade religiosa e moral eram as sementes incubadas nas crianças” (Apple, 2003, p. 154).

As relações de gênero, por sua vez, foram reforçadas em ensinamentos evangélicos que visavam a estabelecer e disciplinar os papéis femininos. Com isso, reivindicavam a “autoridade patriarcal” num modelo familiar em “que o homem seja a liderança e que as mulheres devem ser submissas e/ou auxiliares” (Apple, 2003, p. 156). Tal modelo comporta, por sua vez, uma dupla norma de gênero, qual seja, a heterossexualidade e a hierarquia do homem sobre a mulher, com a conseqüente rejeição de teorias de gênero da academia e de movimentos progressistas. Logo, produzia-se um imaginário de desvio no ambiente público (e escolar), com riscos e pânico sobre a integridade natural (e sexual) das crianças.



No entanto, uma ressalva torna tudo mais complexo, tendo em vista que a estrutura desigual realmente existente não comportaria apenas uma camada neste contexto evangélico e populista autoritário. Se as mulheres são posicionadas em lugares de submissão e passividade, os evangélicos criaram espaços públicos para as mulheres exercerem seu poder, o que evidencia uma posição simultaneamente passiva e ativa conferida por esses movimentos. Apesar de reproduzir e produzir hierarquias de gênero, Apple (2003, p. 156) argumenta que essas “contradições da autoridade patriarcal são resolvidas no interior dos movimentos religiosos populares e autoritários”<sup>30</sup>, o que pressupõe alternativas de legitimidade surpreendentes a quem só veria uma camada de hierarquia (Dumont, 1992)<sup>31</sup>.

Desse modo, um cenário de crise de hegemonia (Fraser, 2008) não operaria no vácuo. Ao se voltar para o ESP, desenrola-se a sobreposição de um conjunto de forças atuantes em homologia estrutural: líderes políticos, muitos deles representantes da bancada evangélica, e cada vez mais em oposição ao governo do PT, passam a inculcar, sobre parcela considerável de eleitores, a explicação para um conjunto de transformações e acontecimentos naquele contexto. Simultaneamente operantes, tais forças institucionais e simbólicas iriam contribuir para a emergência de um novo bloco de poder, ao menos na sua visibilidade e legitimação política.

Com efeito, a educação como *emancipação* sobre as hierarquias familiares, em termos iluministas, é negada pela emergência de valores conservadores na arena pública, antes, durante e depois de um conjunto de discursos que iriam circular na sessão de impeachment contra a então presidente Dilma Rousseff, do PT, em 2016<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> A existência de mulheres em clubes de tiro parece apontar para a mesma direção, ao permitir uma percepção de empoderamento, ao mesmo tempo que em oposição à esquerda. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/07/5111373-ao-discursar-em-clube-de-tiro-deputada-liga-arma-ao-poder-entenda.html>. Acesso em 30/01/2024.

<sup>31</sup> A abordagem de Dumont (1992) ao estudar, em seus próprios termos, uma instituição tão hierárquica como o sistema de castas da Índia, possibilitou estranhar nosso próprio individualismo como critério epistemológico ao julgar como abominável aquilo que se afasta de nossos valores. Ao apresentar que a assimetria ou a hierarquia não comporta apenas uma camada de unilateralidade e violência, surge a possibilidade de perceber como tais modelos acomodam e resolvem internamente algumas contradições, de maneira parecida ao que Apple (2003) coloca sobre o evangelismo americano.

<sup>32</sup> O G1 contabilizou 58 menções a Deus, mais de 110 menções ao termo família, assim como os filhos foram mencionados por 72 parlamentares. Nesse sentido, o universo simbólico observado em Projetos como o ESP se harmoniza ao vocabulário político durante um conjunto de eventos centrais na política brasileira na segunda década do século XXI. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/deus-filhos-veja-os-termos-mais-citados-na-votacao-do-impeachment.html>>. Acesso em 01/06/2023

## 5 O PARADOXO FENOMENOLÓGICO DO POPULISMO: DESLOCAMENTOS BINÁRIOS NA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO MORAL

Tendo em vista uma polissemia do signo e seu caráter arbitrário diante do real (Bourdieu, 2007; Geertz, 1989; Sahlins, 1990), a realidade social não está dada de antemão, ao passo que o sentido de cada termo e a definição do mundo só podem ser compreendidos em um conjunto de relações. Pretendeu-se, desse modo, constituir um universo de relações terminológicas que aparecem como categorias nativas, momento central para tangenciar a dimensão fenomenológica inescapável da realidade social, conforme a lente que os próprios *nativos* poliram (Geertz, 2001).

Sob esse prisma, a atenção à leitura de mundo produzida pelos agentes sociais, sejam eles políticos ou não, deve ser levada a sério na medida em que gera efeitos práticos, na esteira do clássico *teorema de Thomas* (Minayo; Sanches, 1993, p. 243). Como síntese de uma abordagem qualitativa, o teorema formulado pelo sociólogo William Thomas sintetiza que a definição de mundo como real, no imaginário dos agentes sociais, contribui para a produção de efeitos reais na prática social. Noutros termos, independente de agentes situados em outros esquemas de apreciação e interpretação considerarem real ou não o que se segue, o universo de significados bolsonarista não deixaria de produzir efeitos de diferentes ordens num contexto social.

Na prática simbólica e política dos legisladores do ESP, a reivindicação de uma *purificação moral* era acompanhada de uma cosmologia de luta contra a *exploração*, a *opressão* ou a *doutrinação*, elementos que são apropriados e, ao articularem em outro universo de significações, passam a receber significados somente apreendidos em um contexto específico. É neste aspecto cosmológico em que se fundia uma comunidade moral bolsonarista (Alonso, 2019), cujos elementos incidem-se no nível dos afetos e concepções de mundo, para além da maximização de interesses materiais. Significantes e pautas muitas vezes associados à esquerda se tornam alvos de um deslocamento semântico cuja razão de ser descamba para uma luta pelo poder em direção ao nível da existência mais íntima. Considerar as coisas desse modo não implica justificar o objeto<sup>33</sup>, mas se aproximar da leitura de mundo produzida pelo

---

<sup>33</sup> Vale frisar, tal movimento analítico não se configura como uma justificativa, defesa ou apologia do objeto, senão como um exercício situado de estranhar nossas verdades caseiras (Geertz, 2021).

bolsonarismo emergente. Nesse sentido, o ESP se volta contra uma suposta *doutrinação marxista* promovida por professores, dimensão acusatória e diretamente relacionada ao domínio moral contido no bolsonarismo.

Ao observar o discurso educacional bolsonarista, é necessário interpretá-lo sob seus próprios termos, como ao mobilizarem uma comunidade moral (Alonso, 2019) em um conjunto de categorias e valores, em vez de imputá-lo, de maneira imediata, a interesses econômicos que ultrapassam qualquer experiência de mundo. Termos como *professor doutrinador* aparecem como categorias acusatórias neste universo, ao mesmo tempo em que evocam uma luta de políticos da direita emergente contra o ensino de temas conflitivos à *ordem familiar tradicional*.

Expressivo de como o bolsonarismo ressignifica alguns termos em uma elasticidade não-convencional é o item 07 da justificativa do PL 193/2016, de autoria do senador Magno Malta (PL-ES):

Sendo assim, não há dúvida de que os estudantes que se encontram em tal situação estão sendo manipulados e explorados politicamente, o que ofende o art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), segundo o qual “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de exploração” (PL 193/2016).

Ao tratar da relação de sala de aula como baseada em *manipulação* e *exploração*, o legislador distorce o art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma vez que o utiliza para agenciar um mundo que escapa das normativas estabelecidas pelo estatuto. Por conseguinte, traduz politicamente o ensino de temas socioculturais na escola como uma “forma de exploração” pela *doutrinação*. Ao professor, por sua vez, resta a figura de um *agente explorador*, que violaria as regras de convivência e aprendizado no espaço escolar.

Assim como as elites econômicas perdem lugar para *elites culturais* e *educacionais* no discurso destes agentes em ascensão, a exploração econômica parece ressignificada como uma inexistente *exploração educacional*, isto é, do currículo e do professor. Por um deslize semântico que é, antes de tudo, um agenciamento político, o tema da *exploração infantil* surge como denotativo de uma *exploração por professores*.

Como objeto-pretexto, uma imagem de *vulnerabilidade do estudante* não significaria apenas um entendimento mecânico da relação pedagógica entre professor-aluno, como se os estudantes não reagissem nem ressignificassem um

conteúdo conforme seus valores e experiências. Em outros termos, a evocação sistemática da *inocência das crianças* opera em diferentes projetos e discursos<sup>34</sup> a transmitir a mesma mensagem de uma *corrupção moral* em curso no país<sup>35</sup>, ao mesmo tempo em que fornece respostas diante de uma percepção de ausência de legitimidade conservadora na política (Rocha, 2019), dado o contexto anterior de uma *direita envergonhada* (Pierucci, 1987).

Embora a mobilização da *inocência das crianças* pareça inédita, ela não é novidade se se amplia o horizonte para a expressão do populismo autoritário no cenário internacional ou, em certo sentido, para uma breve retrospectiva na formação da direita moral após a redemocratização no Brasil. Em nível interno, a defesa de uma *inocência das crianças* parece reverberar na própria configuração desta direita anterior ao bolsonarismo, uma vez que, para a direita malufista e janista, o crime que mais a abalava era o estupro, “principalmente violação de crianças” (Pierucci, 1987, p. 29). Como resposta, a saída passava por mais autoridade e pela defesa de valores tradicionalistas, denominada como “autodefesa cultural” (Pierucci, 1987, p. 29). Diante disso, a *resistência política* não é em direção progressista, mas, como o bolsonarismo parece evidenciar, a mudanças que redundariam em *corrupção moral*, isto é, um processo em curso contra os costumes tradicionais (Kalil, 2022).

Em nível externo, Apple (2003, p. 215) argumenta para um conjunto de ameaças construídas pela direita populista nos Estados Unidos, quando os temores em relação à “‘inocência’ das crianças” são articulados a outros, como em relação ao lar e à família contra a manifestação satânica no mundo. Nessas diferentes ameaças, importa menos sua veracidade que a eficácia legitimadora, qual seja, a transmissão de uma mensagem que evoca a “destruição de uma bússola moral” pelo ativismo

---

<sup>34</sup> Disponível em:

<[https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/903869273095393/?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/903869273095393/?locale=pt_BR)>. Acesso em 13/07/2023.

<sup>35</sup> Em discurso de Damares Alves a crianças, proferido no dia 09/10/2022, é possível interpretar alguns elementos significativos do que vem sendo argumentado aqui. A então ministra evoca, ainda que em um discurso de campanha político-eleitoral, a noção de que “essa guerra não é política, é espiritual”. Daí se desdobra uma alta densidade deste pleito, quando Bolsonaro surge, nos termos de Damares Alves, como alvo de uma luta da imprensa, do STF e do congresso. Além disso, durante o culto realizado em Goiânia, a recém-eleita senadora disse que “crianças brasileiras tem dentes arrancados para fazer sexo oral” (*sic*). Logo em seguida, diz que Bolsonaro afirmou *ir atrás de todas as crianças*. Bolsonaro aparece como operador prático de um mundo tomado pelo profano, para além de inserções econômicas e materiais do seu governo. Disponível em <<https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/o-inferno-se-levantou-contra-bolsonaro-diz-damares-alves-em-igreja>>. Acesso em 18/06/2023.

secular de professores e da escola (Apple, 2003, p. 215). Como alternativa, as manifestações da direita populista também surgem para restaurar uma sociedade perdida, ao modificar um estado de coisas em *direção ao passado*.

A ênfase retórica do bolsonarismo, por sua vez, parece incidir no controle sobre os professores e os temas versados por eles em sala, quando se reivindica a oposição sagrado/profano ou puro/impuro para afastar uma suposta *ideologia de gênero* no ambiente escolar e outras ameaças seculares à ordem constituída pela relação entre família-divino. Nesses termos, o ESP enfatiza um cenário de *corrupção* das crianças pelos *professores esquerdistas*, que seriam capazes de imprimir diversas técnicas subliminares de manipulação (PL 7180/2014). Não à toa, termos como “induzir” ou “manipular”, cujo simétrico inverso é a “vulnerabilidade do educando”, também constroem o imaginário em torno do ESP e estabelecem relações morais aprovadas e não-aprovadas em sala de aula.

Era da mesma maneira que, em oposição à suposta *exploração* realizada por professores e livros didáticos, outros dois elementos também foram apropriados pela direita emergente, quais sejam, as noções de *estigma* e *bullying*. No item 08 da justificativa do Projeto de Lei 193/2016, o senador Magno Malta aponta que, “ao estigmatizar determinadas perspectivas políticas e ideológicas, a doutrinação cria as condições para o bullying político e ideológico”. Como se estivesse em defesa dos *oprimidos*, continua o pastor e político ao lançar uma exemplificação hipotética: “um aluno que assuma publicamente uma militância ou postura que não seja a da corrente dominante corre sério risco de ser isolado, hostilizado e até agredido fisicamente”.

Tal estado de coisas, ainda, seria produzido pelo “ambiente de sectarismo criado pela doutrinação”, de modo que o professor realizaria a *dominação* na realidade brasileira. Por extensão, inverte-se o eixo dominante/dominado em relação a esquemas progressistas ou marxistas de entendimento, uma vez que, diante do bolsonarismo emergente, são as camadas médias, os pais e os filhos, assim como os *cidadãos de bem*, que passam a se classificar como *dominados* pela *doutrinação* dos professores no país.

Tudo se passa como se a atividade docente realizasse o *simétrico inverso* do que o bolsonarismo emergente estava propondo e, mais que isso, *fabricando*. Se havia um conjunto de dispositivos legais que, por exemplo, estabeleciam que a comunidade escolar seria informada e educada sobre “os limites éticos e jurídicos da

atividade docente” (PL 193/2016), pressupõe-se ao mesmo tempo que tais limites não estavam sendo cumpridos em sala de aula. Se a lei ordena não promover os “seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias” (PL 193/2016, art. 5º), subentende-se que as escolas operavam como um reduto de promoção ideológica dos professores, isto é, como um espaço de “doutrinação marxista”, conforme discurso do relator do Projeto de Lei homônimo (PL 867/2015) na Câmara dos Deputados, Izalci Lucas (PSDB/DF).

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que o ESP define uma realidade mais afinada aos interesses dos agentes produtores desses discursos, opera-se uma estratégia discursiva que, para justificar a importância de um projeto neste teor, recorre a um conjunto de teorias da conspiração, embora articuladas em relações mais ou menos estruturadas. Como no PL 7189/2014, além de violarem a convicção dos pais em domínios socioculturais, os professores empregariam “técnicas subliminares no ensino”, donde descambam manipulações à passividade infantil. Em resposta, o legislador se coloca numa posição de autoridade na rejeição a técnicas subliminares que nem todos poderiam perceber, movimento que costura sua legitimidade<sup>36</sup> em oposição aos operadores profanos (*o Diabo mora nos detalhes*).

Como categoria de luta e alternativa política, o significante *liberdade* aparece 15 vezes na proposição legislativa de Magno Malta (PL 193/2016), acompanhado de alguns predicados: “liberdade de aprender e de ensinar”, “liberdade de consciência e de crença (IV)”, assim como em seu sentido negativo na realidade educacional, qual seja, em termos de violação de “liberdades fundamentais dos estudantes e de seus pais ou responsáveis”.

Vale ressaltar que, mesmo quando se trata do termo *liberdade*, é preciso situá-lo no universo de sentido mobilizado pelo grupo aqui analisado. Em uma meditação sobre a relação entre palavras e poder, Apple (2003, p. 12) argumenta que conceitos como liberdade e moralidade “estão ligados a toda uma série de pressupostos sobre instituições, valores, relações sociais e políticas ‘apropriadas’”, de modo que a

---

<sup>36</sup> O *professor doutrinador*, como categoria moral e ao mesmo tempo política, tem sua dimensão estruturante observada mesmo após a derrota de Jair Bolsonaro em 2022, em manifestação polêmica de Eduardo Bolsonaro no dia 09/07/2023. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/congresso/eduardo-bolsonaro-compara-professor-doutrinador-a-trafficante-de-drogas-1.3005237>>. Acesso em 15/07/2023.

abordagem sobre o aspecto moral do bolsonarismo deva ser inserida em termos políticos e simbólicos próprios.

Como se percebe, o significante de *liberdade* não denota uma *liberdade de mercado* no ESP, dimensão existente entre o segmento ultraliberal no amálgama da nova-direita analisada por Rocha (2019). Tendo em vista uma especificidade no próprio bloco à direita emergente nos Estados Unidos e no Brasil, é preciso uma atenção aos diferentes posicionamentos em jogo, sob pena de colocá-los sob um mesmo núcleo.

Sugestivo deste cenário de disputa sobre a ideia de liberdade (e de uma série de outros termos) é quando Apple (2003, p. 18) retoma a crítica de Hayek segundo a qual os conservadores teriam deixado a esquerda definir o que é liberdade. Se a liberdade clássica do liberalismo trazia consigo uma independência econômica e do próprio indivíduo em relação a formas hierárquicas da vida (Apple, 2003, p. 16), o progressismo parece assumir uma radicalização desta concepção para outros domínios (Apple, 2003), assim como ao englobar um individualismo em oposição a hierarquias tradicionais, como na própria família (Apple, 2003; Fraser, 2018).

O distanciamento dos populistas e neoconservadores também se realiza quanto ao neoliberalismo, quando o posicionamento daqueles segmentos assume uma ênfase na hierarquia e no retorno a um passado, onde residiria um padrão moral purificado, de respeito e hierarquia na vida, diferentemente dos pressupostos neoliberais (Apple, 2003). Na lente conservadora, a “ideia de liberdade enquanto sinônimo de mercado era libertária demais”, posto que ignorava valores tidos como absolutos, como um “retorno aos valores morais cristãos” (Apple, 2003, p. 19).

Seja o liberalismo clássico ou o neoliberalismo e o gerencialismo, tais concepções não apareciam aos atores neoconservadores e populistas como “uma base sólida para uma comunidade moral cujos membros partilhavam uma herança comum” (Apple, 2003, p. 19). Tal como na defesa da *liberdade* de ensinar os filhos em casa, endossada por religiosos e populistas nos Estados Unidos, o sentido do termo é menos uma autonomia da escolha que o receio do Outro, em um mundo dotado de ruídos, conflitos e pluralidades (Apple, 2003). Contrariamente a setores gerencialistas e neoliberais, é uma comunidade moral (Apple, 2003) que passa a ser reivindicada pela atuação tanto dos conservadores americanos quanto dos bolsonaristas sobre o

domínio educacional, em intersecção sugestiva ao que Alonso (2019) posteriormente define como uma comunidade moral bolsonarista.

Neste outro universo, a *liberdade* aparece como estratégia discursiva que reivindica a legitimidade daquelas lideranças contra a *corrupção* e *dominação* em curso, não obstante construída *performativamente* por eles. Tal deslocamento de sentido implica que a própria ideia de liberdade passa a ser utilizada para agenciar um mundo conservador e contrário, ainda que paradoxalmente a *nossos olhos*, à *liberdade de cátedra* do professor.

Conforme se expõe, uma compreensão mais completa dos usos da *liberdade* por estes grupos implicaria carregar consigo os esquemas de sentido do grupo emissor, para além de uma liberdade abstrata. Ao abordar a restauração cultural reivindicada pelos conservadores e populistas religiosos, Apple (2003, p. 24-25) argumenta que a ideologia econômica da liberdade e do mérito são insuficientes “para resolver as contradições e condições que nascem dessas políticas econômicas, sociais e educacionais”. Aqui se notava, por assim dizer, como o liberalismo não funciona como única ideologia em momentos de crise e contradições, de modo que a articulação com códigos populares e religiosos torna ainda mais complexa a dimensão simbólica contida nas atuações políticas.

A relação pouco evidente entre liberdade e populismo autoritário não implica sua inexistência, ao passo que o termo parece adquirir maior legitimidade sob o posicionamento conservador e religioso que na posição neoliberal. Subjacente a uma crença de dominação das instituições educacionais pelo secularismo e seus derivados, assim como uma consequente postura anticristã destas esferas, a liberdade no populismo surge como algo que transcende o “interesse egoísta” no mercado: diferentemente, esta noção passaria a significar “viver de acordo com a própria fé em todos os lugares”, seja na escola ou nas esferas políticas e de trabalho (Apple, 2003, p. 174).

A liberdade, contudo, não seria violada pelo ativismo religioso dos populistas, mas, ao contrário, os religiosos surgem como *vítimas* de um conjunto de ações que poderiam ser traduzidas como *diabólicas* e *profanas*. Caberia, por sua vez, lutar contra tal *dominação cultural*, cuja imagem invertida é a dos setores conservadores como *oprimidos*. Nesta concepção, as diferentes instituições não forneceria espaço para a perspectiva cristã, ao passo que uma suposta religião secular e anticristã “passou a



dominar nossa sociedade” e a violar a liberdade de expressão dos cristãos no país (Apple, 2003, p. 173).

Ao contrário de uma interpretação que imprima ao ESP um “neotecnicismo” na escola, quando o professor se torna apenas uma peça em um sistema de ensino que “não discute valores, não pode falar sobre a realidade do aluno” (Pena, 2017, p. 38), a constituição típica do ESP não se configura pela rejeição de valores na escola. Em outros termos, evidenciou-se uma intensificação da concepção moral da educação em um cenário de crise de geração e autoridade (Apple, 2008), quando as representações sobre o domínio educacional permitiam a construção de uma direita bolsonarista no Brasil.

Diferentemente de uma leitura institucional, técnica ou econômica, a produção e a análise dos dados contidos no ESP subjazem a uma definição do domínio educacional a um duplo aspecto, sociologicamente relevante e empiricamente evidente no bolsonarismo, qual seja, o domínio moral. As pautas educacionais operam como significativas a uma comunidade moral emergente porque, com seus significados e normas de orientação da vida, “as questões educacionais são”, sob a perspectiva aqui alçada, questões morais”: não à toa, surgiriam querelas e disputas no Brasil contemporâneo sobre o “próprio fato de os alunos serem influenciados pelas pessoas que trabalham na escola” (Apple, 2008, p. 174). Diante de crises sobrepostas, os professores são associados a um conjunto de problemas lançados ao sabor das circunstâncias com que os diferentes agentes sociais se deparam<sup>37</sup>.

A despeito de determinações realmente existentes na estrutura econômica, não basta que categorias sociais surjam, imediatamente, destes condicionantes, já que é necessário um grupo de “intelectuais” que empregam e dão legitimação a essas categorias” (Apple, 2008, p. 44). Neste cenário, não apenas Olavo de Carvalho mobilizava um conjunto de ideias, mas agentes como o pastor e senador Magno Malta (PL-ES) também operavam simbolicamente mesmo no Congresso Brasileiro, ao

---

<sup>37</sup> Em artigo de intervenção social endereçado a criticar o financiamento estudantil a escolas particulares e religiosas com o pretexto de melhoria do ensino, Apple (2003, p. 268) realiza uma defesa bastante explícita dos professores neste cenário: “Não foram as escolas que provocaram a fuga de capitais quando as fábricas mudaram-se para partes do mundo sem sindicatos e com salários mais baixos. E não foram as escolas que levaram à negligência deliberada das famílias, do sistema de saúde de moradia decente nesses centros empobrecidos. Culpar os professores por isso é viver num mundo divorciado da realidade”.


agenciar uma disputa por um conjunto de práticas e ideias legítimas e, sobretudo, *ilegítimas* no âmbito educacional, espécie de metonímia do social.

Com efeito, o apelo a uma *inocência das crianças*, em oposição à atuação de especialistas educacionais supostamente imbuídos de estratégias manipuladoras, encontrou, no domínio educacional, um espaço fértil para sua expressão. Isso se realizava em função de alguns eixos na interseção entre a formação educacional e as relações sociais, que operam de maneira complementar e simultânea. Primeiro, a concepção recorrente da educação como possibilidade de transmissão de valores e arbítrios culturais (Bourdieu, 2013) não deixa de atestar potenciais efeitos deste domínio sobre o desenvolvimento humano e a formação de sujeitos específicos, o que é sempre uma questão política e moral (Apple, 2008). Em segundo lugar, a relação social que comporta a educação formal na sociedade moderna, ao separar pais e filhos em direção à atuação de especialistas sobre as crianças, surge em homologia a outros pares de oposição locais, como *doutrinadores/inocentes*.

Em termos locais, uma série de oposições assimétricas podem ser desenroladas em conexão à oposição entre *doutrinadores/inocentes*, momento em que se buscou construir o universo de significados do ESP em suas relações internas. Sobre uma oposição fixada em sagrado/profano, desdobram-se:

Figura 02 – Eixo moral (Práticas aprováveis e reprováveis)

+ Legítimo/Ilegítimo –  
 (Sagrado/Profano)  
 Sexo/Gênero  
 Família/Escola  
 Ensino/Doutrinação  
 Natureza/Ideologia  
 Identidade sexual/Ideologia de gênero  
 Heterossexual/Homossexual



Fonte: elaboração própria

Tais oposições podem ser lidas em uma série decrescente (de cima para baixo), em vez de se ressaltar seu aspecto estático e impessoal, como se visa a superar, sem negar por completo, no estruturalismo clássico (Bourdieu, 2007). Por conseguinte, os sinais de “mais (+)” e de “menos (-)” traduzem o caráter assimétrico

das oposições binárias, com a dimensão da agência e do poder incorporadas à produção dos sistemas classificatórios (Bourdieu, 2007; Woodward, 2014).

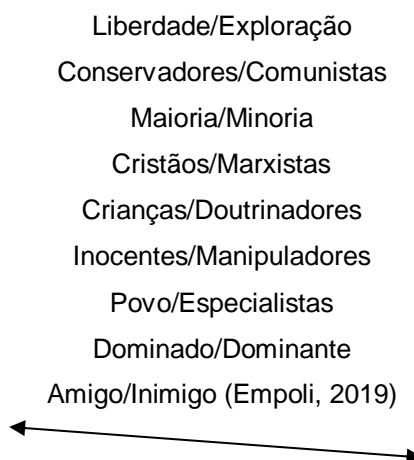
Um primeiro nível mais ou menos estruturado de oposições se desenrola como família/escola, correlata de pais/professores, com sinal positivo para o primeiro polo, e subjacente a uma oposição reivindicada como fixa, porque situada no sobrenatural (sagrado/profano) e na natureza (sexo/gênero). Por conseguinte, toma-se a educação escolar em um sentido decrescente a demarcar uma *corrupção moral*, tomada por ideologias e desvios daquilo que o primeiro polo apresenta de modo essencialista. Elementos tidos como naturais e estáveis, como família, sexo biológico e heterossexualidade, assumem uma carga positiva, vinculados ao *legítimo* na sociedade, ao passo que o polo marcado (-) associa-se a práticas reprováveis de *doutrinação e ideologia*.

Num mesmo percurso que apreende um sistema de classificação em conexão com as estratégias discursivas do ESP, Cervi e Santos (2019, p. 718) apontam para a oposição estrutural entre sagrado e profano como um eixo básico de ordenação da realidade, quando o primeiro polo surge como um “ponto fixo, uma orientação, em resistência ao suposto estado (profano) de caos e vulnerabilidade em que se encontra o mundo escolar”. Neste universo, é uma mensagem instituída de corrupção moral que explica e faz crer em um universo de caos na escola e na sociedade, em detrimento de outros diagnósticos. Tal como no tópico sobre o gênero e a reivindicação de fronteiras, mobiliza-se a estabilidade de eixos que estariam em dissolução, ameaça ou ruído.

Já a figura seguinte apresenta uma *alternativa* a esse estado de coisas performado como real no discurso do ESP. Com a seta em decrescente a exprimir uma decadência moral, visualiza-se uma suposta perda da pureza a ser restituída conforme a figura abaixo:

Figura 03 – Eixo político (disputas binárias e alternativa)

Comunidade moral + (Alonso, 2019) /Corrupção moral - (Kalil, 2022)



Fonte: elaboração própria

Enquanto a primeira figura visa a instituir fronteiras estruturais sob os signos de uma comunidade moral, a segunda opera um processo mais explícito de deslocamentos semânticos em nível político, em consonância aos sinais assimétricos estabelecidos naquela. Com a utilização de uma seta em linha horizontal, com um alvo para duas direções, o lado que se volta a oeste, em homologia ao primeiro quadro, exprime a alternativa de restauração da ordem, em sentido *reacionário*.

Em nível simbólico, investe-se em uma estrutura de oposições que inverte binômios do tipo dominantes/dominados, quando elementos como *dominação*, *elites* e *exploração* se tornam, contextualmente, equivalentes a termos como *socialistas*, *professor doutrinador* e *ideologia de gênero*. Por conseguinte, quem é constrangido pelas elites continuaria sendo a maioria da população, mas agora sob as ameaças escolares de uma *corrupção moral*, antes que uma da *exploração do capital*.

Como se nota, a comunidade moral bolsonarista possui considerável densidade ao deslocar o arbitrário da política e situá-lo em oposições binárias afetivas e morais (Alonso, 2019; Apple, 2003), que performam um *mundo em decomposição* ao mesmo tempo em que evocam uma alternativa política a esse *estado de coisas*. Tais lideranças, portanto, passam a se legitimar como capazes de solucionar uma série de *problemas* que, numa espécie de truque da linguagem, tornam-se reais (Butler, 2020).

Em um movimento que se diferencia do neoliberalismo ou do gerencialismo na educação, o conjunto destes deslocamentos e apropriações opera em duas direções interdependentes: como enunciados performativos de uma *corrupção moral* na escola

(Kalil, 2022), caracterizada por formas de *exploração*, *bullying*, *manipulação*, entre outros; e como possibilidade de diferentes agentes políticos se colocarem como capazes de restituírem um cenário de *caos* e *decadência moral*, ao estabelecerem as soluções para os problemas erigidos por eles. Por meio de uma pauta moral e normativa, reivindicam a defesa de crianças e pais em situação de *opressão*, ao supostamente se depararem com a *doutrinação* em sala de aula.

Ao contrário do que parece, tudo se passa como se o discurso do ESP lutasse contra a *reprodução*, entendida como uma *corrupção moral* em curso em instituições como a escola, assim como instituída por especialistas educacionais. Isso se torna mais evidente quando um membro do Movimento Escola Sem Partido, Nelson Lehmann Silva, mobiliza simultaneamente noções de *liberdade* e *contaminação*. Conforme anuncia, “as noções transmitidas de política e cidadania estão flagrantemente contaminadas de conceitos marxistas, particularmente no ensino de nível médio” (Silva *apud* Santos, 2021, p. 34).

Após repor a dicotomia purificação e “contaminação”, a reivindicação de *liberdade* é apropriada para designar uma luta de pais e estudantes contra a *doutrinação* e o *constrangimento* promovidos nestes espaços, metonímia de outras esferas sociais. Em sentido similar à *doutrinação* e à crença em uma *corrente dominante* na educação, o “politicamente correto” geraria um conjunto de coerções sociais sobre os estudantes: “os métodos de constrangimento vão do sorriso condescendente à perda de pontos por resposta ideologicamente discordante da pensada pelo professor” (Silva, *apud* Santos, 2021, p. 34).

Como estratégia discursiva do ESP, a escola surge permeada por doutrinação<sup>38</sup> e desvios ao *curso normal* da realidade, seja por discursos *marxistas* ou pela *ideologia de gênero*, frequentemente colocados em equivalência. É ancorado em um ponto fixo, como a *natureza* e a *família biológica*, que o movimento mobiliza um investimento simbólico e político contra o estado profanado pelo *marxismo cultural* nas escolas.

---

<sup>38</sup> A *doutrinação* não deixaria de ser criticada pela ONU, ao reconhecer sua imprecisão conceitual porque “virtualmente qualquer prática educacional de um professor pode ser condenada”. No entanto, a avaliação jurídica não esgota o problema da mobilização destas categorias para definir e agenciar o mundo, assim como os efeitos políticos daí decorrentes.

Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/entenda-o-que-propoe-o-programa-escola-sem-partido/>>. Acesso em 12/04/2023.

Nesses termos, só é possível estabelecer uma *corrupção moral* com a eleição de pontos mais ou menos estáveis e, portanto, essencialistas.

De modo complementar, signos como *ideologia de gênero*, *professor doutrinador* ou *marxismo cultural* operam como desvios daquilo que o figura 02 quer restituir: uma ordem moral pura e autêntica, em que pais e filhos se harmonizam em uma concordância de subjetividades e práticas legítimas no núcleo familiar. Neste aspecto, a *homossexualidade* parece surgir como uma *corrupção moral* da própria escola, ao retirar o controle dos pais sobre os filhos no nível de expectativas, normas e valores que o domínio de gênero carrega consigo (Almeida, 1999).

Conforme Alonso (2019) já sugeria, a comunidade moral bolsonarista é estruturada em oposições binárias, que operam como orientações de conduta no nível da concordância entre as subjetividades (Bourdieu, 2007). O que se depreende, portanto, é um conjunto de significados que tendem a valorar a defesa de uma harmonia familiar, em oposição a valores progressistas ou liberalizantes nos costumes. Da mesma maneira, reivindica-se a defesa de uma ordem supostamente natural no domínio do gênero, que é rejeitado em sua pluralidade, como sinal de uma *inversão de valores* que se deixaria observar mais evidentemente na escola.

Nesse contexto, a performance de reação a signos inscritos na escola, como a transmissão de arbítrios culturais que ultrapassam o controle familiar e, por isso, seriam potencialmente ameaçadores às convicções dos pais, parece surgir como uma dimensão densa de significados a canalizar setores que não se reconheciam em um neoliberalismo progressista (Fraser, 2008). Ao mobilizar uma leitura de mundo que imputa diagnósticos como a *perda da autoridade familiar* na explicação de possíveis perturbações e conflitos, o posicionamento político à direita parece se tornar mais inteligível que em argumentos neoliberais ou gerencialistas.

A recorrência às oposições binárias também não é exclusiva da direita brasileira, como se nota na análise de Apple (2003) sobre o neoconservadorismo e o populismo autoritário nos Estados Unidos. Subjacente à leitura de Mary Douglas sobre a oposição entre pureza e perigo em sociedade não-ocidentais, Apple (2003, p. 58) enfatiza que “as oposições binárias nós/eles dominam esse discurso, e a cultura do “Outro” inspira medo”. É por meio de um conjunto de oposições que a *agenda* bolsonarista recebe maior significado, ainda que possa não se institucionalizar conforme a promessa de suas lideranças.

Como contraponto a um discurso de *decomposição pelo profano*, a existência de comunidades homogêneas conforme as leis de Deus conferem não apenas sentido, mas um pertencimento afetivo num mundo em desintegração por condutas anticristãs (Apple, 2003, p. 186). Se o sagrado, aqui, não é vazio de conteúdo, ele também comporta um conjunto de relações. No que se refere à relação entre passado e presente, opera-se uma relação de continuidade, uma vez que a narrativa de que “Deus enviou seu filho para nos redimir” surge com considerável eficácia “numa época em que tantas pessoas sentem que precisam mover céus e Terra para manter a família intacta” (Apple, 2003, p. 188).

Tal como a cultura opera em articulação dinâmica à história e à experiência (Sahlins, 1990), os significados passados abarcam uma considerável densidade de situações, “que liga as experiências íntimas da vida familiar e suas ameaças, as relações de gênero, a segurança econômica e emocional e tantos outros num quadro coerente” (Apple, 2003, p. 188). Diferentes situações e angústias, também potencializadas no ambiente escolar, surgem ordenadas por esses esquemas que, longe de se fecharem coerentemente, estão sempre postos a se atualizarem ao sabor das circunstâncias, de maneira construtiva. Sob essa “direita religiosa”, passado e presente se conectam na tentativa de “restauração” de “um passado imaginário, mas sagrado, de família, religião e nação num conjunto quase sensual de significados e relações conjugados” (Apple, 2003, p. 188).

Além da restauração temporal, o sagrado passa a comportar a valorização de uma família intacta, heteronormativa e próspera economicamente, em oposição ao feminismo e ao socialismo, lançados à ordem do *profano*. Em última instância, conforme a oposição estrutural básica aqui alicerçada, é “Deus contra o mal; não há outra escolha” (Apple, 2003, p. 188). O sagrado, portanto, opera como significante que conecta o passado e o presente numa marcação de fronteira contra o estado atual de *degradação*, porque tomado por forças seculares, ao mesmo tempo em que estabelece uma posição no mundo a sujeitos que não se reconhecem no discurso progressista.

Noutro plano, tanto o reconhecimento e a visibilidade quanto aquilo que o discurso oculta ou inferioriza não deixa de demonstrar a articulação entre o simbólico e o poder sobre o educacional. O exemplo americano é sugestivo como possibilidade comparativa diante do ESP, quando se observa o argumento da poluição cultural

associado a signos como multiculturalismo, aos filhos de imigrantes e aos livros didáticos, que deveriam ser reconfigurados em nome da *tradição ocidental*. Articulado ao medo do Outro e a uma oposição entre puro e impuro, está um “sentimento de perda – perda da fé, de comunidade imaginárias, de uma visão quase idílica de pessoas da mesma mentalidade que partilhavam normas e valores e em que a ‘tradição ocidental’ reinava suprema” (Apple, 2003, p. 58).

Embora o ESP e o bolsonarismo não apareçam, por si mesmos, como uma mera cópia do neoconservadorismo ou do populismo americano, a estrutura de sentido conforma questões parecidas. Tal como a política de reconhecimento sobre o ensino doméstico nos EUA nega o islamismo (e um conjunto de pessoas) ao afirmar um reconhecimento conservador e evangélico junto às orientações sobre o ensino domiciliar (Apple, 2003, p. 233), com o ESP parece ocorrer algo parecido. Ao mesmo tempo em que se busca estabelecer um reconhecimento a um conjunto de pessoas conservadoras que estariam ressentidas ou invisibilizadas (Avelar, 2021; Rocha, 2019), a política de reconhecimento do ESP não apenas invisibiliza os homossexuais, como os transforma em sujeitos inferiores, com sinais negativos. Da mesma maneira, o ESP apresenta as bases para tornar problemas escolares (e nacionais) inteligíveis em termos morais, na esteira da *inversão de valores*, em detrimento de explicações econômicas ou de classe.

A diferença entre os países acima parece extrair-se da especificidade interna de cada um, já que a repulsa ao islamismo no Brasil possui um menor impacto que nos EUA, onde o Islã “sofreu imensamente tanto com a estereotipia quanto com a discriminação” em decorrência de conflitos geopolíticos (Apple, 2003, p. 234). No caso brasileiro, portanto, a construção do inimigo parece mais bem ajustável em relação aos homossexuais<sup>39</sup>, alvos de um conjunto de operações nas estruturas afetivas do populismo autoritário (Apple, 2003).

---

<sup>39</sup> Embora não aparecesse de maneira direta nesta pesquisa, a estrutura de sentido que inverte noções como dominantes e dominados, algozes e vítimas, ao estabelecer um conjunto de inimigos, também não deixa de incluir a cultura afro-brasileira como aquilo a ser inferiorizado, como sugeriu o professor Groppo na banca de defesa. A presença de um negro anti-antirracista na Fundação Palmares no governo de Jair Bolsonaro, munido de um repertório de deslocamentos contra a *vitimização* e o chamado *politicamente correto*, demonstra a correspondência deste esquema de sentido que atualiza a cultura afro-brasileira como um Outro, no lugar de signos como o islamismo. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/cultura/2021-09-18/como-bolsonaro-dinamita-as-instituicoes-o-caso-da-fundacao-palmares.html>>. Acesso em 01/06/2024.



Como a abordagem de Apple (2003, p. 195) também compreende o populismo autoritário por meio de suas próprias lentes, é destacado que as ações contra homossexuais não aparecem como *discriminação* aos conservadores, mas como um “amor” ao pecador, que ainda poderia se voltar a uma “aliança com Deus”. No entanto, também vale ressaltar que a realidade não se esgota na fenomenologia do grupo que se quer compreender, momento em que contradições e arbitrariedades se expressam. Em vista disso, Apple (2003, p.196) considera que “uma parte da retórica *antigay* assume formas muito extremas e tem sido usada para justificar assassinatos” e outras formas de violência.

Sem se prender na imanência do discurso, o conjunto de pares de oposição aqui esboçados não operam com neutralidade, mas carregam consigo assimetrias, exclusões e temores sobre o Outro, posicionado como inimigo nesta retórica populista. No entanto, nada impede que forneça sentido e um conjunto de respostas a angústias vivenciadas na sociedade contemporânea.

## 5.1 EFICÁCIA SIMBÓLICA E LEGITIMIDADE: A UNIDADE DA COMUNIDADE MORAL NO POPULISMO AUTORITÁRIO

A relação de termos acusatórios mobilizados no universo do ESP não opera somente como uma estrutura mais ou menos estruturada em relações sintáticas e semânticas, mas passa a ser estruturante na concordância de subjetividades e no estabelecimento de um mínimo de ordem no mundo (Bourdieu, 2007). Isso se torna mais denso em uma sociedade demarcada por crises e incertezas neste mesmo nível das identidades e da concordância entre os agentes sociais, fenômeno mencionado em autores de diferentes perspectivas (Apple, 2008; Fraser, 2018; Hall, 2014), e que surge como espécie de pano de fundo neste contexto.

Menos que uma proposição técnica para a resolução de problemas convencionais, a já mencionada repetição de fragmentos legislativos com o mesmo teor contribui para a instauração de princípios de *di-visão* do mundo social (Bourdieu, 2007)<sup>40</sup>, em que a escola assume a posição de ambiente potencialmente ameaçador

---

<sup>40</sup> Ao contrário de conceitos com implicações mais estruturais-funcionais a analisar esse conflito entre escola e sociedade, como o de dispositivo de aliança (Narodowski, 1993), pretendeu-se aqui esboçar

na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que transmite a mensagem de luta contra o profano. Embora tais princípios surjam articulados ao poder, como na ênfase às *categorias de acusação* sobre as *categorias de entendimento*, eles aparecem como expressões morais no âmbito fenomenológico, vinculadas ao nível existencial dos sujeitos. Se uma perspectiva imanente ao objeto é incompleta em seu sentido irreduzível, ela também gera maior aproximação com o universo de sentido evocado pelos agentes em disputa.

Em um dos dilemas apontados por uma mãe, nota-se que, mesmo quando o termo *comunismo* é acionado, seu uso opera menos como ideologia política que como um significante de corrupção moral<sup>41</sup>, como se nota em trecho do jornal sorocabano *Cruzeiro do Sul*, assinado pelo jornalista Carlos Araújo (Santos, 2021). O trecho destaca o depoimento da empresária Jaquiceti Moreno, que “contou o drama em que sua filha de 15 anos saiu de casa porque teria recebido influência de doutrinação política na escola e tornou-se ‘comunista’ (Araújo, 2017, *apud* Santos, 2021, p. 155).

A experiência da mãe harmoniza-se com um conjunto de outras experiências, angústias e ressentimentos em um contexto inconciliável de transformações e ruídos em instituições como a família e a autoridade dos pais (Apple, 2008). Sobre este cenário, a experiência vivenciada pela mãe é logo ordenada sob o signo acusatório de *comunismo*, a informar menos uma ruptura nos modos de produção que uma suposta *doutrinação* na escola.

O problema da educação, portanto, seria uma espécie de *doutrinação comunista intramundana*, com seus interesses escusos que atravessariam o saber e o corpo de crianças e jovens no país como um todo. Por outro lado, questões complexas do ambiente escolar passam a ser reduzidas em oposições ordenadoras de uma realidade afinada aos termos daqueles que a produzem. Vale ressaltar que a rejeição ao comunismo não deve ser tomada em sentido estrito, ou conforme o discurso explícito que a evoca.

---

uma outra via, também com implicações *reais*, porém mais afinada a disputas pela definição do mundo, ou mais precisamente, de um universo moral, quando a educação se torna um terreno fértil.

<sup>41</sup> Santos (2021) incorre no erro de não apreender o sentido nativo destas terminologias, ao passo que extrai de significantes como comunismo aquilo que uma abordagem fechada pressupõe, isto é, uma luta contra o capitalismo. Com efeito, a rejeição ao “comunismo” não pressupõe que o movimento ESP operasse, antes de tudo, uma guerra de posição pela hegemonia do sistema econômico, como se antes, durante e após os governos do PT houvesse tido alguma alteração no modo de produção econômica. Operar-se neste nível acaba por, paradoxalmente, incidir no próprio argumento olavista de uma hegemonia comunista na sociedade brasileira.

Anteriormente, mesmo na direita que emergia dos escombros da Guerra Fria e da ditadura militar no Brasil, a ausência da menção ao comunismo se tornava um traço surpreendente, o que canalizava a agressividade contra inimigos da vida cotidiana (Pierucci, 1987, p. 34). O retorno atual não vem explicitamente como a presença, em primeiro plano, de “adversário de classe”, mas continua a “contaminação (desastrosa sob todos os aspectos) do julgamento político pelos juízos moralizantes” (Pierucci, 1987, p. 34).

A volta do comunismo com a direita bolsonarista, portanto, não vem sob o *mesmo rio* da Guerra Fria, para lembrar a metáfora *heraclítiana*. A evocação do significante passa a significar, em um sentido latente, um pânico moral subtraído do comunismo em diacronia para orientar as lutas sincrônicas de reconhecimento entre reacionários e progressistas, conservadores e liberais, individualismo e hierarquia. Ao serem articuladas em sistema, binarismos do tipo cristãos/comunistas, cidadãos de bem/socialistas, entre outros, operam na transmissão de uma mensagem de rejeição ao progressismo nos costumes, além e aquém do eixo econômico. Mais especificamente, a acusação de *doutrinação comunista* vem acompanhada de uma preocupação com a desintegração da família pela *ideologia de gênero*, dimensão que, surpreendentemente ou não, mobiliza um conjunto de eleitores.

Por assim dizer, são estas terminologias que, inverídicas ou não, realizam sua eficácia comunicativa como explicativas de uma realidade complexa e em transformação sobre os sujeitos. E, ao funcionar de modo minimamente ordenado enquanto veículo de entendimento e comunicação, também realiza seus efeitos de legitimidade (Bourdieu, 2007), uma vez que conecta a angústia de uma mãe à ação de lideranças políticas que buscam se inserir como protagonistas na esfera pública.

Antes de afirmar que houve uma falha na academia ao não entender a resposta do bolsonarismo aos “níveis existenciais da realidade”, a socióloga Esther Solano<sup>42</sup> traz um exemplo elucidativo em interseção ao domínio educacional, conforme palestra no ano de 2023. Numa crítica às leituras que abordam a pauta moral como secundária,

---

<sup>42</sup> Em palestra (03/05/2023) de lançamento do livro sobre populismo de Miguel Lago (IESP) Thomas Zicman de Barros (Science Po), os autores foram acompanhados de Solano (Unifesp) e Sérgio Cardoso (USP). Os pesquisadores presentes abordaram o populismo na conjugação de diferentes perspectivas, como a produção de identidade num contexto de fragmentações e incertezas identitárias. Solano também apontaria para a disputa de significados emergentes na realidade política, assim como para o erro em estabelecer a chamada pauta moral como algo secundário, nível que se busca superar aqui. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=fgxkQ\\_5AIIIE](https://www.youtube.com/watch?v=fgxkQ_5AIIIE)>. Acesso em 04/05/2023.

a pesquisadora afirma que tal domínio opera numa relação com “pertencimento, angústia e desamparo”. Isso se torna mais evidente com o relato de uma mãe, trazido por Solano: “eu vou votar em Bolsonaro porque tenho muito medo de meu filho virar gay na escola”. Diante do vivido e do imaginado, a direita bolsonarista não deixaria de fornecer respostas, ainda que a contragosto, a tendências e transformações na ordem do reconhecimento, ao mesmo tempo em que conseguem dialogar com camadas sociais populares sob o signo moral.

Em uma sociedade em constantes transformações, depoimentos que temem a separação entre pais e filhos ou a possibilidade de ter um filho gay remontam aos medos produzidos e reproduzidos por esta direita moral: isso não deixa de produzir, desde o final do século no país, mas intensificados com o bolsonarismo, “discursos de indignação moral contra a decadência dos costumes” (Pierucci, 1987, p. 32). Desse modo, o plano do vivido e do imaginário importam para a compreensão da interseção entre o universo moral e a política.

Os depoimentos citados, expressivos da angústia de duas mães, são significativos do modo como a educação passou a ser atravessada e apropriada, no contexto bolsonarista, por crises sobrepostas de geração, de autoridade e de gênero (Apple, 2008; Hall, 2014). Como se observou, um conjunto de categorias em luta sobre o domínio educacional aparecia para restabelecer fronteiras diluídas em “épocas de insegurança e incerteza” diante de transformações que se impunham sobre os sujeitos (Apple, 2003, p. 25). Como contraponto, portanto, erige-se uma comunidade moral que, em vez de inventar arbitrariamente tais transformações, passa a traduzi-las como *corrupção moral* (Alonso, 2019; Kalil, 2022).

Noutro plano e com teor coincidente, em depoimento na Comissão Especial Parlamentar que discutia o PL 7180/14 sobre o ESP, no município de Sorocaba (SP), uma ex-professora enfatizava: “não vivemos uma democracia na educação”, logo após denunciar a *decadência de valores* associada à insistência em uma “visão única de Paulo Freire”<sup>43</sup> no sistema de ensino, mesmo quando as “coisas...foram dando erradas” (Monteiro *apud* Santos, 2021, p. 39).

---

<sup>43</sup> Curioso que, nas associações entre a direita americana e a direita brasileira, em seu aspecto moral, conservador e autoritário, Paulo Freire e John Dewey ocupam lugares parecidos. Em Apple (2003, p. 141), é destacado que “uma das raízes do ‘mal’ feito às escolas é John Dewey”, pensador cujas “teorias de educação levaram as escolas para o mal caminho”.

Em uma ordenação da experiência, uma série de problemas realmente percebidos no cotidiano escolar e na relação entre professor-aluno surgem sob um prisma de *decadência moral*, articulados a um imaginário de penetração de signos da esquerda na escola. Como consequência, a professora narra que percebe “os valores descendo ladeira abaixo e até mesmo adoecendo os professores”, figuras ambíguas diante da existência da *doutrinação* pelos próprios docentes (Monteiro *apud* Santos, 2021, p. 39).

Segundo a ex-professora, subentende-se que problemas do universo escolar estariam relacionados a uma suposta decadência de valores, e não a fatores estruturais e econômicos. Como uma espécie de *corolário nativo*, imputa-se a Paulo Freire o mesmo diagnóstico da corrupção moral no país (Kalil, 2022), em decorrência da dominação cultural e educacional de esquerda e, por conseguinte, de uma perda da autoridade familiar neste cenário. Contra uma liberalização dos costumes associada ao progressismo (Apple, 2003; Fraser, 2018; Pierucci, 1987), passa a ser necessário lutar em defesa de maior controle dos pais sobre o conteúdo ensinado por professores, como indicativo de defesa da própria hierarquia familiar.

Embora se possa contestar tal narrativa com base em uma dicotomia verdadeiro/falso, um ponto de vista sociológico poderia destacar os significados implícitos deste posicionamento, ao acionar um conjunto de relações, como a defesa da hierarquia e da disciplina frente ao individualismo. Noutro plano, um dos motivos da popularidade da direita conservadora é a própria realidade educacional, dotada de problemas realmente existentes, seja o desempenho escolar, a violência, a indisciplina ou conflitos socioculturais<sup>44</sup> (Apple, 2003, p. 11). Tais problemas, portanto, são traduzidos segundo os termos do populismo autoritário, ao estabelecer um diagnóstico ao mesmo tempo inteligível e afetivo, sob a construção de alguns inimigos, como o educador Paulo Freire e o âmbito progressista, artífices de uma corrupção moral (Kalil, 2022).

Como “ex-militante partidária”, o discurso da professora também reivindicava uma autoridade pela *vivência e exemplo*, em descompasso ao *modus operandi* da

---

<sup>44</sup> A este respeito, Apple (2003) expressa a contradição dos conservadores que são pouco críticos às dinâmicas econômicas que geram as condições ideológicas lamentadas por eles. Ou seja, há, de fato, condições de vida que geram uma profusão de crises e inseguranças, mas as respostas educacionais não atuam sobre o problema, ao passo que a dinâmica econômica continua a operar sem ser atingida.

ciência (Carlotto, 2019). Vale ressaltar que a agente incide em avaliações e apreciações morais que, apesar de não serem uma explicação causal da realidade, encerravam um sentido objetivo na construção de um universo moral. Nesses termos, representações como *ausência de valores* e de *democracia* devem ser acionadas em relação a outros termos e relações significativas, que nunca se esgotam por completo em um contexto enunciativo.

Em um primeiro ponto, relaciona-se tais termos ao *politicamente correto* supostamente dominante nas instituições de ensino, que poderia constranger ou cercear outras leituras e orientações pedagógicas. Daí o conseqüente aparecimento da *ideologia de gênero* e um enfraquecimento da autoridade dos pais na sociedade contemporânea (Apple, 2008). Como diagnóstico, o domínio educacional passa a ser mobilizado menos na *questão do desenvolvimento* que como expressão de uma *crise de valores*, oriunda da *contaminação de esquerda* nas instituições sociais.

Como reivindicação de uma comunidade moral que opera no nível do imaginário e produz efeitos reais, é possível considerar um mínimo de ordem sobre uma realidade complexa, em que a concordância de subjetividades nem sempre se harmoniza como esperado, ao passo que a educação surge como problema e resposta. Em uníssono, a evocação de uma fronteira que repõe o “respeito às convicções do aluno, de seus pais” (PL 2180/2014), enunciado basilar do ESP, não deixa de responder a tais querelas comportamentais. Em projetos de lei difusos cotidianamente no país, agentes políticos performaram uma unidade como comunidade moral (Alonso, 2019), em oposição a uma legitimidade à esquerda no eixo do reconhecimento (Almeida, 2019; Avelar, 2021; Rocha, 2019).

Nas ações bolsonaristas e conservadoras, torna-se evidente não apenas um mecanismo burocrático de ocupação de cargos públicos, mas como o *poder* opera na capacidade de impor aquilo que é legítimo e, neste contexto, depurar o ilegítimo, segundo os critérios daqueles que lutam para impor tais critérios (Bourdieu, 2007). Por meio de uma luta por reconhecimento em sentido progressista ou reacionário, a dimensão do poder engendra a existência ou ocultação de um grupo como “unidade real”, tornada visível e reconhecível, por meio de “ações de imposição e de inculcação da identidade legítima” (Bourdieu, 2007, p. 12).

No nível mais aparente, a produção de uma unidade do grupo enquanto comunidade moral bolsonarista, em oposição ao *politicamente correto*, operava pela

recorrência ao imaginário de um *homem comum* (Alonso, 2019) e na reivindicação de si como *cidadão de bem* (Kalil, 2022), devedoras de uma rejeição à escola como antro de *doutrinação* e *ideologia de gênero*. A unidade que se formava demarcava não somente oposições entre algumas categorias locais, mas simultaneamente construía uma comunidade em torno de algumas mensagens legítimas, como a luta pela autoridade familiar e contra a *inversão de valores*

Para além de uma ideia de “falsa consciência”, como se as pessoas conservadoras fossem simples “marionetes”, ou, por outro lado, de uma perspectiva romântica, como se se ignorasse os movimentos, financiamentos e reconstruções de discurso realizados pela direita, Apple<sup>45</sup> (2003, p. 239) vai noutra direção: a razão para as elaborações da direita conservadora serem ouvidas é porque “elas estão conectadas com aspectos da realidade que as pessoas vivem”, por meio de “temas que ressoam profundamente nas experiências, temores, esperanças, sonhos”. Embora seja tentador em outros esquemas de sentido, experiências e temores não são previamente julgados, em um maniqueísmo inócuo, nem lançados ao âmbito da manipulação externa, que tem como simétrico-inverso a *passividade* dos sujeitos.

Em acréscimo, a *cultura importa* como as “categorias básicas que usamos para avaliar nossas instituições e nossa vida pública e privada” (Apple, 2003, p. 240), embora possam ser alteradas por esforços políticos. Isso é observado pela própria identidade coletiva emergente no Brasil a partir de movimentos sobre a educação, como o ESP, em direção ao bolsonarismo como vértice para aglutinar um conjunto de forças: aqui, o *cidadão de bem* performa uma identidade conforme o padrão moral conservador e religioso, como na rejeição à ideologia de gênero e aos desvios realizados por professores, comunidade LGBTQIA+ e feministas, considerados demasiado distantes do *povo*. Isso não é meramente residual, mas surge no centro da batalha política contemporânea, quando temas, sentimentos e pânicos sobre a doutrinação em sala se tornam questões públicas relevantes.

---

<sup>45</sup> Para ser justo, Apple (2003, p. 261) realiza uma crítica não apenas a tal versão do marxismo, mas à atenção exagerada e única conferida à identidade na educação e nos estudos culturais, uma vez que “um dos maiores defeitos da pesquisa no plano da identidade é sua incapacidade de discutir adequadamente a política hegemônica da direita”.

Ao abordar o bolsonarismo e sua construção de legitimidade por meio de projetos educacionais, deve-se levar em conta um cenário de crise e desintegração percebido pelos próprios atores. Assim, a

desintegração da comunidade causada em parte por exigências e crises econômicas, pela criação concomitante do individualismo possessivo, pela mobilidade de uma população, pela perda de nitidez dos papéis de gênero etc. criou uma situação em que muita gente se sente sem raízes, anômica e isolada (Apple, 2003, p. 186).

Nesse cenário de desintegração, caracterizado pela perda de nitidez sobre papéis e representações de gênero, torna-se ainda mais evidente a eficácia de “comunidades imaginárias, estruturas afetivas que ligam você a pessoas invisíveis por todo o país”, tal como Apple (2003, p. 186) recupera de Benedict Anderson. Em uma mesma direção, o bolsonarismo, como comunidade moral (Alonso, 2019), também acrescenta elementos afetivos às estruturas de oposição e orientações de sentido, ao conferir respostas e pertencimento aos dilemas familiares e de gênero já mencionados. Ainda que opere politicamente, essa comunidade realizava mais que um procedimento institucional, ao passo que fornecia as bases para harmonizar concordâncias nem sempre ajustadas num mundo em transformação. Numa aproximação criativa do teórico do *Manifesto Comunista*, a conformidade social, portanto, tem sua razão de ser “num mundo onde ‘tudo o que é sólido se dissolve no ar’ e em que ‘tudo que é sagrado é profanado’” (Apple, 2003, p. 134).

Assim, o consenso em torno de um novo bloco de poder se torna mais eficaz porque parte da tentativa, alçada ao nível fenomenológico, de impor uma visão *legítima* e percebida como não-arbitrária da ordem social. Não é sem lugar que a educação, como “arena de cruzadas morais” (Apple, 2003, p. 140), seja o palco para a mobilização e repetição de *outras formas* de concordância de sentido que não aparecem simplesmente como “imposições externas”, mas se revelam dotadas de sentido. Como a figura 01 anteriormente revelava em oposições investidas pelos agentes, mas percebidas como dimensões da existência sobre *o que é certo e moralmente correto*, o ESP evidenciava a “imposição de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxinomias filosóficas, religiosas, jurídicas, etc.” (Bourdieu, 2007, p. 14).

Como consequência, o reconhecimento da autoridade de quem enuncia não se situa numa relação unilateral, como a orquestração de um *maestro onipotente*, mas



através das propriedades culturais e econômicas<sup>46</sup> do grupo (Bourdieu, 2007, p. 116-117), em uma relação de conciliação entre autoridade e esquemas de sentido, poder e categorias de entendimento. Por sua vez, *se a política não suporta vácuo*, a emergência de um conjunto de atores à direita operava em um vácuo de legitimidade surgido simultaneamente à ascensão destes atores, como o discurso e o agenciamento do ESP permitiram supor.

## 5.2 AGENCIAMENTOS SIMBÓLICOS NA ARENA POLÍTICA: DOMÍNIO EDUCACIONAL EM DISPUTA

Por meio de um estoque simbólico, alicerçado em oposições binárias que formariam, *avant la lettre*, a comunidade moral bolsonarista (Alonso, 2019), um conjunto de atores passava a demarcar uma oposição com o PT na arena pública, por meio de seus próprios interesses e *modus operandi*. Tal oposição se dava não apenas em termos econômicos, mas como luta pela definição legítima de uma série de domínios que atravessam a educação. Por meio deste domínio, portanto, uma estrutura de sentido reconhecida como legítima permitiria com que atores políticos pudessem costurar a própria identidade com parte da população, em oposição a *professores doutrinadores* e outros signos escolares.

Na esteira da tramitação do PL 867/2015, referente ao ESP, constatou-se um discurso de Jair Bolsonaro<sup>47</sup>, ainda no PSC-RJ, quando o agente desenrolava um conjunto de pautas e camadas em oposição a determinados signos progressistas. O discurso fora proferido em reunião da Câmara dos Deputados em 31/05/2016, e sua íntegra traz algumas dimensões significativas não apenas do Projeto de Lei por si, mas de seu contexto envolvente.

Ao pedir a palavra naquela reunião, o então deputado inicia com uma provocação a outro tema que, embora não se referisse diretamente ao ESP, operava em uníssono à atuação de Jair Bolsonaro como defensor do PL 867/2015. Trata-se

---

<sup>46</sup> Embora não seja possível articular, sem a devida mediação dialética, uma relação direta entre ESP e interesses dominantes, observou-se que os agentes mais atuantes no ESP não se inserem em movimentos populares ou nas classes subalternas. Assim, se há determinações econômicas, elas são mais mediatizadas que as análises do ESP fazem crer (Santos, 2021; Capaverde; Lessa; Lopes, 2019).

<sup>47</sup> Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_discursos?idProposicao=1050668&nm=JAIR+BOLSONARO&p=PSC&uf=RJ](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_discursos?idProposicao=1050668&nm=JAIR+BOLSONARO&p=PSC&uf=RJ)>. Acesso em 23/03/2023.

de uma provocação corrente no *modus operandi* do deputado, que iniciava sua fala em descrédito à “cultura do estupro” no Brasil, diante de um espaço tomado por disputas em torno da noção de *gênero* por deputadas progressistas. Com uma linguagem sem rodeios típica do populismo autoritário (Apple, 2003), o pronunciamento se iniciou com uma demarcação de fronteira com “umas Sras. Deputadas”, com seus “cartazinhos” que enfatizam um *Abaixo a cultura do estupro!*

No âmbito da prática, atravessada por provocações e acusações que deslizam da jocosidade a ataques abertos, traça-se uma fronteira contra setores progressistas que utilizavam a arena pública para reivindicar uma resposta do Estado brasileiro a casos de abuso sexual no país, classificados pelas agentes como cultural e politicamente instituídos.

Após criticar atuação das deputadas como “demagogia barata” no que diz respeito a uma *cultura do estupro* no Brasil, o deputado parabenizou o autor do projeto sobre o ESP, “que estamos debatendo na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados”. Tão logo, a estratégia discursiva de Bolsonaro operou como um testemunho *autorreferente*, isto é, como sinal de *comprovação* de uma “ideologia de esquerda” nas escolas. Aquele que, em breve, seria Presidente da República no país, seguiu seu posicionamento ao dizer que tal *ideologia* seria verificada nos livros do MEC que ele reivindica possuir como um critério de autenticação de seu argumento (“e tenho vários aqui”).

Em equivalência entre *socialismo* e rejeição ao gênero em seu sentido acadêmico e progressista, continua o deputado ao performar que livros e professores “já impõem essa ideologia de esquerda nas escolas, entubam as crianças, pregam que o socialismo é uma maravilha”. Como solução inicial, o agente de poder se direciona ao novo ministro da educação, recém empossado com a presidência de Michel Temer (PMDB): “Espero que o Ministro da Educação, Mendonça Filho, coloque a bom termo isso”. Portanto, o preâmbulo provocativo de Bolsonaro contribuiu para fornecer inteligibilidade ao ESP, uma vez que sua funcionalidade se desenrolava de uma disputa pelo controle do professor e do currículo na temática do gênero, ao estabelecer fronteiras a temas *ilegítimos* na escola. Com isso, Jair Bolsonaro e lideranças políticas em ascensão encontraram a educação como um terreno de luta para se conectarem com pais e jovens que não partilhavam dos mesmos esquemas de sentido do eixo progressista.

Aparentemente, o ESP e a disputa em torno da existência ou não de uma *cultura do estupro* no país seriam temas diferentes, com rubricas e intervenções próprias. No entanto, o discurso sobre a inexistência de uma *cultura do estupro* se harmonizou à defesa de uma “Escola sem Partido” que permitiria ocultar a existência de temas como este que o deputado já negava existir. Coincide, portanto, a rejeição a uma ordem comum de realidade que emergia na arena pública e na escola, na esteira da negação de existência legítima a identidades minoritárias que visavam ao reconhecimento de suas vivências, lutas e demandas (Apple, 2003; Bourdieu, 2007; Fraser, 2018).

A temática educacional que se orientou para (e contra) o currículo e os professores apareceu em conexão com uma defesa *essencialista* do gênero, a fim de retirar as *impurezas* (“ideologia de gênero”) promovidas por *socialistas* na escola. A emergência do ESP, aliada a uma reação de Bolsonaro contra a imagem de uma *cultura do estupro no Brasil*, evidenciou como a segunda década do século XXI no país fora demarcada por disputas sobre uma visão legítima do gênero (Bourdieu, 2007) e da própria instância socializadora legítima, elementos que se estruturam na arena educacional como espaço de lutas culturais e políticas (Apple, 2003).

Nestes termos, dilemas socialmente compartilhados e investidos politicamente pelos grupos em *disputa pela transmissão moral e legítima do gênero* eram subjacentes às seguintes questões, que atravessavam do progressismo ao conservadorismo: *Deve-se combater, por meio de uma nova geração, uma cultura do estupro enraizada na sociedade brasileira e nas famílias? Há uma cultura do estupro e uma ordem de violências no gênero, temas dignos de transmissão pedagógica? A ação pedagógica sobre as crianças deve posicioná-las em oposição a valores e orientações de mundo da própria família?*

Neste aspecto, uma violência simbólica pela educação, que tende a inculcar arbítrios culturais às crianças (Bourdieu; Passeron, 1970), foi apropriada e deslocada na direção dos grupos em disputa, quando, no que se refere à direita bolsonarista em formação, evocava-se um cenário de dominação cultural realizado por especialistas educacionais no país. Uma concepção moral fixa, porque baseada em um *continuum* natural-divino, seria violada pela atuação de uma *ideologia de gênero* nas escolas, que geraria conflitos e ruídos nas expectativas de pais sobre os filhos.

Como recorrente no avanço bolsonarista, o discurso de Jair Bolsonaro apelou a uma imagem de *inocência das crianças*, supostamente vítimas da *ideologia de esquerda* difundida por professores. Estes, por sua vez, travariam uma guerra contra a maioria da população, quando restaria, ao agente político, o papel de defensor das crianças, de uma masculinidade fixada na biologia e dos valores restauradores da ordem social. Paradoxo comum nas reivindicações do ESP, o agente se posicionou, aos olhos daqueles inseridos nos esquemas de compreensão do mundo solidários ao ESP, menos em um autoritarismo que na rejeição a uma *ideologia dominante de esquerda* nas escolas.

Por meio de um investimento simbólico e acusatório sobre a dimensão moral da educação, o então deputado do Partido Social Cristão (PSC) passou a costurar sua imagem em conexão àqueles que percebiam, ainda que difusamente, um cenário de decadência moral na sociedade contemporânea e não se sentiam representados em discursos progressistas (Fraser, 2018; Rocha, 2019), em uma luta inconciliável entre os valores em jogo.

No que se refere ao ESP e às disputas morais sobre as fronteiras de gênero, família e escola, as reivindicações essencialistas de um sexo biológico subjazem a algumas camadas de significação: a) é por não ser biologicamente determinado que o gênero passa a ser *performativamente* mobilizado, sancionado e lembrado; b) a operação é eficaz politicamente, tendo em vista que, vinculada ao domínio educacional e, com ele, à oposição estruturante na sociedade moderna entre professor/aluno, adulto/criança, permitia ao bolsonarismo emergente reivindicar um discurso de oposição a *elites educacionais*, em defesa da *inocência das crianças* e outros apelos morais; c) tal operação ganha relevo em um cenário de “desconstrução das perspectivas identitárias em uma variedade de áreas” (Hall, 2014, p. 103), ao passo que o progressismo na definição de gênero (e no comportamento social mais amplo) nem sempre é traduzido sem ruídos por grande parte da população.

Todavia, o estranhamento sobre esses posicionamentos de Jair Bolsonaro não deve fazer enganar que o debate sobre gênero, interseccionado ao monopólio educacional da família como instância que engloba a esfera pública, já aparecia nos Estados Unidos. Seja na emergência neoconservadora ou populista autoritária, não é necessariamente ao socialismo contra quem se volta, mas a governos liberais realmente existentes naquele país, que eram definidos como uma ameaça à moral

cristã. Nesses termos, se “a moralidade acaba quando o governo entra”, isso se refere ao “governo liberal”, quando se repudia a “interferência do governo não só no mercado, mas também nos lares e na escola” (Apple, 2003, p. 20).

Numa luta política que é também uma luta por definições de mundo, donde perpassa um esforço de inclusão e exclusão, o esforço de Jair Bolsonaro naquele discurso implicou em “impedir que problemas como, digamos, a violência doméstica, invadam o discurso declaradamente político, procurando defini-los como questões puramente familiares” (Apple, 2003, p. 54). Embora haja um grau de tática e ação política nestes discursos, não se deve desconsiderar que isso se apresentasse, aos *olhos nativos*, menos como arbitrário por si mesmo que como questões morais, movimento que (*re*)estabelecia uma identidade e uma posição no mundo à direita.

Mais que o argumento neoliberal a casos em que se insiste em afirmar que “o fechamento de uma fábrica não é uma questão política” (Apple, 2003, p. 54), a emergência da direita populista no Brasil não se apresentou como uma ação política calculada, mas sob um conjunto de taxonomias de ordem moral sobre a relação entre gênero e educação. Em uma performance cosmopolítica, não caberia ao Estado inculcar, por meio da escola pública ou das universidades, comportamentos que desviam uma cosmologia naturalizada no nível do sexo e do divino, do biológico e do sagrado.

Para maior compreensão do argumento de Apple (2003, p. 54), deve-se mencionar que o autor segue Fraser (1989) ao evidenciar uma disputa entre “discursos oposicionais e discursos de reprivatização”. Os primeiros, relacionados ao progressismo, apontam para questões até então privadas que “transbordaram” ao público, como as “novas identidades de oposição por parte de grupos sociais subordinados”, em políticas de combate ao assédio sexual e à discriminação por gênero e raça (Apple, 2003, p. 54). Em luta contra este movimento, estão os esforços de reprivatização, com o objetivo de “pressionar essas formas para que voltem para a arena ‘privada’ ou ‘doméstica’” (Apple, 2003, p. 54).

Nesta esteira, observou-se um movimento de fixar o monopólio familiar e doméstico sobre os filhos, assim como o essencialismo de gênero, ao negar seu caráter histórico e político em detrimento de uma identidade biológica de sexo (PL 193/2016). O caráter desta disputa, ainda que o termo *reprivatização* confunda,

ultrapassa o simples englobamento da vida pelo mercado, e se situa em um conjunto daquelas terminologias mobilizadas por agentes políticos e religiosos.

É neste universo de sentido que Bolsonaro se coloca em um *movimento paradoxal*: ao mesmo tempo em que intenta *reprivatizar* questões familiares e de gênero, transforma-as em questões políticas, comunicadas à população, em uma batalha moral sobre a arena educacional. Em outros termos, o mecanismo de traçar fronteiras sobre o domínio privado e em oposição às questões públicas é, por outro lado, uma performance política típica do bolsonarismo que ascendia politicamente.

A luta para definir a existência ou não de uma *cultura do estupro* no Brasil já posicionava símbolos do universo familiar e escolar como instâncias imbuídas de disputas políticas e culturais. Como uma síntese, o debate sobre *cultura do estupro* e a rejeição aos corolários deste debate no domínio educacional demonstram como o ESP atravessava um conjunto de dramas e tensões na sociedade brasileira do período, com uma resposta em termos de uma restauração do passado (e de suas fronteiras institucionais, como família/escola).

A figura de Jair Bolsonaro, portanto, era menos a causa que o sintoma deste cenário; ou, para se dizer em termos menos patológicos, o ex-presidente era produto e produtor deste universo de sentido, ao performar e dar visibilidade a um estoque simbólico enraizado e mobilizado por outros atores, em cenário em que o corpo passa a ser deslocado de sua associação imaginada entre natureza-divino. Embora o discurso do ESP não se concretizasse juridicamente sob o signo do Estado de Direito, ele já passava a ser mobilizado por figuras oriundas do bolsonarismo, seja o próprio Jair Bolsonaro ou atores que reproduzem tal universo posteriormente.

É assim que, mesmo após a derrocada de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022, a pesquisadora Camila Rocha<sup>48</sup> apontava para o dilema estruturante daqueles que se percebem “pisando em ovos” na comunicação perante populações LGBTQIA+, uma vez que nem todas as camadas sociais se apropriam e incorporam as categorias legítimas, aos *olhos* progressistas, na interação com este segmento da população. A especialista mobiliza entrevistas realizadas entre aqueles eleitores, que argumentam não possuir o aprendizado necessário para lidar com o Outro, situação propícia para embaraços e confusões. Diante disso, figuras como Nikolas Ferreira (PL-MG),

---

<sup>48</sup> Entrevista realizada em 13/03/2023 ao Ópera Mundi.  
Disponível em:< [https://www.youtube.com/watch?v=1PFs\\_cFqSkY](https://www.youtube.com/watch?v=1PFs_cFqSkY)>. Acesso em 14/03/2023.

deputado-federal mais votado no pleito de 2022, surgem a estabelecer uma espécie de ancoragem num cenário de fragmentação identitária e disputas por reconhecimento.

A atuação de Nikolas Ferreira (PL-MG) é significativa de uma interseção entre os domínios educacional, moral e de gênero, de modo a atualizar, para diferentes fins, a relação entre o simbólico e o poder já contida no ESP. Em um dos episódios, o então vereador de Belo Horizonte teceu comentários sobre uma menina transexual em banheiro feminino de um colégio particular, em vídeo intitulado *TRAVESTI no banheiro da escola da minha IRMÃ*: “Eu que sou um homem, eu posso amanhã me sentir uma mulher e entrar no banheiro cheio de mulher [...]”<sup>49</sup>.

A despeito de possíveis jocosidades e deturpações, o investimento simbólico do agente opera sobre uma mesma estrutura binária apontada anteriormente, o que elucida a conexão do ESP com a emergência e consolidação do bolsonarismo em sua relação simbólica estrutural e pragmática, cultural e política. Pretensamente fixa, a oposição heterossexualidade/homossexualidade surge com sinais positivos no primeiro polo, fundada em homologia a sexo/gênero ou natureza/ideologia. Com a ironia sobre o caráter instável das identidades de gênero, desenrolam-se pânicos e relações de exclusão ao *diferente*, quando se mobiliza um imaginário de ameaça, em diálogo com pais de diferentes classes sociais, sobre a presença de uma pessoa LGBTQIA+ no uso do banheiro escolar.

Por meio dessas atuações sobre o domínio educacional, ressalta-se “uma estratégia diferente segundo a qual grupos ou um Estado com poder nas mãos legitimam sua autoridade” (Apple, 2003, p. 55), em um movimento que incorpora e dialoga com ressonâncias populares em temas como o *valor da família* sobre a *ideologia de gênero*. Em uma “época de crise econômica e ideológica”, a meditação de Apple (2003, p. 56) vai no sentido de demonstrar “como o senso comum de um povo pode ser desviado para direções conservadoras”, ao traduzir questões privadas e morais em transformação em temas para o debate público, com o conseqüente deslocamento de problemas sociais desta mesma sociedade. Tanto no contexto

---

<sup>49</sup> A manutenção do uso da caixa-alta atua como tentativa de tangenciar as estratégias discursivas e os diferentes detalhes significantes mobilizados no repertório desta extrema-direita. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/ministerio-publico-de-mg-denuncia-nikolas-ferreira-por-transfobia>>. Acesso em 11/07/2023.

americano quanto diante do bolsonarismo, observou-se como a linguagem populista-autoritária estabeleceu uma conexão com um “grande número de grupos insatisfeitos e uniu-os em uma aliança tensa, mas muito eficiente” com forças neoliberais (Apple, 2003, p. 56), que também fazem parte da formação de um novo bloco que se estruturava no Brasil (Rocha, 2019).

De modo geral, o agenciamento político sobre o ESP opera um conjunto de enunciados sobre o *reestabelecimento* da família como instância autorizada a controlar uma ação pedagógica primária e secundária sobre o domínio moral, político e sexual; e, de maneira complementar, pretende-se um *retorno às origens* não apenas históricas, mas *naturais e divinas*, quando o domínio da sexualidade humana é imaginado como decorrente de um *continuum* família e Deus. Com a temática de gênero interseccionada à escola, passa-se a mensagem de que tal universo de sentido seria violado em espaços educacionais, ao mesmo tempo em que se produz uma tentativa de legitimação diante de camadas médias e populares, para além de temas e propostas econômicas convencionais.

Neste cenário, a escola se torna alvo de pânicos que, por se vincularem a um estoque moral e numa concordância de subjetividades, conectam-se a camadas populares, ainda que a contragosto de pessoas inseridas em outros esquemas de apreciação. Como contraponto a um cenário de diluição das identidades e crises sobrepostas na ordem da geração (Apple, 2008), a direita emergente mobiliza o domínio educacional em resposta a ruídos na concordância das subjetividades estruturantes e se viabiliza com uma autoridade legítima neste cenário.

Espécie de arauto da *liberdade de pais e filhos* contra a *doutrinação* de professores, não é, como já parece evidente, sob os códigos do neoliberalismo que os atores bolsonaristas reivindicavam esses significantes nem, tampouco, emergiam como representantes legítimos na sociedade brasileira. Ao trazer as especificidades da direita emergente nos Estados Unidos, a análise de Apple (2003) permitiu a esta pesquisa se aproximar de uma última escala para análise do objeto bolsonarista em conexão ao domínio educacional.



## 6 PARADOXOS DO ESP: EIXO MORAL COMO EXPERIÊNCIA POPULISTA

Categoria recuperada em um conjunto de autores não apenas para explicar experiências políticas da América-Latina no século XX, o populismo-autoritário permitiu a apreensão de um conjunto de expressões iliberais contemporâneas, mesmo em países considerados desenvolvidos e centrais (Apple, 2003; Apple, 2008; Cesarino, 2021; Empoli, 2019). Por meio desta categoria, pretendeu-se sintetizar uma antinomia entre um *mecanicismo da reprodução*, em seu sentido objetivista, e uma *fenomenologia da insurgência*, vinculada à leitura que os agentes em torno do ESP produziam. Ao desatar um conjunto de antinomias, tal categoria elucida elementos de legitimidade contidos no bolsonarismo, sem que se alterasse a *infraestrutura objetiva* da sociedade.

Antes de avançar na análise do ESP em conexão ao populismo autoritário, deve-se enfatizar a emergência histórica deste fenômeno em contexto internacional, sobretudo nos Estados Unidos (Apple, 2003). Se mesmo a direita moral emergente na redemocratização já possuía caráter “imediatamente internacional” (Pierucci, 1987, p. 45), isso parece ter se aprofundado com o bolsonarismo, ao passo que, para compreender minimamente o universo semântico e as estratégias discursivas deste fenômeno, recorreu-se à formação do populismo internacional onde ele já vinha à tona com maior vigor.

### 6.1 A FORMAÇÃO DO POPULISMO-AUTORITÁRIO NOS ESTADOS UNIDOS E O POPULISMO BOLSONARISTA

Em um panorama histórico, Apple (2003, p. 221-222) argumenta que a emergência populista nos Estados Unidos se realizou em oposição ao Estado gerencial, baseado na previsibilidade burocrática e na especialização das funções. Neste modelo, era por meio de uma concepção de imparcialidade e qualificação técnica que se conferia legitimidade ao Estado, órgão presumidamente neutro e racional. Os professores, como parte desta dinâmica, recebiam apoios do Estado, ao mesmo tempo em que detinham autonomia baseada em sua qualificação e, assim, tendiam a servir ao público.

A partir de 1970, com a intensificação da crise fiscal no capitalismo nos Estados Unidos e, com ela, a competição por recursos econômicos e culturais, o Estado passava a ser visto como um “trapaceiro” que retirava dinheiro da população industriosa e moral para transferir a uma “gente que não assumia a responsabilidade por seus atos” (Apple, 2003, p. 222). Apesar do cenário econômico, os argumentos aí apresentados não trazem apenas cálculos, indicadores ou fórmulas matemáticas, mas passavam a produzir um conjunto de representações sobre o Outro – imorais, preguiçosos, promíscuos, etc. Um cenário de crise, portanto, não deixa de surgir como condicionante para ressentimentos e afetos, embora a economia não explique tudo.

Paulatinamente, tal contexto aparecia como o vértice de tendências à direita, não exclusivamente em seu âmbito populista, como se o posicionamento político e a guerra cultural derivassem imediatamente da materialidade. Em um processo mais dinâmico, a “fusão de ataques neoliberais e neoconservadores levou a um conjunto particular de críticas contra o Estado, críticas que se ligaram dramaticamente à desconfiança que o populista autoritário sente pelas elites” (Apple, 2003, p. 222). Como parte de uma *elite*, ainda que contestável sociologicamente, o burocrata e o especialista são traduzidos como hostis ao público, dotados de um conhecimento que não apenas os distanciava da população, mas representaria a desintegração da família e da moral.

No entanto, a inserção do domínio educacional no esquema populista autoritário evocava maior legitimidade deste posicionamento, o que não era exclusividade do ESP. Na prática, o nexos entre a rejeição ao Estado e um repúdio à escola não é sem razão de legitimidade *aos olhos* dos eleitores, “porque, para muita gente, a escola era e ainda é a instituição pública mais próxima delas em sua vida cotidiana” (Apple, 2003, p. 223). Isso as leva, por sua vez, a procurar as camadas próximas para as elegerem como inimigas diante do descontentamento com o “atual estado de coisas no plano moral” (Pierucci, 1987, p. 30). Em uma articulação a respeito do lugar da educação no populismo, a escola surgia como metonímia do Estado, objetivada pela maior proximidade com a instituição familiar e a maioria da população, ao mesmo tempo em que informa uma gama de lutas culturais em curso.

Como se observou, não é sem lógica que a educação tenha sido eleita como uma *inimiga* a ativar tanto o pânico moral sobre a *inocência das crianças* quanto a resposta para uma *corrupção moral* em curso (Kalil, 2022). Em consequência do

avanço sobre aquilo que é próximo e que contenha um substrato real, uma profusão de elementos educacionais passaria a receber os ataques do populismo autoritário, traduzidos sob os seguintes termos: “os currículos e os professores não eram imparciais, eram elitistas” (Apple, 2003, p. 223).

Com essa imersão em um estoque simbólico educacional, o discurso antielitista (ou antiespecialista) ganhava maior proximidade com o público ao ser traduzido em um “discurso antiprofessor”<sup>50</sup>, muitas vezes alimentado pela própria mídia (Apple, 2003, p. 223). Além da acusação de relativismo moral e um individualismo contrário à hierarquia familiar, os meios de comunicação divulgavam que professores recebiam salários altos e gozavam de benefícios que os colocavam acima dos cidadãos americanos. Não ao acaso, a escola tenha surgido com um estoque de legitimidade às performances deste populismo que combina elementos simbólicos e políticos a um componente afetivo, como naquelas oposições binárias entre *cidadãos de bem* e *doutrinadores*.

Como não se encerra nele mesmo, o discurso de oposição a professores e elites tende a costurar uma relação de legitimidade com camadas populares, em um movimento que neoliberais e gerencialistas não realizavam com a mesma eficácia (Apple, 2003). É assim que os avanços contra a teoria evolucionista, nos EUA, inseriram-se em diálogo à população, uma vez que a cultura popular e a própria ideia de uma comunidade local tendiam a repelir uma leitura darwiniana da vida. Tudo se torna ainda mais complexo quando é colocada a hipótese de uma homologia entre “a popularidade de Darwin entre as classes instruídas do Sul” e sua possível “rejeição entre aqueles que achavam que essas classes instruídas viam com desdém aqueles com pouca educação formal” (Apple, 2003, p. 136).

Conforme Apple (2003, p. 197) argumenta, há uma “sedução das mensagens populistas autoritárias”, que se direcionam a uma “crítica moral” às “direções que nossa cultura tomou”. Esse aspecto não deixava de se associar a um descompasso entre a cultura produzida por elites e uma profusão de saberes e concepções

---

<sup>50</sup> Em certo sentido, Apple (2003) não negava por completo os argumentos antiespecialistas, uma vez que sua apreensão dialética prevê a possibilidade de perceber elementos de bom senso mesmo no posicionamento populista autoritário. Efetivamente, a suposição de que somente o Estado e seus especialistas, como os professores, poderiam deter um conhecimento legítimo, teria levado a um cenário de “superburocratização” e “colonização” do Estado “por uma fração específica da nova classe média” (2003, p. 228).

populares que, embora assumam o signo do *folclore*, são reais para aqueles que o vivenciam.

No contexto americano, em proximidade ao bolsonarismo, isso não persegue um vácuo de legitimação, mas mobiliza a identidade de um “americanismo de gente simples”, com “raízes no solo populista e libertário do Sul e do Ocidente” (Apple, 2003, p. 196). Como complemento à carga populista, tal americanismo endossa uma “crítica às elites” que, a partir de 1960 e 1970, passaram a ser cada vez mais associadas às elites urbanas, às feministas, aos sindicatos, às “pessoas de cor”, ao Estado (Apple, 2003, p. 196-197).

Tal antielitismo carrega uma espécie de *epistemologia sui generis*, para a qual a *verdade é simples*, como o caráter sagrado da maternidade e a divindade da vida (Apple, 2003); ou, no contexto do ESP, as definições de *homem* ou *mulher*, aspectos que supostamente o feminismo e os *professores doutrinadores* teimam em ignorar. Aqui, portanto, estariam os especialistas, constantemente hostilizados ao abordarem temas como a educação dos filhos, com sua “suposta crença de que nossos problemas são complexos demais para as soluções do bom senso que tem a maioria dos cidadãos comuns” (Apple, 2003, p. 202). Tal epistemologia informa uma cosmologia mais ampla, segundo códigos familiares e locais que estariam além e aquém de premissas acadêmicas e progressistas sobre a educação dos filhos.

Em harmonia, a conduta altamente performativa de um deputado-federal como Nikolas Ferreira (PL/MG), ao ironizar que “mulheres estão perdendo espaço para homens que se sentem mulheres”<sup>51</sup>, também não deixa de traçar fronteiras diante do público LGBTQIA+ contra uma *obviedade*, fixada num essencialismo biológico. Da mesma maneira, tal conduta também se apresenta solidária ao *caráter sagrado* da maternidade (Apple, 2003), em uma continuidade entre o divino e o biológico.

Ainda que os termos sejam outros em comparação ao populismo anterior nos Estados Unidos, a oposição à *ideologia de gênero* e ao *professor doutrinador* vem realizar aquilo que o caso americano já prometia com o evolucionismo, qual seja, a valorização de uma comunidade moral (Alonso, 2019) sobre o suposto artificialismo de *elites educacionais*. Por sua vez, os inimigos bolsonaristas são tanto os alvos do discurso contra o qual se voltam figuras como o deputado Nikolas Ferreira (PL/MG)

---

<sup>51</sup> Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/nikolas-ferreira-veste-peruca-na-camara-e-diz-mulheres-estao-perdendo-espaco-para-homens-que-se-sentem-mulheres/>>. Acesso em 26/03/2024

quanto aqueles que também promoveriam a *ideologia de gênero*. Como os professores na intromissão de um conjunto de *ideologias artificiais* na *cabeça das crianças*, o especialista também negaria o valor do bom senso e da experiência familiar, em recorrência a abstrações distantes dos valores populares. Isso poderia ser visto no debate entre acadêmicos e evangélicos conservadores no ESP, ou na afirmação de princípios pedagógicos em oposição à criação dos filhos pela autoridade legítima (e supostamente óbvia) dos pais, “em termos familiares” (Apple, 2003, p. 203).

A crítica ao chamado *politicamente correto*, que também não é exclusividade do bolsonarismo, mas se apresenta no populismo autoritário na Hungria e nos Estados Unidos (Empoli, 2019), também é parte deste mesmo universo. Segundo tal concepção, coloca-se como alvo não uma elite econômica, mas elites culturais e educacionais que violariam os valores de populações que não possuiriam o *capital cultural* necessário para navegar em terminologias como a de gênero e, por isso, sentem-se “pisando em ovos”, conforme o relato de Rocha (2023).

Por meio de uma oposição a um discurso progressista, buscava-se construir uma aproximação com o povo, em um eixo que deslocava as esquerdas como veículos de legitimidade em causas supostamente populares. Em similaridade aos trabalhadores americanos apelidados de *readnecks*, dado um tipo de trabalho braçal ao sol, e também caracterizados por uma percepção de ausência de legitimidade em setores progressistas (Apple, 2003), o bolsonarismo também buscou se aproximar de um povo comum, associado a uma ideia de masculinidade de quem é “bruto, mas autêntico” (Rocha; Solano, 2020, p. 09). Neste ponto, tangencia-se a relação entre poder e legitimidade<sup>52</sup>, donde a esfera cultural ganha relevo na afirmação de uma identidade no populismo.

A análise de um vídeo da campanha de Bolsonaro por Alonso (2019, p. 64) também atesta a recorrência na transmissão da mesma mensagem popular, em que a expressão “gente como a gente” aparece verbalmente. Num mesmo sentido, um

---

<sup>52</sup> O movimento *Cansei*, organizado como protesto ao governo Lula após um acidente aéreo da TAM e tão logo diluído, contava com figuras de destaque da elite paulistana, como o empresário e posteriormente prefeito João Dória. No entanto, “em virtude de vários de seus membros pertencerem à elite do país, em pouco tempo acabou se tornando alvo fácil de críticas ácidas” (Rocha, 2019, p.121). Thomas White, ex-cônsul geral dos Estados Unidos em São Paulo, enviou um documento oficial a Washington em que declarava a percepção de Dória à Veja, ao queixar-se de “que sua imagem de alguém que nunca fumou, bebeu ou usou drogas, não briga, não fala palavrões e usa gel no cabelo tornou difícil aos brasileiros comuns se identificarem com sua causa [...]”, facilmente caricaturado (White *apud* Rocha, 2019, p. 121).

mero café da manhã, aparentemente insignificante, pode se desdobrar em um conjunto de performances que dramatizam uma verdadeira comunidade moral (Alonso, 2019), fornecedora de um pertencimento populista (Apple, 2003).

Em matéria na *Época*<sup>53</sup>, o jornalista Guilherme Amado argumenta que as mesas do café da manhã de Bolsonaro, acompanhadas de “objetos simples e o ar de improvisado de uma casa comum, sem sofisticação, eram fakes”. Ao ser interpretada em suas “teias de significado” (Geertz, 1989, p. 04), observou-se que a foto do café da manhã traz uma mesa calculadamente improvisada com um *pão francês* e um famoso *copo americano*, signos que operam na transmissão de uma mensagem popular e *autêntica*, sem que para isso precise recorrer a doutrinas propriamente socialistas ou *de esquerda*. Em uníssono, Bolsonaro aparece uniformizado com uma camisa, aparentemente *pirata*, da Sociedade Esportiva Palmeiras, como se passasse uma mensagem de *gente comum*. Esse é apenas um dos casos que demonstram como tal liderança construiu uma conexão com um imaginário popular *autêntico e raiz*, de *gente da gente*, e distante das *coisas gourmet*.

Por sua vez, destaca-se a marcação da diferença neste universo de sentido, o que ocorre não somente em relação a temáticas progressistas, mas a quem as profere, como as elites intelectuais e os professores. Embora não se refira a uma paradoxal rejeição às formulações ideais, o anti-intelectualismo se insere na reivindicação popular deste populismo autoritário, em oposição a supostas artificialidades de *elites* distantes do povo (Alonso, 2019; Empoli, 2019), para quem a verdade e as formas de entendimento são simples (Apple, 2003). É por este mecanismo que se possibilita a construção de um imaginário popular ao bolsonarismo, em termos que escapam, por conseguinte, da luta popular em termos *socialista* ou *comunista*.

Mesmo num cargo carregado de códigos oficiais, como o *decoro*<sup>54</sup>, observou-se que, segundo seus eleitores, a forma de Jair Bolsonaro se “dirigir ao público seria positiva, porque significaria que ele é autêntico e não se deixaria levar pelo marketing

---

<sup>53</sup> Disponível em: <<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/mesas-de-cafe-da-manha-de-jair-bolsonaro-na-eleicao-eram-fakes-1-24265281>>. Acesso em 23/06/2022.

<sup>54</sup> Em uma rápida pesquisa na internet, pode-se constatar alguns significados do termo *decoro*: “atitude ou comportamento respeitadores das normas e convenções sociais”, “conformidade do estilo com elevação do assunto”, “dignidade moral”. Disponível em <<https://dicionario.priberam.org/decoro>>. Acesso em 05/09/2022.

e pela falsidade associados aos meios políticos tradicionais” (Rocha; Solano, 2020, p. 06). Em uníssono, o relato de um “bolsonarista fiel” é sugestivo, como se nota em pesquisa qualitativa: “Bolsonaro é muito a cara do tio brasileiro, que vai numa reunião de família e expressa a opinião dele, vai falar palavrão[...]”, mas é diferente de quem “falou certinho” e “não fez porra nenhuma, só roubou” (Rocha; Solano, 2020, p. 06-07).

De maneira mais ampla, a construção da imagem de um *cidadão de bem e raiz* não deixava de gerar identidade na “comunidade moral bolsonarista”, diante da marcação da diferença sobre certa “elite social esnobe e intelectualizada” (Alonso, 2019, p. 63). Como ressalva, o carisma de Bolsonaro não pode ser reduzido a qualidades intrínsecas de um *líder excepcional* nem a uma *patologização* da política, mas “se enraíza na representatividade” (Alonso, 2019, p. 63), isto é, em um conjunto de mensagens que transmitem valores reconhecidos pelos eleitores.

Conforme se notou, acredita-se que o bolsonarismo se distancia do posicionamento neoconservador americano, em decorrência da própria formação histórica brasileira e da posição do país em um contexto internacional, elementos que ultrapassam esta pesquisa. Logo, as representações e performances em torno do ESP não podem ser confundidas com uma defesa neoconservadora a uma “atenção maior ao teor tradicional de ‘status elevado’ do conhecimento (Apple, 2003, p. 72), embora possa funcionar como estratégia de legitimação nestes termos. Também não se endossa uma ênfase na “tradição ocidental” (Apple, 2003, p. 14), uma vez que valores de *masculinidade e autenticidade do homem comum* se impõem sobre a defesa de um conhecimento erudito. Não se trata, ainda, do temor de “perda da cultura ‘requintada’” (Apple, 2003, p. 26), mas da acusação arbitrária de elitismo de professores que *doutrinam* segundo um padrão cultural arbitrário.

Como complemento, uma vez que as definições culturais sobre a educação se situam em um contexto mais amplo de disputas, as orientações de sentido sobre uma escola *mais ocidental* e a ênfase em uma *cultura comum americana* estão ligadas “aos temores culturais relativos à América Latina, África e Ásia” (Apple, 2003, p. 43). Na direita moral brasileira, mesmo quando se tratava de migração, o Outro era menos o estrangeiro, como se vê nos EUA ou na Hungria (Empoli, 2019), que o imigrante interno, como o nordestino entre os malufistas (Pierucci, 1987). Ou, mais especificamente no bolsonarismo, marcava-se uma fronteira sobre os grupos que

lutavam pelo reconhecimento de suas diferenças (Alonso, 2019; Kalil, 2022), assim como sobre aqueles que transmitiriam essa *ideologia*.

Sob mesma estrutura, mas sem alguns elementos da inserção americana, os valores morais sobre a relação entre família e escola, pais e especialistas, e, com isso, um conjunto de temas ministrados por professores em sala, continuam a operar como signos *bons para pensar (e odiar)*. Se é assim, os “outros relevantes” (Archetti, 2008) de cada país devem ser incorporados ao abordar o populismo autoritário em contexto internacional (Apple, 2003), de modo a perceber os grupos e temas sugestivos para a construção, por uma espécie de espelho invertido, de uma identidade política e coletiva.

É neste cenário em que se sugere a “eficácia simbólica” (Lévi-Strauss, 2012, p. 287) das performances bolsonaristas, dimensão que aponta para um tripé entre as condições de produção da crença, os valores da comunidade e as propriedades mobilizadas pelo *mágico*. Para além de uma suposta homogeneidade cultural na contemporaneidade, pressuposto criticado em diferentes autores (Bourdieu, 2003; Sahlins, 2004; Hall, 2014), verificou-se a existência de uma *découpage* entre os princípios institucionais cristalizados nos códigos oficiais<sup>55</sup> e as performances evidenciadas em torno do bolsonarismo, que evocavam a negação do Outro e valores que deslegitimam a emergência de identidades dominadas na arena pública.

A oposição entre o autêntico e o formal, o bruto e o politicamente correto, vislumbrada como expressão performativa do populismo bolsonarista em diálogo com aquilo que tal posicionamento estabelecia como um *homem comum*, não deixava de ser homóloga ao esboçado no sistema de classificação do ESP. Ao que parece, a valorização de elementos como a *família natural* contra a *ideologia de gênero*, a *autenticidade* sobre a *manipulação*, inscreviam-se na configuração de uma mesma comunidade moral, com alguns acréscimos que serão destacados a seguir.

## 6.2 LUTA CONTRA A *DOMINAÇÃO* E RETÓRICA TRANSGRESSORA NO BOLSONARISMO

---

<sup>55</sup> A repercussão nos meios de comunicação e na comunidade jurídica sobre possíveis quebras de decoro de Bolsonaro e, por sua vez, a possibilidade legal de um impeachment, ao contrariar o artigo 9º da Constituição Federal de 1988, pode ser visualizada, entre outras, em matéria do portal UOL no dia 13 de Junho de 2019. <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/07/29/falas-de-bolsonaro-podem-enquadrar-crime-de-responsabilidade.htm>>. Acesso em 05/09/2022.



Diferentemente da *direita envergonhada* ainda associada à *manutenção da ordem* na transição democrática no Brasil (Pierucci, 1987), Apple (2003, p. 09) argumenta que, nas últimas décadas, “parte da direita está profundamente envolvida com transformações radicais”, naquilo que se poderia denominar como uma *reivindicação insurgente*. Agora, ao menos em nível retórico, é o bolsonarismo que preconiza transgredir um estado de coisas, em uma luta contra a dominação. E, num movimento que coloca “toda a esfera pública” em questão, “as instituições educacionais têm ocupado um lugar central nas críticas direitistas” (Apple, 2003, p. 09).

Os deslocamentos de sentido realizados pelo ESP não surgem como novidade ao se observar a direita internacional, uma vez que Apple (2003, p. 11) assinala para a mudança no senso comum, isto é, “no significado das categorias mais básicas” como um dos aspectos centrais desta ascensão populista. De modo mais específico, “a direita populista e autoritária teve sucesso em parte porque”, como demonstra Apple (2003, p. 137), apropriou-se da retórica do liberalismo e imprimiu novos sentidos a ela. Isso ocorreu com uma linguagem da “discriminação e dos direitos”, mas subvertida com uma imagem de perseguição sofrida por evangélicos e sulistas americanos, deslocamento que engendrava uma disputa por reconhecimento na esfera pública (Apple, 2003, p. 137).

Para compreender um conjunto de inversões populistas do ESP, é necessário ver, antes, como “a direita religiosa agora se vê como oprimida” (Apple, 2003, p. 136), eixo que inclui dois exemplos sugestivos. O primeiro, referente à apropriação de estratégias e discursos do movimento negro naquele país, incide numa batalha por reconhecimento cultural, quando grupos evangélicos buscam se colocar “como parte de uma longa tradição de outros que lutaram e venceram batalhas por reconhecimento”, como os “afro-americanos” (Apple, 2003, p. 182).

Sob uma perspectiva fenomenológica, é possível vincular uma relação entre esse deslocamento simbólico e o aumento da “legitimidade de um grupo”, como ao reivindicarem o nome de Martin Luther King Jr. na luta por direitos civis em uma sociedade que supostamente negaria a liberdade aos evangélicos (Apple, 2003, p. 182). Nesse caso, opera-se um deslocamento de pautas de reconhecimento de um

grupo historicamente subordinado, como os afrodescendentes, para traduzir tais termos conforme os interesses daqueles que reivindicam a imagem de *dominados*.

No que se refere a pautas de gênero, observou-se um mesmo movimento em direção a um discurso de *vítima e perseguição* de parte da população americana, para além de um eixo econômico prévio. Em um dos casos, um contexto de expectativas e projetos em descompasso com a cosmologia religiosa no governo de Jimmy Carter nos EUA, por meio de decisões políticas “sobre aborto” e “sobre os direitos dos gays” (Apple, 2003, p. 142), levaria a um “sentimento de traição”. Diante de experiências como essa, atualiza-se um esquema cultural do próprio grupo, ao definirem que “ser cristão é ser *perseguido*” (Apple, 2003, p. 143). Nesse universo, processos de secularização tendem a ser traduzidos como uma ameaça previamente intencionada, contra a qual seria necessário lutar, uma vez que posicionam a tradição cristã (e americana) na condição de *dominada* por uma *minoría* de especialistas e progressistas.

Nessa lógica, o discurso de oposição a elites educacionais não se encerra nele mesmo e, ao ser abordado em um sistema de relações, percebeu-se sua articulação com outro componente, qual seja, uma retórica de dominação cultural e educacional. Ao compreender o ponto de vista do populismo autoritário que se formava, aspectos como a rejeição à isenção fiscal a instituições educacionais cristãs, a proibição da oração em escolas e a presença do evolucionismo naquelas instituições evocavam uma mensagem de perseguição do governo à liberdade religiosa (Apple, 2003, p. 180).

Desse modo, uma concepção de arbitrariedade passa a ser apropriada na luta desta direita sobre o domínio educacional, ao afirmar que a educação impunha “a moralidade do Outro a ‘nós’” (Apple, 2003, p. 223). Por meio de um controle tido como elitista e estranho aos valores bíblicos e às estruturas familiares, os pais estariam perdendo a autonomia sobre a educação dos próprios filhos, ao passo que não teriam controle nem na *própria casa* (Apple, 2003, p. 67).

Menos que desempregados, negros ou sem-teto, os alvos da dominação social seriam, segundo tal concepção, os cristãos e conservadores, cidadãos de bem e maioria do povo. Tudo se passa como se, para haver um discurso de rejeição a elites e uma reivindicação de luta dos agentes populistas autoritários, fosse necessário reconstruir a própria noção de *realidade social*, entre quem detém o poder e quem é

subordinado, entre dominantes e dominados, entre quem produz a ideologia e quem é manipulado. Em síntese, quem é alvo não é a população subordinada por marcadores sociais de classe, gênero ou raça, mas as “tradições” e a própria direita populista, na medida em que “a própria base de sua visão de mundo está ameaçada” (Apple, 2003, p. 137). Os *cidadãos de bem* e evangélicos estariam, agora, sob um estado de guerra constante, vítimas de um saber oficial que “opõe-se ao cristianismo, à autoridade legal, à família, aos militares, à livre iniciativa, ao mesmo tempo que promove o feminismo, a idolatria, o ‘culto ao demônio’, a evolução e o humanismo secular” (Apple, 2003, p. 140).

Como solução, tem-se a defesa da esfera privada ou doméstica no ensino de temas sexuais ou políticos. Tudo isso porque, na concepção populista autoritária, a *agenda gay* na escola promoveria o desrespeito aos “direitos constitucionais de pais e filhos que alimentam crenças religiosas e acham a homossexualidade repulsiva” (Apple, 2003, p. 195). No ESP, por sua vez, observou-se a reivindicação de “direitos” de pais e filhos contra a escola e os professores, que imporiam uma visão *ilegítima* sobre a sexualidade dos filhos. Se uma narrativa de *perseguição*, portanto, não parece inédita ao bolsonarismo, ela vem se articular paulatinamente com o ESP, mesmo em projetos de lei em escala federal. Isso também se realiza por meio de um conjunto de narrativas que posicionam o professor como um Outro ou um inimigo a ser combatido, num movimento que altera a própria noção de realidade.

No que se refere à relação entre ESP e o populismo, uma aproximação já poderia ser encontrada em análise de Santos e Cervi (2019), embora sem desenvolver alguns elementos aí existentes, como a alteração do senso comum e um discurso paradoxal de insurgência. Apesar disso, já se destacava uma narrativa capaz de “criar inimigos bons para serem odiados e combatidos, entre os quais se encontraria, aqui, a famigerada imagem do professor-doutrinador” (Cervi; Santos, 2019, p. 722). Ao estabelecer o professor como inimigo a ser combatido, quanto mais as “heresias” de professores são “popularmente censuradas, mais tendem a nutrir reações populistas” (Cervi; Santos, 2019, p. 722).

Isso não estaria, contudo, somente no discurso de representantes federais, mas se difundia no país como um todo, simultaneamente ao construir inimigos e deslocar o sentido de significantes da realidade social, como a definição de *elites* e de *resistência*. Em reunião de apoio ao ESP, convocada em 2017 pelo vereador e pastor

Luís Santos (PROS-SP), no município de Sorocaba (SP), é evidenciada uma luta contra a *corrupção nos costumes* oriunda da escola e de professores. Em uma trama contra a *opressão*, a representante de pais e alunos no município, Luciana Stanzioni, afirmou significativamente:

muitos professores são *oprimidos* pelo *politicamente correto*, mas, graças à Deus, temos muito bons professores. Infelizmente, uma minoria está no comando de tudo. Só não está pior porque as boas professoras, que são a maioria, estão *resistindo*. [Itálico nosso]. (Stanzione *apud* Santos, 2021, p. 154).

Os signos destacados em itálico funcionam em analogia, respectivamente, a outros recorrentes neste universo, tais como: *doutrinador*, *marxismo cultural* e uma defesa da *liberdade*. Ao serem colocados em sistema, infere-se seu significado e uma aproximação com a comunidade moral bolsonarista, configurada por estruturas binárias (Alonso, 2019), tal como o populismo autoritário americano (Apple, 2003). Numa análise que visou à apreensão mista das categorias (Dionne; Laville, 1999), observou-se a recorrência de *categorias nativas* (e acusatórias) como “oprimidos”, “politicamente correto” e um discurso de resistência (“resistindo”) nestes argumentos, como se depreende no posicionamento de Stanzione.

Enquanto a maioria (*nós*) tentava uma vida digna como *cidadãos de bem* (Kalil, 2022) e, neste percurso, educaria as crianças em um universo moral familiar, a minoria de especialistas atuaria em sentido contrário: “conturbando” a cabeça de nossos filhos, como Luciana Stanzioni evocara (Santos, 2021, p. 154). Da mesma maneira, as performances de agentes como Magno Malta (PL/ES), também apontavam para uma luta contra a *corrente dominante* que se difundia sobre as instituições educacionais, quando os professores mobilizaram uma série de técnicas e mecanismos em desvio a uma ordem divina e natural. A *dominação*, assim, estava sob o jugo da esquerda e dos *professores doutrinadores*, em um cenário em que o bolsonarismo se apresentaria como um movimento insurgente.

Contra uma *inversão tocquevilliana* de uma suposta *tiranía da minoria*<sup>56</sup>, é comum que o argumento conspiracionista aponte para uma *contaminação* geral da

---

<sup>56</sup> A evocação de uma minoria arbitrária e poderosa não deixaria de aparecer em um tweet de 22/04/2024 do deputado-federal Nikolas Ferreira (PL/MG). Após lamentar, ainda que jocosamente, a falta de *testosterona* na política brasileira, o deputado rebate uma crítica sofrida ao alegar que seu interlocutor buscava “agradar uma minoria exigente”. Tal minoria poderia ser tanto professores e intelectuais quanto artistas, feministas e outros *vilões* do populismo autoritário. Disponível em:

instituição escolar, em oposição aos demais, o *povo*. É desse modo que possíveis conflitos geracionais e processos de desintegração familiar passam a ser explicados pela doutrinação de professores e a conseqüente corrupção moral na sociedade (Kalil, 2022), como se observou em relação a uma mãe no capítulo anterior.

Num outro plano, o poder quase mágico do bolsonarismo que se estruturava implica em uma imposição de sistemas de classificação moral e, portanto, daquilo que passaria a ser *legítimo* a uma camada considerável de agentes, ao mesmo tempo em que oculta possíveis manifestações funcionais e eficazes do poder em outros domínios (Bourdieu, 2007). Como a emergência de um novo bloco implica no convencimento acerca dos pressupostos e “mapas da realidade apresentados” (Apple, 2003, p. 241), a supressão ao menos aparente de formas de classificação econômicas posicionava camadas sociais em unidade menos pela defesa de um partido ou classe que pela reivindicação do *sexo biológico* contra as *manipulações* da *ideologia de gênero*, assim como na defesa da *família* contra a *decadência moral* da sociedade.

Se o poder simbólico é mais bem exercido quando não revelado e invisível (Bourdieu, 2007), tem-se um complemento particular ao que formulara o sociólogo francês: o poder simbólico, para ser invisível, necessitaria ser visível onde ele *não está*, porque está efetivamente alhures. Um conjunto de categorias clássicas da esquerda ou das ciências sociais passa a ser embaralhada e deslocada no bolsonarismo e, em particular, com o ESP. Daí a confusão pela qual se passariam algumas abordagens diante de um objeto paradoxal, uma vez que a análise de efeitos funcionais do ESP tenderia a ignorar a própria construção de legitimidade inscrita no fenômeno.

Dessa maneira, distanciou-se daquelas abordagens demasiadamente objetivistas, quando o paradoxo da direita bolsonarista é reduzido ao nível imediato da reprodução dos interesses de classe e do capital, sem considerar uma *inversão fenomenológica antissistêmica* que, todavia, contribuiria para encerrar um sentido objetivo de manutenção da própria ordem social mais ampla. Com efeito, se Santos (2021) argumenta para a filiação do ESP a uma hegemonia dominante, o sentido mais aparente do movimento é diametralmente oposto: a luta pela *liberdade* contra a

---

<[https://twitter.com/nikolas\\_dm/status/1782488170459734418?t=Hd2gF01B7ZblbwrpsLv3hw&s=08](https://twitter.com/nikolas_dm/status/1782488170459734418?t=Hd2gF01B7ZblbwrpsLv3hw&s=08)> . Acesso em 28/04/2024.

*corrente dominante* e o que viria em seu bojo, como a *doutrinação* e a *ideologia (de gênero)*. É assim que o eixo fenomenológico, como uma dupla verdade da realidade social junto ao objetivismo (Bourdieu, 1983), não poderia ser negado, ao evidenciar um possível aspecto *popular* nesta configuração política no país, ainda que estivesse em oposição a uma alternativa política à esquerda e que, nos *atos em si*, não encerrasse um sentido igualitário.

Como saída diante desse impasse, utilizou-se o conceito de populismo como uma alternativa viável ao analisar o bolsonarismo emergente e, ao mesmo tempo, compreender o paradoxo de um movimento conservador e insurgente, popular e à direita no espectro ideológico. No recente livro de Barros e Lago (2022) para refinar, à quente, o conceito de populismo, tal termo é definido não apenas pela produção de inimigos e antagonismos, mas, sobretudo, por uma *retórica da transgressão*.

Para haver tal retórica de transgressão, é necessário, por conseguinte, estabelecer uma retórica de dominação, conforme a conexão do ESP com o bolsonarismo buscou demonstrar. Neste universo, o discurso de oposição a elites educacionais é mais bem compreendido se inserido em um sistema de relações que engloba o significado de especialistas educacionais em direção à construção de uma *hegemonia cultural de esquerda* no país (Rocha, 2019), quando elementos como *ideologia de gênero*, *enfraquecimento da família* e *doutrinação* ganham destaque.

Isso pode ser evidenciado, ainda, no discurso do deputado-federal mais votado do país em 2022<sup>57</sup>, que, implicitamente, associa o *sistema* a uma *dominação progressista* e, por seu turno, contrária à *família*. Mesmo após a derrocada de Jair Bolsonaro, uma postagem de 2023 de Nikolas Ferreira (PL/MG) é elucidativa do modo como a *moral familiar* opera como signo de legitimidade para esta direita: “Hoje, você ser antissistema é você se casar, é ter um filho [...]”.

Embora a *defesa da família* já aparecesse entre janistas e malufistas (Pierucci, 1987, p. 41), no bolsonarismo se nota maior imbricação entre os domínios da família, do gênero e da educação, a transmitirem não apenas uma mensagem de decadência moral na sociedade brasileira. Mais que isso, mobiliza-se um discurso que ao mesmo tempo constrói e permite se posicionar contra um cenário de dominação cultural e

---

<sup>57</sup>Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/CuM42OEJSuT/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>>. Acesso em 15/07/2023.

educacional em curso, ao passo que a solução é transgredir ou *mudar tudo que está aí*<sup>58</sup>.

É assim que, do ponto de vista fenomenológico, o discurso antissistema se insurgia, paradoxalmente, na defesa da família e da moral conservadora, uma vez que um conjunto de performances do ESP deslocava a realidade ao erigir um cenário de *corrupção moral* institucionalizada no país, ao se impor desde a infância (Kalil, 2022). Em reação, depreende-se uma reivindicação da *liberdade* contra um *constrangimento social* nas escolas, uma vez que tal instituição estaria dominada por especialistas e saberes em conflito com a própria autonomia da família, supostamente oprimida neste contexto.

Aliado a uma estratégia discursiva de “falar ‘sem rodeios’” e estabelecer a “própria posição como um ‘senso comum’” (Apple, 2003, p. 84), o discurso de transgressão à *corrente dominante* se fundamentava na defesa de uma *essência* paradoxalmente *ameaçada*. Logo, um essencialismo inscrito na natureza e no divino surgia ao mesmo tempo em que se imputava como artificiais as falas e agendas dos oponentes. Neste universo, a escola surgia com considerável contribuição, uma vez que tal instituição desviaria o “natural amadurecimento” das crianças em direção a uma *ideologia de gênero* (PL 193/2016). Como consequência, a *ideologia* é o discurso do Outro, enquanto o próprio discurso é reivindicado como baseado na *realidade* (Apple, 2003), condição central para se erigir a própria imagem de uma realidade invertida.

Nas representações do ESP, a luta contra a *violência*, sobretudo em sua forma *simbólica*<sup>59</sup>, passava a ser reivindicada rumo ao protagonismo na política nacional. Por sua vez, a reação aos professores e à *doutrinação marxista* permitia uma performance de *insurgência* à *corrente dominante* que, difusa nas escolas, corrompia a nova geração. Por assim dizer, o imaginário de uma realidade tomada pela

---

<sup>58</sup> Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/tem-que-mudar-tudo-isso-que-ta-ai-ta-ok/>>. Acesso em 29/01/2024.

<sup>59</sup> Com o mesmo teor de outros projetos, o PL do deputado estadual José Bittencourt (PRB/SP) aciona ao “bullying político e ideológico”, supostamente “praticado pelos próprios estudantes contra seus colegas” (PL 960/2014, *apud* Santos, 2021, p. 149). Como outros atores do ESP, o agente se posiciona sob o prisma da *luta pela liberdade* e contra algum tipo de *violência física ou simbólica*. Mais precisamente, o estudante que assumiria posição contrária à “corrente dominante” correria “sério risco de ser isolado, hostilizado e até agredido fisicamente pelos colegas” (PL 960/2014 *apud* Santos, p. 149).

dominação, contra a qual se é digno lutar, conferia uma unidade e uma agenda política ao populismo bolsonarista que se gestava.

Os efeitos de sentido decorrentes não deixavam de corresponder ao que Rocha (2019) já trazia em suas investigações, na medida em que a mobilização de novos signos políticos e valores operava contra o “sentimento de marginalidade em relação a públicos dominantes”, como já era paulatinamente percebido a partir dos anos 2000 (Rocha, 2019, p. 21). Neste processo, já se percebia aquilo que o ESP passaria a anunciar, isto é, uma inversão do discurso de *dominação* diante de sentimentos à margem de *públicos dominantes*, caracterizados por uma suposta *hegemonia de esquerda*.

No ESP, o paralelismo com a experiência populista autoritária é, até mesmo, aprofundado em um conjunto de terminologias, que operam a construção de um universo de sentido que tornaria banal uma série de espantos progressistas, como a própria *dominação* associada a professores e intelectuais. Em uma multiplicidade de paradoxos, observou-se categorias como *liberdade* utilizadas na reivindicação da hierarquia familiar, assim como uma luta contra a *corrente dominante* e a *exploração* em nome de valores religiosos e patriarcais. Em síntese, uma linguagem de *discriminação* (ou de *vítimas e dominados*) e *direitos* (e luta por reconhecimento da liberdade dos pais e filhos), conforme Apple (2003) já apontava, surgia sob novos termos, a engendrar um mundo que abria caminho para a transgressão bolsonarista, ao menos como performance de poder.

Como condição para um discurso de transgressão, o poder de fazer ver e fazer crer (Bourdieu, 2007) implicaria que a *exploração é educacional*, que as *elites opressoras* são, antes de tudo, as *educacionais*, que a *opressão é do gênero*, entre outras formas de deslocamento inculcadas sobre um estoque simbólico da educação. Com efeito, se a análise de Pierucci (1987) não permitiu concluir uma alteração do senso comum na direita malufista ou janista, essa ausência parece atestar a própria relevância do bolsonarismo. Como elemento descontínuo deste novo cenário, a luta contra a dominação e a exploração se tornavam, por uma realização performativa da linguagem (Butler, 2020), uma bandeira da direita, em um processo de inculcação que o ESP contribuía para realizar na arena institucional.

Sugestivamente, de uma “direita que não diz seu nome”, posto que era uma *transgressão impuplicável* (Pierucci, 1987, p. 37-38), a uma direita que se reivindica



paladina da *transgressão* e oriunda de uma comunidade moral, foi preciso não apenas que a esquerda chegasse ao poder e se modificassem algumas condições objetivas, mas um trabalho de ressignificação e inculcação, de fazer ver e fazer crer (Bourdieu, 2007). A própria centralidade da categoria de *corrupção moral* entre eleitores bolsonaristas, atrelada à atuação da escola e de professores em temas como o gênero (Kalil, 2022), surge para atestar um novo cenário que elegia a escola como artífice de uma *decadência de valores*.

Ainda que o ESP não se realizasse como projeto político-legal, seus efeitos de sentido transbordaram para um novo universo de sentido que se formava no país. Diferentemente de um contexto anterior (Pierucci, 1987), agora se vê a permanência de uma verdadeira comunidade moral (Alonso, 2019), que promete permanecer na arena pública mesmo com a derrocada de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022. Sugestiva, a este respeito, é a dinâmica de atuação da direita brasileira após tal pleito, quando o discurso de *perseguição* é novamente apropriado por quem se tenta se posicionar no universo de significados bolsonarista. É assim que, no dia 30/01/2024, o governador Romeu Zema<sup>60</sup> mobiliza um universo de sentido parecido ao se inserir em um suposto vácuo de poder, ao sabor das circunstâncias e dos interesses diferenciais do agente (Sahlins, 1990). De modo significativo, o governador mineiro argumenta que “se alguém é homem, é branco, é heterossexual, é bem-sucedido, pronto, rotulado de carrasco”.

É, portanto, com um imaginado eleitor branco, homem, heterossexual e de classe média/alta que o governador pretende estabelecer uma conexão numa diante do estoque de sentido da comunidade moral bolsonarista. E isso não deixa de se realizar conforme uma inversão já conhecida, que desloca as estruturas de poder político e econômico definidas pelo eixo acadêmico e progressista, em direção à ressignificação do par dominante-dominado, isto é, sobre quem seria alvo de injustiças, rotulações e violências. Por sua vez, a pauta do reconhecimento é novamente acionada sob os termos de um posicionamento paradoxal, que atualiza o heterossexual como um alvo do *sistema*.

Dado um suposto favorecimento a camadas marginalizadas socialmente, os brancos, assim como os heterossexuais, assumem o lugar de *novos derrotados*, alvos

---

<sup>60</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/01/zema-diz-que-homens-brancos-e-heteros-no-brasil-sao-classificados-como-carrascos.shtml>. Acesso em 30/01/2024.

de uma dominação em curso (Apple, 2003). Diante de um conjunto de teias de sentido no universo bolsonarista e no populismo autoritário americano, “agora os brancos podem reivindicar o status de vítimas, de uma forma muito parecida com a que os evangélicos conservadores afirmam ser oprimidos” (Apple, 2003, p. 257).

Com a ascensão de lideranças que reivindicam uma luta contra uma *corrente dominante* traduzida por um elitismo acadêmico que suspende o eixo econômico como critério de dominação, não é de se estranhar que haja uma orquestração de significados e identidades aí envolvida, ao sabor das circunstâncias e do interesse que diferentes figuras políticas possuem.

Nestes termos, os esquemas de interpretação e percepção da realidade por eleitores bolsonaristas podem não coincidir com o sentido objetivo sistematizado analiticamente, embora contribua para (re)produzi-lo, *a posteriori*. Assim, para uma compreensão mais acurada da legitimidade bolsonarista, seria preciso levar em conta essa dupla verdade da análise sociológica, um objetivismo e a fenomenologia, as estruturas e a agência, movimento que as Ciências Sociais contemporâneas vêm buscando realizar em diferentes abordagens (Bourdieu, 1983; Hall, 2014; Sahlins, 1990).

É ao operar como estrutura estruturante, no nível da concordância das subjetividades, que se realiza o processo de dominação ao mesmo tempo simbólica, política e de classe, tendo em vista a ausência de setores organizados das classes populares na produção discursiva e nas estratégias do ESP, embora tais camadas tenham sido arregimentadas em discursos mobilizados pelo ESP e o bolsonarismo. Em outros termos, é por meio do bolsonarismo como comunidade moral (Alonso, 2019), atravessado por uma disputa por valores legítimos, que parece se realizar uma tentativa precária de resolução para uma crise de hegemonia mais ampla (Apple, 2003; Fraser, 2018).

Em uma alçada objetivista, talvez se possa acionar o paradoxo de que o discurso da transgressão populista (Barros; Lago, 2021) contribua, por outro lado, para a reprodução de estruturas profundas da sociedade brasileira: por exemplo, ao aumentar o já apontado “déficit de politização” com a moralização da política (Pierucci, 1987, p. 33) e, de maneira complementar, ocultar ou deslocar as relações de opressão de classe, raça e gênero realmente existentes na sociedade contemporânea (Apple, 2003). Na mesma medida, não se deve desconsiderar o impacto de discursos binários

e morais do ESP na construção e no acirramento do próprio *abismo* da *polarização* no Brasil (Nunes; Traumann, 2023).

Nesse sentido, as lutas educacionais não são meros epifenômenos sociais, mas configuram novos significados e relações na sociedade, em um processo mais dinâmico que mecânico. Por meio de disputas travadas sobre o ESP, observou-se a construção de um universo de sentido que emergia com a própria ascensão de uma direita bolsonarista no país, não somente em afinidade ao populismo autoritário, mas como parte da estruturação deste posicionamento político. Na interseção entre o bolsonarismo e sua vertente populista, assinalava-se que a *educação importa* como veículo de definição da realidade e legitimidade política, movimento que sintetiza o poder e o simbólico na realidade social.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora se possa afirmar, de uma maneira engajada ou superficial, que a *educação não importa* ao bolsonarismo, isso não é tudo. Pelo contrário, vale agora reforçar o que o *bolsonarismo deve à educação*, isto é, como as disputas morais e culturais neste domínio contribuíram para a construção e legitimação de um conjunto de orientações de força e de sentido no país, até mesmo ao definir uma nova identidade política com a paulatina derrocada do PT do executivo federal.

Significada neste universo de forças e de sentido como uma ameaça à ordem familiar ao promover a *ideologia de gênero* e reduzir o papel da família formação de jovens e crianças, a educação e seus elementos constitutivos se tornaram alvo e signo da direita bolsonarista, que se estruturava por um conjunto de disputas na dimensão moral da educação (Apple, 2008). Por sua vez, a apropriação do domínio educacional permitiu a construção de uma verdadeira comunidade moral como um eixo de pertencimento e identidade política no país (Alonso, 2019).

Diferentemente do período de transição democrática no país, quando *ser de direita era vergonhoso* (Pierucci, 1987), a segunda década do século XXI assistiria a um movimento cuja peculiaridade residia, entre outras coisas, na centralidade do domínio educacional na formação de uma direita bolsonarista, que se institui como força legítima na sociedade brasileira à medida que também altera os temas, bandeiras e percepções em uma série de disputas morais.

Isso se tornou mais evidente pela própria ausência de um elemento educacional na direita malufista e janista, a despeito de seu caráter moral, o que permitiria elucidar, por um exercício de *imaginação sociológica*, alguns elementos que se vinculavam como fonte de legitimidade ao bolsonarismo, como uma oposição assimétrica entre *doutrinadores* e *inocentes*, eixo norteador sobre o qual se transmitia uma mensagem de desintegração da *família tradicional* pela educação. De modo complementar, o caráter institucional e universalizante da escola permitia tanto alimentar o pânico moral sobre as crianças e jovens quanto fazer crer que a *corrupção moral* era um dado da realidade, sustentado por uma correlação fabricada entre o próprio mecanismo formativo da instituição e transformações realmente existentes na sociedade contemporânea. Diante disso, só restaria mudar *tudo o que está aí*, em transgressão ao *sistema*.

De maneira mais geral, o potencial da educação como estoque simbólico ao bolsonarismo pôde ser percebido em apropriação sobre o nível de relações sociais que tal domínio comporta e na própria dimensão simbólica e arbitrária contida na formação educacional. Com efeito, por meio de uma análise ancorada em autores como Bourdieu (2007), buscou-se desenrolar o universo de significados do ESP, por meio de categorias contidas nos documentos analisados e em articulação a análises bibliográficas sobre a apropriação educacional do bolsonarismo. No nível das relações sociais, destacavam-se as relações estruturantes entre professor/aluno e adultos/crianças, em homologia a oposições *locais*, como *doutrinador/inocente*. No nível da disputa sobre a transmissão simbólica de arbítrios culturais, pares estruturais como sagrado/profano e legítimo/ilegítimo surgiam em homologia a valores conservadores contra signos progressistas, ao sexo biológico contra a acusação de *ideologia de gênero*.

Assim, uma das questões diante das fontes consistiu na mensagem transmitida pelo conjunto de categorias de entendimento e acusação, entendidas como um sistema de relações entre si, donde provém seu significado. Como se observou, signos de *ideologia de gênero*, *comunismo* e de um *professor-doutrinador* operavam de modo a transmitir uma mesma mensagem de *corrupção moral* (Kalil, 2022), ao mesmo tempo em que erigiam tal processo como o mais central no domínio educacional, em detrimento de problemas percebidos por agentes dotados de outros esquemas de significação.

Como noção que permitiu articular o universo de sentido do ESP a uma identidade política em formação, a *corrupção moral* indicava uma homologia nos domínios político e educacional. Enquanto a abordagem etnográfica de Kalil (2022) demonstrava a percepção de uma *corrupção moral* entre eleitores bolsonaristas, a compreensão do ESP evocava uma mesma direção, embora nos agenciamentos promovidos por lideranças políticas antes mesmo da emergência de Jair Bolsonaro como presidenciável nacional. Desse modo, a *corrupção moral* performava uma *desordem geral nos costumes* na sociedade brasileira, leitura que anuncia a necessidade de transformação da ordem, ainda que sem alterar a realidade material do país.

Em oposição a esse *diagnóstico de corrupção moral*, os resultados do ESP também demonstraram elementos que ordenaram, *avant la lettre*, uma comunidade

moral bolsonarista, dotada de significados e identidades (Alonso, 2019). A definição de um domínio educacional em termos de uma disputa moral permitiu interseccionar a própria comunidade moral bolsonarista como eixos que se elucidam mutuamente, ainda que nos limites desta pesquisa. Em um conjunto de enunciados cujo caráter factual se torna mais secundário que a mensagem transmitida, criavam-se as bases para a oposição binária entre aqueles que valorizam *práticas legítimas* sobre as crianças e jovens, em oposição aos *profanadores* da moral tradicional e cristã. Nas ações sobre o domínio educacional, tomava-se emprestado novas *causas legítimas* que fariam a *direita envergonhada* ser substituída por uma comunidade moral dotada de pertencimento e identidade.

Exemplo dessa costura entre a atuação da escola e a legitimidade política bolsonarista era a noção de *inocência das crianças*, também já presente nas narrativas do ESP. Tal noção permitiria a fabricação de um simétrico inverso, qual seja, a produção de professores como inimigos e agentes de corrupção moral, contra quem se deveria lutar para restaurar uma ordem moral perdida. Com a reivindicação de uma direita que buscava ascender politicamente, as disputas morais sobre a infância surgiam como objeto-pretexto para uma luta simbólica no *mundo dos adultos*, aqui alicerçada no binômio comunidade moral/corrupção moral (Alonso, 2019; Kalil, 2022).

Apesar de não ser colocada como um dos objetivos específicos desta pesquisa, a relação entre o que se convencionou denominar bolsonarismo e a direita americana surgiu como um resultado das análises, em momento posterior à própria coleta/produção de dados do ESP. Embora inicialmente se tivesse considerado tal aproximação (Empoli, 2019; Fraser, 2018), não se cogitava tamanha articulação em pautas que elegiam a centralidade do domínio educacional na arena pública contemporânea (Apple, 2003).

Não se deve, contudo, imprimir ao bolsonarismo uma mera cópia da direita americana, de modo que os posicionamentos do ESP precisam fazer sentido diante das disposições culturais locais. Diferentemente, a valorização da *tradição ocidental* contra o islamismo, presente em posicionamentos neoconservadores nos Estados Unidos, não seria tematizada pelo bolsonarismo, ao passo que outros elementos são selecionados na interseção entre evangélicos, educação, gênero e atuação política.

Embora haja semelhanças entre o neoconservadorismo e o bolsonarismo, como o controle sobre o corpo e a regulamentação de atividades dos professores, não parece ser a defesa de um verdadeiro *saber ocidental*, associado a um maior padrão de qualidade no ensino, que mobiliza o bolsonarismo. Diferentemente, a restauração bolsonarista incidiria mais em valores morais familiares que na *erudição escolar*, descontinuidade atrelada à própria legitimidade da direita brasileira no contexto em que emerge. Por sua vez, não é por meio de elementos como a defesa de um *saber erudito* que se contribui para a construção de uma comunidade moral em termos de *cidadãos de bem* contra especialistas e *elites* educacionais, o *legítimo* e o *ilegítimo*. Em outros termos, o neoconservadorismo não seria capaz de produzir uma verdadeira comunidade moral, com amplo lastro de legitimidade popular.

Quando da atuação evangélica sobre a educação no Brasil, em articulação ao bolsonarismo, já havia um longo caminho percorrido por movimentos evangélicos conservadores nos Estados Unidos, que não deixavam de surgir como um estoque simbólico à direita bolsonarista que emergia. Seja por um discurso de ameaça aos valores cristãos, ou um diagnóstico de degradação moral, a escola assumia centralidade na luta evangélica contra o profano no mundo. Como categorias em circulação internacional, surgia também a imagem do cristão como *vítima* da atuação de *elites* intelectuais e educacionais nos Estados Unidos, quando o domínio populista aparece em uníssono ao bolsonarismo.

A fim de superar alguns paradoxos e nuances dos resultados da pesquisa, o conceito de populismo surgiu em decorrência da relação entre os dados do ESP e algumas leituras prévias (Empoli, 2019) e posteriores (Apple, 2003; Barros; Lago, 2022). Perceber como se configurava o paradoxo de um movimento ao mesmo tempo conservador e insurgente, que reivindicava a *família tradicional* e a *transgressão da ordem*, parece ser uma das complexidades ao interpretar o bolsonarismo.

A análise do ESP já se defrontava, antes mesmo de se cogitar o uso do conceito supracitado, com categorias ambíguas e contraditórias, como a defesa da *família* e da *hierarquia* em uníssono a reivindicações de *liberdade* e luta contra a *exploração*. Em vez de uma dedução prévia alçada a um *reprodutivismo*, a tentativa de levar a sério os discursos e categorias do Outro indicava menos a *reprodução da ordem* que sua *transformação*, mais a *luta contra a dominação* que a manutenção das estruturas de poder, ao menos na leitura produzida pelo grupo que ascendia na arena pública.

Alicerçado na construção de um esboço de oposições binárias populistas, foi possível perceber tanto a construção de identidade e diferença quanto a construção de inimigos em nível populista-autoritário, articulados sob o prisma do simbólico e do poder como dimensões que uma análise sociológica não deve abandonar. Como um dos objetivos específicos desta pesquisa, ao mesmo tempo em que produzia uma legitimidade política, o discurso do ESP criava as condições para a construção de identidade diante daquelas pessoas que se viam distantes do discurso progressista. Tanto o *professor doutrinador* quanto supostos conteúdos *ilegítimos* promovidos na escola surgiam como alvos a se combater, em *nome do povo*, isto é, *da liberdade das crianças e dos pais*.

Exemplo sugestivo da contribuição do domínio educacional para uma série de inversões populistas do bolsonarismo é a apropriação do gênero neste universo. A noção acadêmica de um gênero constituído em discursos cuja implicação é performática, isto é, que realiza aquilo que anuncia (Almeida, 1999; Butler, 2021), tornava-se fecunda para compreender como se institui um ponto fixo (a *identidade biológica de gênero*) sobre o qual se realizava, por outro lado, toda uma gama de discursos sobre uma *inversão da realidade*. Se a realidade está invertida, é porque os professores violariam aquilo que a família preservaria como uma desejada harmonia.

E, por sua vez, passava a ser necessário se insurgir contra a própria *violência* (ou *opressão*) realizada pela escola, em performances políticas que não deixavam de se consolidar em pânico ao mesmo tempo produzidos por tais lideranças. Gênero, educação e transgressão populista surgiam, portanto, como dimensões intercambiáveis para que tal direita emergisse de modo eficaz, porque articulada a um conjunto de oposições conhecidas e reconhecidas, ao mesmo tempo em que percebidas em *desintegração*.

Como se viu na acusação de *elitismo* sobre o evolucionismo nos Estados Unidos, parecia haver operação similar na associação entre professores como *elitistas* no ESP, sobretudo articulado a manipulações sobre domínios que seriam exclusividade da família. Na fabricação do professor como inimigo em conexão à doutrinação, o domínio educacional também deslocava outros elementos, como a própria ideia de *dominação* que seria produto de uma *elite* educacional e cultural.

Em performances educacionais, o populismo autoritário bolsonarista contribuía para embaralhar eixos comumente associados às *esquerdas*, como as oposições



entre elite/povo, dominante/dominado, opressão/liberdade. Quando inseridas fora do eixo econômico em direção ao universo denso de significados, planejamentos e relações entre adultos e crianças da educação, o bolsonarismo emergente passava a se posicionar com legitimidade na resolução de problemas que também eram performados por ele.

Comprovação da eficácia do populismo bolsonarista em dialogar com orientações de sentido profundas da população é tanto a percepção de ver os filhos transformados em estranhos no ambiente doméstico (Apple, 2003, 214) quanto a preocupação de uma mãe ao ver a filha sair de casa (Santos, 2021). Ambas surgiam solidárias de tendências parecidas, como um conflito geracional e uma maior discordância de subjetividades estruturantes em temas como as relações de gênero e o próprio modo de se levar a vida. Não é sem lógica, portanto, que os agentes do populismo bolsonarista se inseriram em conexão com camadas populares, por um

efeito de suspensão de um próprio eixo classificatório da economia em diálogo com eleitores que, de maneira difusa, percebiam a realidade social em *decadência*, em *inversão* ou em uma *confusão atormentadora*.

Com a articulação populista sobre pautas educacionais, como o ESP, foi possível se aproximar de problemas sinalizados por esta direita, em diálogo com a dimensão do vivido: conflitos geracionais e ruídos em nível familiar; percepção de *decadência de valores* associada à suposta *doutrinação socialista* nas escolas; dificuldades e inseguranças em transitar em um mundo em transformação na ordem do gênero, mesmo (e talvez sobretudo) àqueles que possuem menor capital cultural na decifração de signos progressistas; receio de *perder o controle* sobre os filhos e vê-los *corrompidos pelo mundo*.

Ao contrário de uma leitura fechada sobre os dados, tal pesquisa sustentou que parte da eficácia do bolsonarismo não dispensa a própria leitura de mundo produzida pelos documentos e narrativas em torno do ESP, ainda que causem espanto a outros agentes. Ao desconsiderar as ambiguidades e paradoxos do ESP, perde-se de vista também o movimento que realiza sua eficácia simbólica como movimento ao mesmo tempo conservador e insurgente. Mais que apenas um reflexo da infraestrutura ou de pressupostos técnicos, os resultados da análise do ESP, articulados ao populismo e a uma leitura que não dispensa a leitura de mundo produzida por aqueles que se quer compreender, demonstraram como o domínio educacional transbordou o seu próprio

eixo para alterar o senso comum de parte dos eleitores, ao mesmo tempo em que estes vivenciavam situações de ambiguidade, ressentimento ou conflitos. Nesses termos, a compreensão dos fenômenos sociais, inclusive de seus efeitos de dominação, deveria sintetizar as lentes que os nativos utilizam para pensar, disputar e enxergar o mundo, como condição para a própria compreensão do social (Bourdieu, 2007).

Com o olhar retrospectivo, a compreensão das disputas educacionais a partir do ESP indicavam que a emergência do bolsonarismo não deveria causar *espanto*, uma vez que se operava como estrutura mais ou menos estruturada e estruturante nas relações sociais. Como um conjunto de signos produzidos politicamente, mas que ordenaram o mundo em oposições conhecidas e reconhecidas, produzia-se tanto a identidade quanto a legitimação, os esquemas morais e os interesses políticos. Os atores políticos, nesta esteira, inseriam-se em um *vácuo de poder* que era, ao mesmo tempo, produzido por um *vácuo de sentido*, tendo em vista a percepção de uma ausência de legitimidade à direita no país (Rocha, 2019). Em retroalimentação, agentes políticos e eleitores, emissores e decifradores, passaram a se convergir em torno de um novo bloco de poder, que não descartava definições morais básicas tomadas de empréstimo do domínio educacional.

Portanto, antes mesmo da emergência de Jair Bolsonaro como catalisador de um conjunto de forças simbólicas e materiais, observou-se não apenas uma apropriação do domínio educacional, mas a configuração de uma comunidade moral bolsonarista em batalhas travadas nesta esfera, em diálogo criativo aos temas, inimigos e esquemas de sentido do populismo autoritário internacional. Com a educação como domínio performativo para o imaginário de uma *decadência moral*, lideranças de oposição ao PT passavam a irromper uma cisão no eixo do reconhecimento, em uma luta *profana* pelo *sagrado*. Daí o domínio educacional na *vanguarda do conservadorismo*.

Por último, se as lutas educacionais e culturais possuem uma considerável eficácia em termos de produção de reconhecimento e identidade a parcelas da população, um dos desafios colocados para a educação e os setores contrários ao populismo autoritário residiria em maior atenção do domínio educacional frente às disputas culturais que o envolvem, em reconhecimento conservador e progressista. Para tanto, um dos desafios é a possibilidade de dialogar com camadas populares e

médias cujas disposições culturais não coincidem com os mesmos esquemas de sentido progressistas (acadêmicos ou não). Equacionar esta profusão de forças e significados, contudo, ultrapassa os limites desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. *In*: DEMOCRACIA em risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ABRUCIO, Fernando. **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de século, 1995.
- ALMEIDA, Ronaldo. Deus acima de todos. *In*: DEMOCRACIA em risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. *In*: DEMOCRACIA em risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Educando à direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez, 2003.
- ARCHETTI, Eduardo. Estilos de juegos y virtudes masculinas en el fútbol argentino. *In*: MELHUUS, Marit; STOLEN, Kristianne (Org.). **Machos, putas, santas**: el poder del imaginário de género en América Latina. Buenos Aires: Antropofagia, 2008.
- AVELAR, Idelber. **Eles em nós**: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.
- BARROS, Thomás Zicman de; LAGO, Miguel. **Do que falamos quando falamos de populismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e política. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7180/2014**. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2014. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/orientacoes-aos-discentes/ComoCitareReferenciar\\_2020.pdf](https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/orientacoes-aos-discentes/ComoCitareReferenciar_2020.pdf). Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 193/2016**. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>. Acesso em 28 jul. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CAPAVERDE, Caroline Bastos; LESSA, Bruno Souza; LOPES, Fernando. "Escola sem partido" para quem? **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 102, p.204-222, jan./mar. 2019.

CARLOTTO, Maria Caraméz. Guerra em campo aberto: as disputas pela mudança estrutural do espaço intelectual brasileiro. In: CASSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CARVALHO, Laura Barbosa de. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CERVI, Gicele Maria; SANTOS, Tiago Ribeiro. D. Quixote contra os moinhos: um ensaio sobre o Movimento Escola Sem Partido. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 105, p. 712-731, out./dez. 2019.

CESARINO, Leticia. As ideias voltaram ao lugar? Temporalidades não lineares no neoliberalismo autoritário brasileiro e sua infraestrutura digital. **Caderno CHR**, Salvador, v. 34, p. 1-18, 2021.

DAMATTA, Roberto. **A bola corre mais que os homens: duas copas, treze crônicas e três ensaios sobre futebol**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2006.

DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

\_\_\_\_\_. **Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação: contribuição para o estudo das representações coletivas. *In*: MAUSS, Marcel. **Ensaio de sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

FRASER, Nancy. **Unruly practices: power, discourse, and gender in contemporary social theory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

\_\_\_\_\_. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 40, set./dez. 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Tradução Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC., 1989.

\_\_\_\_\_. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

GUIMARÃES, Rafael Siqueira; OLIVEIRA, Cleber Rodrigo. “Meu twitter, minhas regras”: as pautas de costumes na educação bolsonarista. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 14, 2020.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

IANNI, Octavio. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

KALIL, Isabela. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. São Paulo: NEU (Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual) da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018. Relatório de pesquisa.

\_\_\_\_\_. Do cidadão de bem ao patriota: eleições, desinformação e extremismo. *In*: INÁCIO, Magna; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (Org.). **Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?** São Paulo: Hucitec, 2022.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

MARIANO, Ricardo. Ativismo político de evangélicos conservadores rumo à extrema direita. *In*: INÁCIO, Magna; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (Org.). **Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?** São Paulo: Hucitec, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de S; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, jul./set, 1993.

MOREIRA, Helce; MOURA, Fernanda.; TEIXEIRA, Pedro. Homeschooling, ensino de controvérsias e o novo conservadorismo brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, 2022.

NARODOWSKI, Mariano. **Infância e poder: a conformação da pedagogia moderna**. 1993. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1993. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1581084>. Acesso em: 18 jun. 2024.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do abismo**: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2023.

PENA, Fernando de Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola 'Sem' Partido – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 19, p. 26-45, dez. 1987.

RICCI, Rudá. A militarização das escolas públicas. *In*: CASSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. **Bolsonarismo em crise?** Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil (FES), São Paulo, jun. 2020. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16277.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

ROCHA, Camila. **'Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)**. 2019. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2019. doi:10.11606/T.8.2019.tde-19092019-174426. Acesso em: 20 fev. 2023.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

\_\_\_\_\_. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Esperando Foucault, ainda**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

SANTOS, Anderson. **Regulação social e as formas de consenso no movimento "Escola sem partido"**. Curitiba: CRV, 2021.

SEVERINO, Antônio. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação, **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 32, n.3, set./dez. 2006.

SOLANO, Esther. Crise da democracia e extremismos de direita. **Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)**, São Paulo, n. 2, maio 2018. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>. Acesso em 22 ago. 2022.

TRINDADE, Gleyton. Maquiavel e a dimensão simbólica do poder. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 12, 2013.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. *In*: COHN, Gabriel. (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 2003.

\_\_\_\_\_. Os três tipos puros de dominação legítima. *In*: COHN, Gabriel. (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 2003.

WOORDWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.